



VIVIA APARECIDA DA SILVA REIS

**O ESPECISMO NA MÍDIA: ENTRE A TRANSGRESSÃO DA
LEI E A CONSIDERAÇÃO DE INTERESSES DE ANIMAIS
NÃO HUMANOS**

SÃO JOÃO DEL-REI

2016

VIVIA APARECIDA DA SILVA REIS

O ESPECISMO NA MÍDIA: ENTRE A TRANSGRESSÃO DA LEI E A CONSIDERAÇÃO DE INTERESSES DE ANIMAIS NÃO HUMANOS

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras. Área de Concentração: Teoria Literária e Crítica da Cultura
Linha de Pesquisa: Discurso e Representação Social

Orientador: Cláudio Márcio do Carmo

SÃO JOÃO DEL-REI

2016



Universidade Federal de São João del-Rei
Programa de Pós-Graduação em Letras: Teoria Literária e
Crítica da cultura

Dissertação intitulada “O especismo na mídia: entre a transgressão da lei e a consideração de interesses de animais não humanos” de autoria da mestranda Vivia Aparecida da Silva Reis, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Cláudio Márcio do Carmo - UFSJ – Orientador

Profª. Drª. Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira - UFMG

Prof. Dr. Luiz Manoel da Silva Oliveira – UFSJ

Prof. Dr. Anderson Bastos Martins
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras: Teoria Literária e Crítica
da Cultura

São João del-Rei, 29 de Setembro de 2016
Praça Dom Helvécio, 74 – São João del-Rei, MG
36301-160 – Brasil – tel. (32) 3379-2422

AGRADECIMENTOS

À UFSJ, pelo auxílio financeiro a esta pesquisa no primeiro semestre de 2016.

À Secretaria Municipal de Educação de São João del-Rei, representada por sua secretária Mercês Corrêa, que me concedeu a licença para qualificação profissional, possibilitando a minha dedicação a este trabalho e a oportunidade de aprofundar meus conhecimentos para aplicá-los no exercício da minha profissão, através da qual estou sempre ensinando e aprendendo.

A meus pais, Toninho e Ana, e minha irmã Dirceia, por todo o amor e apoio em todos os momentos. A meu marido José Hugo, pela parceria que construímos juntos, pelos conselhos sábios e pela compreensão nos momentos mais difíceis.

Aos meus amigos, funcionários e alunos, da Escola Municipal Padre Miguel Afonso de Andrade Leite, pela oportunidade de estarmos caminhando juntos, por todo carinho e motivação.

Aos professores do PROMEL, Toninho, Dylia, Ivan, Edmundo e Bárbara, pelas tardes agradáveis de disciplinas que me proporcionaram ampliar meus conhecimentos. Ao meu orientador Cláudio, por toda sua competência em direcionar minhas ideias, possibilitando a realização deste trabalho.

Aos meus amigos, Ana Carolina, Felipe, Flávia, Gabriel, Jaqueline, João, Nayhara, Sílvia e Taiane, por termos nos tornado ao longo desse tempo juntos um grupo inesquecível.

A todos aqueles que colaboraram direta e indiretamente para a realização deste trabalho: Artur, sempre disponível na biblioteca municipal; aos integrantes do programa *Nossos Irmãos Animais*, da rádio *Boa Nova*, Ivany Lima, Mírian Lúcia e Irvênia Prada; à Rúbia Ribeiro e todo o grupo de yoga da biblioteca e à professora Elizângela Leite.

À equipe espiritual que me auxiliou e direcionou em todos os momentos, principalmente nos momentos de insegurança e angústias, transformando-as em coragem para caminhar e buscar melhores dias.

Para compreender o que pode ser dito e sobretudo o que não pode ser dito no palco, é preciso conhecer as leis de formação do grupo dos locutores – é preciso saber quem é excluído e quem se exclui. A censura mais radical é a ausência.

(Pierre Bourdieu)

Maravilhas da Fauna

*Vacas de açougue,
tigres de circo,
patos que apitam,
peixes contaminados,
aves sem pés nem cabeça
quietas no supermercado.*

(Ulisses Tavares)

RESUMO

O tema central deste trabalho são as práticas especistas. O especismo é um tipo de discriminação que tem como base as diferenças de espécie e as práticas mais comuns são aquelas que colocam a espécie humana como dominante, em detrimento de todas as outras espécies não humanas, autorizando-a a utilizá-las da forma como lhe for conveniente. As consequências dessas práticas geram sofrimento a todos aqueles que servem como meios para que se alcance um determinado fim. A utilização de animais como instrumento de pesquisa é uma dessas práticas e os discursos que compõem as ordens discursivas nesse cenário nos permitem verificar como essas práticas são naturalizadas nas comunidades sociais. Partindo da hipótese de que a mídia veicula um discurso especista, este trabalho objetiva verificar como esse discurso é veiculado, quais discursos compõem a justificativa de práticas especistas. Para isso, analisamos notícias e textos de opiniões dos *websites* de quatro veículos de grande circulação no país: o jornal Folha de São Paulo, o Portal Estadão, a revista Veja e a revista Época. Nosso recorte temático foi o evento da invasão do Instituto Royal por ativistas defensores dos animais no dia 18 de outubro de 2013, na cidade de São Roque, interior de São Paulo. Nossa análise se guiou por meio do quadro teórico-metodológico de Fairclough (2001, 2003, 2010). A análise tridimensional revela um discurso legitimado, no qual os valores da ciência se sobrepõem e justificam a exploração de outras espécies. Esse discurso, reproduzido pelas mídias analisadas, pode moldar as formas de pensar e agir das comunidades sociais. Acreditamos que o questionamento e a reflexão sobre a ordem de discurso estabelecida, sobre suas manifestações e exclusões, podem conduzir a possibilidades de mudança social, no sentido de levar em consideração os interesses de animais não humanos.

Palavras-chave: especismo, discurso, sociedade.

ABSTRACT

The central theme of dissertation are the speciesist practices. Speciesism is a type of discrimination based on species differences, and its most common practices are those that place the human species as dominant to the detriment of all other nonhuman species, allowing the former to use the latter the more convenient way to meet its goals. The consequences of these practices are harmful to all the nonhuman species serving as means for humans to achieve any of their particular purposes. The use of animals as research tools or guinea pigs is one of those practices, and the discourses that make up the discursive orders in that scenario allow us to see how those practices have become naturalized in social communities. Assuming that the media convey a speciesist discourse, this study aims to verify how that discourse is spread, as well as to which extent it really contributes to justify speciesist practices. To reach this aim, we have analyzed news and texts of opinions from four websites belonging to renowned means of mass communication in Brazil: The “Folha de São Paulo” and “O Estadão” newspapers (“Portal Estadão”), and the online versions of “Veja” and “Época” weekly magazines. Our thematic focus was the event involving the Royal Institute invasion by activists defenders of animals on October 18, 2013, in São Roque, São Paulo. Our analysis is based on the theoretical and methodological framework of Fairclough (2001, 2003, 2010). The Three-dimensional analysis reveals a legitimated discourse in which the values of science overlap and justify the exploitation of other species. Such a discourse reproduced by the media analyzed can shape the way of thinking and behaving of social communities. We believe that the questioning and reflection on the established order of discourse, as well as on its manifestations and exclusions, may lead to possibilities of social changes in the sense of taking into account the interests of nonhuman animals.

Key-words: speciesism, discourse, society.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1: Imagem da Caverna de Lascaux na França.....	16
Figura 2: Bastet, deusa egípcia da fertilidade.....	18
Figura 3: Classificação taxonômica do cão doméstico.....	36
Quadro 1: Processos e participantes do sistema de transitividade da Linguística Sistêmico-Funcional.....	62
Quadro 2: Distribuição dos Atores Sociais atuantes em processos verbais.....	68
Quadro 3: Distribuição da opinião de representantes dos poderes públicos e especialistas.....	72
Quadro 4: Distribuição de citações e relatos entre os atores sociais.....	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I: A RELAÇÃO HOMEM-ANIMAL.....	15
1.1 Sobre o homem e os (outros) animais.....	15
1.2 A Ética Aplicada ao Estatuto Moral dos Animais	211
1.2.1 Por que falar de animais?	244
1.2.2 O especismo e o princípio de igual consideração de interesses	30
1.3 Cultura, Sociedade e Práticas Especistas	34
CAPÍTULO II: DISCURSO, CRÍTICA E INTERDISCIPLINARIDADE	433
2.1 A Análise do Discurso: relações entre linguagem e realidade	433
2.2 Abordagens Discursivas.....	466
2.2.1 Teoria Social do Discurso.....	466
2.2.2 Os Ecosistemas Sociais	533
2.3 Procedimentos Metodológicos.....	566
CAPÍTULO III: O ESPECISMO NA MÍDIA: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE	655
3.1 A Invasão do Instituto Royal: o contexto dos protestos de 2013.....	655
3.2 Análise de Dados:	677
3.2.1 A dimensão textual ou analisando a organização linguística de experiências.....	67
3.2.2 A dimensão discursiva ou o que é permitido dizer.....	77
3.2.2.1 Ativistas.....	79
3.2.2.2 Representantes do Laboratório.....	82
3.2.2.3 Polícia.....	88
3.2.2.4 Representantes dos Poderes Públicos.....	89
3.2.2.5 Especialistas.....	93
3.2.2.6 As ordens de discursos.....	98
3.2.3 A realidade social construída ou quem está no poder.....	102
3.2.4 Finalizando o percurso da Abordagem Relacional Dialética.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS	1123
ANEXOS.....	118

INTRODUÇÃO

A inspiração para realizar esta pesquisa surgiu a partir de uma inquietação de minha parte sobre a forma como as pessoas de um modo geral costumam tratar os animais não humanos. A princípio, quando ouvimos a palavra “animal”, automaticamente pensamos em todos os seres pertencentes ao Reino Animalia, com exceção dos seres humanos, e que conosco dividem o planeta. Essa referência já convencionalizada de forma geral se dá a partir da tentativa ao longo do tempo de demarcar um lugar especial para a espécie humana. Esse lugar de destaque gera um apagamento da ideia de que o homem é uma entre todas as espécies do reino dos animais e reforça o abismo criado entre os seres humanos e as demais espécies.

Como consequência desse abismo, temos presenciado ao longo dos tempos o sofrimento causado pela exploração de um número incontável de seres pertencentes a outras espécies, através de práticas como a caça por esporte ou para a obtenção de couro, marfim, chifres e outras partes consideradas produtos de valor financeiro; a criação de animais para retirar-lhes a pele; a captura de animais selvagens e seu aprisionamento; a utilização de animais em atividades de entretenimento como circos, rodeios e zoológicos; a utilização de animais em experimentos científicos e a produção em unidades de criação intensiva voltada para a indústria alimentícia. Esta última prática, dentre todas, é a que afeta um maior número de membros de outras espécies e é aquela com a qual lidamos com mais proximidade em nosso cotidiano.

Os sistemas sociais em geral são marcados pela necessidade de estabelecer fronteiras, demarcar territórios, marcar diferenças. Essas diferenças, entretanto, são, muitas vezes, estabelecidas de acordo com o interesse e o ponto de vista de quem as delimita, podendo até mesmo ser compreendida como um tipo de ameaça à identidade sociocultural estabelecida. A problemática da diferença se estende até mesmo no limite demarcado pela espécie humana, gerando conflitos a partir de um não reconhecimento da figura do estrangeiro, ou do estabelecimento da prática da escravidão e da reprodução de ideologias que pregavam a supremacia de certas etnias, como o nazismo. No século XIX, a teoria do Evolucionismo Social sustentou

a ideia de uma classificação dos povos por meio de uma escala evolutiva das civilizações. Segundo Carmo (2014 p. 19), esse pensamento de Tylor e James Fraser influenciou a Antropologia Evolucionista, que propôs um modelo etnocentrista que descrevia e julgava outras formas de organização cultural a partir de um modelo privilegiado.

A proposta de repensar a relação homem-animal parte da necessidade de trazer à tona os parâmetros que definem os lugares de cada um e as motivações que definem esses parâmetros, uma vez que essa relação se estabelece através de um princípio de desigualdade, em que a espécie humana encontra-se no topo da hierarquia em relação a todas as outras, desconsiderando os interesses fundamentais de muitos membros de espécies não humanas, utilizando-os da forma como lhes for conveniente.

Em nosso cotidiano, as tentativas de discutir o tema costumam gerar certo desconforto a quem o assunto é dirigido, levando as pessoas a, muitas vezes, evitá-lo ou reduzi-lo à dimensão de uma ordem natural das coisas, fundamentada em princípios já enraizados e pouco questionados. É bastante comum se ouvir dizer que os animais foram feitos para nos servir, uma vez que são espécies inferiores, com desigual capacidade de inteligência ou racionalidade e se inserem abaixo da espécie humana na hierarquia da cadeia alimentar. Esse posicionamento, um tanto quanto cômodo, isenta as pessoas da necessidade de refletir sobre o tema a partir de um ponto de vista crítico, que poderia, porventura, comprometer a zona de conforto proporcionada pelas ideias já naturalizadas. Embora a justificativa para o uso dos animais em função dos interesses dos homens seja pautada nesse princípio hierárquico, a ciência já comprovou que os animais são seres sencientes, isto é, são capazes de sofrer e/ou experimentar prazer, o que se configura como um contra-argumento de ordem moral e abre espaço para o questionamento da prática conhecida como especismo, isto é, uma forma de discriminação que privilegia os interesses de uma espécie em detrimento das demais.

A iniciativa de abordar esse tema em uma pesquisa científica parte de uma necessidade de repensar tais ideias que garantem a manutenção dessa prática de relação de princípios desiguais. A relação homem-animal, entretanto, é um assunto bastante complicado de se abordar, pois está diretamente ligado a práticas culturais, como a alimentação, práticas de serviços e utilização em pesquisas científicas. Não

é comum pensar o caminho que o frango, o boi, ou o porco percorreram para chegar ao nosso prato ou qual foi o tratamento dispensado a um camundongo, um coelho, um macaco ou um cão criado para servir como instrumento de pesquisa. Além disso, os animais não têm desenvolvimento racional para se posicionarem enquanto sujeitos sociais, sendo, portanto, tratados como objeto de uso do homem. Por outro lado, esses “objetos” são fisiologicamente capazes de sentir as consequências desse lugar que o homem lhes impõe.

Outra dificuldade que se encontra na abordagem do tema é que, embora a temática dos direitos dos animais venha ganhando espaço nas discussões públicas e nos conteúdos midiáticos nos últimos quarenta anos, os fundamentos sólidos que garantem o reconhecimento e legitimidade do assunto, como a discussão da prática especista, ainda são pouco discutidos. Conforme Singer (2013 p. 270), “quando uma atitude está tão profundamente arraigada em nosso modo de pensar que a tomamos como verdade inquestionável, um sério e consistente desafio a ela corre o risco de cair no ridículo”. O bem-estar animal ainda é visto como um interesse exclusivo aos “amantes” dos animais e não como um tema de fundo moral e ético, que deve se estender a todos que com eles convivem.

Não é difícil perceber sinais do silenciamento que configura práticas especistas presentes em nossa volta, como por exemplo, a tentativa de disfarçar a natureza da comida de origem animal que ingerimos, o tratamento diferenciado entre um “pet” e um animal de uma unidade de criação intensiva e o próprio uso dos termos “homem/animal”, que implica um distanciamento da espécie humana das demais espécies, como se a espécie *Homo sapiens* não pertencesse ao reino *Animalia*. A propósito, as ciências naturais já comprovaram as diferenças mínimas existentes entre o *Homo sapiens* e os primatas antropoides, em termos de classificação de espécies. A escolha pelos termos “homem /animal” usados no presente trabalho se justifica na forma de facilitar a compreensão das ideias aqui expostas, uma vez que representa a diferenciação normalmente usada para distinguir os animais humanos dos não humanos, embora a espécie humana pertença ao reino dos animais.

Na era da pós-modernidade, o estabelecimento de fronteiras rígidas torna-se tarefa dificultosa, quase que impossível, quando se levam em consideração as construções de mundo que se diferenciam de acordo com a formação cultural, as crenças e os valores de verdade estabelecidos. Não pretendemos, todavia, nos aprofundar na discussão sobre a demarcação de fronteiras entre a espécie humana e as demais. Orientando-nos a partir de princípios da ética aplicada ao estatuto moral dos animais, caminharemos em direção a uma discussão que defende a ideia de incluir os animais não humanos na esfera de nossas preocupações morais, ideia defendida pelo filósofo Peter Singer, em suas obras *Ética Prática* e *Libertação Animal*.

Considerando o especismo como um tipo de prática social, este trabalho tem como escopo verificar como ideias favoráveis a essa prática têm sido veiculadas na mídia, contribuindo para reforçar e legitimar seus princípios. Para isso, propõe-se analisar textos (notícias e artigos de opinião) veiculados no *website* de dois jornais e duas revistas de grande circulação nacional, acerca do episódio da invasão de um laboratório de pesquisas, o Laboratório Royal, por um grupo de ativistas defensores dos animais na cidade de São Roque, interior de São Paulo, no dia 18 de outubro de 2013. Os ativistas levaram 178 cães da raça *beagle* e alguns coelhos que eram utilizados como instrumentos de pesquisa.

Assim como qualquer prática discursiva, o discurso especista pode se manifestar em diferentes campos. Como exemplo, podemos citar a publicidade de alimentos que envolvem sofrimento animal, como a indústria da carne e do leite e seus derivados, em que se é mostrado ao consumidor apenas a fase final do produto, omitindo-se a fase de produção. Ele também se mostra presente nas atitudes de grande parte das pessoas que preferem evitar o assunto. O evento da invasão ao laboratório foi escolhido como fonte temática do material de análise deste trabalho pelo fato de representar uma oportunidade de investigar uma manifestação midiática do assunto, até então silenciada ou pouco discutida nos meios de comunicação.

A relevância que se dá ao conteúdo midiático se deve ao fato de que diversos estudos no campo da comunicação e do discurso apontam que a mídia não é apenas um veículo de transmissão de informação, reprodutora de fatos tal qual se apresentam na realidade, mas um sistema complexo capaz de sugerir maneiras de

pensar e agir através dos efeitos de sentido de seus enquadramentos. O dizer sobre o fato não corresponde ao fato em sua natureza real. Podemos citar, dentre tantos outros, os trabalhos de Aldé (2004), Braga (2001) e Caldas-Coulthard (2003). A mídia pode ser vista, portanto, como um dos meios nos quais nos apoiamos para organizar nossas ideias a respeito do mundo e, de forma mais específica neste trabalho, para veicular enquadramentos que refletem a direção do pensamento que guia as formas de relação entre os homens e os animais.

A pesquisa se orienta a partir da Teoria Social do Discurso e do quadro metodológico de Fairclough (2001, 2003, 2010), investigando a organização das redes interdiscursivas a partir de elementos linguístico-discursivos presentes nos textos. Consideraremos também a teoria dos Ecossistemas Sociais de Lemke (1995) e a projeção social de tais elementos discursivos a partir das ideias de Bourdieu (1989) e Foucault (2006).

A investigação da emergência de um discurso pautado no especismo poderia ocorrer a partir de diferentes contextos, envolvendo, porventura, quaisquer práticas daquelas já citadas que implicam a exploração animal. Qualquer que fosse a escolha, esta implicaria o questionamento de hábitos culturais estabelecidos e de práticas legitimadas. O recorte do tema do evento da invasão do Laboratório Royal, além de se incluir em tais implicações, também apresenta uma questão polêmica: a utilização de animais como instrumento de pesquisa. As discussões acerca dessa prática aumentaram nos últimos quarenta anos, com o surgimento de movimentos em favor dos interesses dos animais, e giram em torno dos benefícios potenciais proporcionados pelos produtos testados e os danos causados aos instrumentos de pesquisa sencientes.

O propósito deste trabalho parte da hipótese de que a mídia veicula um discurso especista, levando em conta os diversos exemplos de formas de exploração animal citados e a ideia de que o sistema midiático reproduz e retroalimenta os discursos sociais, imprimindo seus sentidos sobre eles. Nesse sentido, nosso objetivo geral é investigar como o discurso especista é veiculado nos textos dos jornais e revistas selecionados. Para isso, vamos analisar como são construídas as representações relacionadas ao discurso especista e como se organizam as redes interdiscursivas a partir de elementos linguístico-discursivos; identificar quais relações de poder emergem dessas representações e, por fim,

discutir as relações de desigualdade em âmbito cultural e social das práticas especistas.

Embora os princípios editoriais jornalísticos apontem a notícia como meramente informativa de fatos, o texto da notícia é um discurso expresso através de signos linguísticos que, por sua natureza, se constitui como uma forma de representação da sociedade, assim como os textos de opinião. Recorrendo a Bakhtin, destacamos o caráter ideológico do signo: “ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico” (BAKHTIN, 2014 p. 33). Os enquadramentos apresentados pelos veículos midiáticos para noticiar a forma como o evento se deu e as escolhas linguístico-discursivas utilizadas na produção do texto da notícia, assim como os posicionamentos dos colunistas, podem fazer emergir representações e visões de mundo.

Esta pesquisa, portanto, se apresenta de grande relevância tanto para refletir sobre os processos de enquadramento midiático, como para ajudar a compreender os processos de reprodução de uma determinada prática social que se realiza por meio do discurso. O enquadramento midiático estará sempre elegendo uma visão de mundo e contribuindo para a reprodução de práticas que são estabelecidas como fazendo parte da ordem natural das coisas. O reconhecimento de outras formas de ver e significar o mundo nos leva a repensar tais práticas e os motivos pelos quais elas são reproduzidas.

No primeiro capítulo, discutiremos a forma como se deu a relação homem-animal a partir de uma perspectiva histórica, enfatizando a prática religiosa de algumas crenças e algumas tradições culturais como os principais elementos que influenciaram a relação entre seres humanos e não humanos. Introduziremos também o conceito de especismo e sua fundamentação teórica, assim como abordaremos a importância de se explorar o assunto. No segundo capítulo descreveremos o quadro teórico-metodológico que orientará nossa análise e explicaremos os procedimentos metodológicos utilizados. No terceiro e último capítulo faremos a análise, buscando responder aos questionamentos que originaram a execução deste trabalho.

CAPÍTULO I

A RELAÇÃO HOMEM-ANIMAL

1.1 Sobre o homem e os (outros) animais

Em um primeiro momento, propomos traçar de forma geral alguns aspectos históricos da relação entre o homem e os outros animais. Acreditamos que esses aspectos influenciaram essa relação nos dias atuais. As práticas religiosas se destacam como relevantes nesse sentido, uma vez que reforçaram o caráter sagrado da vida humana e contribuíram para distanciar os seres humanos das demais espécies, autorizando, de certa forma, o “domínio” sobre as vidas não humanas.

A relação entre o homem e os demais animais tem registros desde a pré-história, no mínimo desde o período Paleolítico, entre 35 e 15 mil anos antes da era cristã, por meio das pinturas rupestres, encontradas em sítios arqueológicos em todos os continentes. Segundo Alves (2006 p. 39), “desenhos primitivos foram encontrados em cavernas como as de Altamira, na Espanha e Dordogne, na França. Ali se observam cenas de caças envolvendo animais e pessoas”. Os primeiros registros que temos, portanto, da relação homem-animal se referem à utilização dos animais como meio de sobrevivência.

O ser humano relaciona-se com o mundo através da comunicação, que pode ser feita por meio de palavras, de imagens, de gestos e por diversos outros códigos semióticos. A tentativa de interpretação de códigos, como as pinturas rupestres¹, nos permite conhecer através dos tempos as diferentes formas como o ser humano se relaciona com o meio ambiente. Segundo Alves (2006 p.16), a arte rupestre é constituída por signos que enunciam e revelam elementos de uma determinada realidade e pode ser tomada como um “elemento que comunica algumas situações, tais como cenas de momentos vividos, rituais, elementos da fauna e da flora de

¹ Segundo Alves (2006 p. 21), as pinturas rupestres são expressões gráficas traçadas pelos homens da pré-história nas cavernas e rochas. Para fazê-las utilizavam-se carvão e pigmentos terrosos. Elas se constituíam por desenhos com linhas simples, traços firmes e alguns elementos geométricos, por meio dos quais se identificam animais, cenas de caça, rituais de sexo, dentre outros.

épocas passadas e que foram perpetuados nas paredes rochosas por civilizações anteriores”.

Muitas dessas pinturas revelam a relação existente entre a espécie humana e outras espécies animais, sempre orientada para a busca da sobrevivência e perpetuação do homem. O fato de ser onívora já diferenciava a espécie humana, garantindo-lhe certa vantagem, uma vez que a oferta de alimentos aumentava consideravelmente em relação a outras espécies, embora as condições naturais não fossem, assim mesmo, muito fáceis. Além disso, o homem possui capacidade mental superior, que lhe permite registrar sua existência e deixar marcas de suas transformações na natureza. “Habilitado a pensar, prever, apreender, simbolizar, recriar situações e representar suas emoções” (ALVES, 2006 p. 21), o homem, desde a pré-história, já se relacionava com as outras espécies, como forma de buscar a sobrevivência, e registrava essas relações, atribuindo-lhes significados.

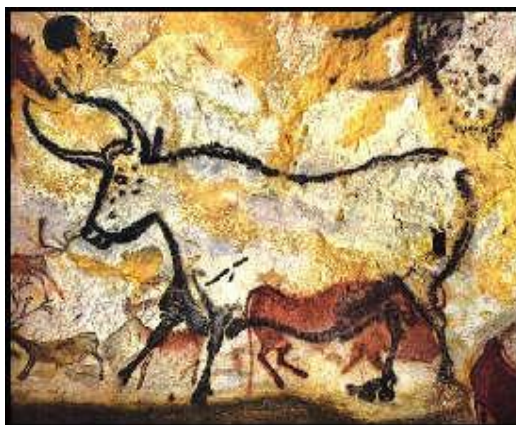


Figura 1: Imagem da Caverna de Lascaux na França. Fonte: http://www.lulicoutinho.com/atividades_culturais_2011/artes

O conhecimento dos povos aumentava na medida em que as tribos humanas iam aumentando e transmitindo suas experiências. Na idade antiga, com registros a partir de aproximadamente 3.500 A.C, já havia diferentes manifestações culturais de diversos povos distribuídos pelos continentes. As religiões e crenças, como parte da cultura dos povos e enquanto discurso humano atuam de forma significativa no estabelecimento de ideias e modelos de representação do mundo, inclusive aquelas que exaltam a soberania humana. Segundo Oliveira (2011 p. 165), “a religião, mote central formador do senso comum, é poderoso ingrediente do caldo cultural avesso

ao Direito dos Animais”. Isso se dá devido ao fato de que os dogmas de algumas religiões simplesmente não consideram os interesses das outras espécies; em outros casos, as religiões exultam algumas espécies em detrimento de outras. O consumo de carne, por exemplo, é, em muitas culturas, orientado por princípios religiosos.

De forma mais geral, é possível perceber que há uma diferença no relacionamento e no tratamento dado às espécies animais não humanas entre as culturas orientais e ocidentais. No entanto, grande parte dos argumentos a que recorreremos nos dias atuais para justificar nosso relacionamento com os animais não humanos tem origem nas práticas culturais ocidentais. Segundo Singer (2013 p. 269), “as idéias ocidentais, nos últimos dois ou três séculos, espalharam-se a partir da Europa, tendo estabelecido o modo de pensar da maioria das sociedades humanas de hoje”.

As religiões orientais manifestam uma aproximação mais íntima com os elementos da natureza, incluindo também os animais. No hinduísmo, por exemplo, algumas divindades e semideuses são representados como animais. “Narasimha, meio leão e meio homem; Ganesha, que possui forma metade elefante e metade humana; Garuda, metade pássaro e metade humano; Hanuman, concebido em misto homem e macaco” (OLIVEIRA, 2011, p. 214). Além disso, nessa concepção, os animais possuem alma, como os humanos.

Na tradição chinesa, segundo Braga (2001), há também a presença de formas e simbologias de animais como seres sagrados, como o dragão, o tigre, a tartaruga, a fênix e a serpente. Na técnica conhecida como Feng Shui², esses animais sagrados integram o processo de equilíbrio de energias para alcançar a harmonização dos lares. A história do Feng Shui, a exemplo da alquimia, da astrologia e das artes marciais chinesas, contém elementos do taoísmo, que busca integração e inspiração nos elementos da natureza, incluindo os animais.

A civilização egípcia, cujo longo império se iniciou há pelo menos cinco mil anos, era politeísta e antropozoomórfica, cultuava diversos animais, como a vaca, o

² Segundo Braga (2001), o Feng Shui é uma técnica de harmonização de ambientes iniciada há cerca de 5 mil anos (alguns estudiosos falam em até 15 mil anos) que visa transformar, através da correta utilização da energia Chi (primeira manifestação da criação do universo), lares e locais de trabalho em ambientes favoráveis para que se possa atingir a prosperidade, a felicidade e a harmonia, desviando a energia nociva e atraindo a boa sorte.

touro, o gato e o crocodilo. A deusa egípcia da fertilidade e da felicidade era representada na imagem de um gato.³



Figura 2: Bastet, deusa egípcia da fertilidade. Fonte: <http://olhosdebastet.webnode.com.br/deusa-bastet/>

As religiões de origem africana, cujos deuses são os orixás, também apresentam essa relação de proximidade com os elementos da natureza. Cada orixá está atribuído a uma força natural. Oxóssi, por exemplo, “é o orixá das matas, caçador e protetor dos animais por apenas caçar o estritamente necessário” (CARMO, 2014 p. 207). Essas concepções religiosas, embora apresentem em alguns aspectos uma ligação mais profunda e demonstrem respeito aos elementos da natureza, em alguns casos, representavam os animais como meio para se conseguir algum fim, como, por exemplo, as práticas de sacrifício para oferenda aos deuses. O círculo do sagrado também era restrito a algumas espécies, em detrimento de outras.

Segundo Singer (2013 p. 270): “As atitudes ocidentais para com os animais têm raízes em duas tradições: o judaísmo e a antiguidade grega. Essas raízes confluem no cristianismo e é por meio dele que se tornam prevaletentes na Europa”. A tradição hebraica, que forneceu a base da crença judaico-cristã, influenciou de forma considerável a forma como tratamos os animais e nos relacionamos com eles.

³ Fonte: <http://www.culturabrasil.org/egito.htm>

No primeiro livro da Bíblia, Gêneses, encontra-se a história da criação, que explica como Deus criou o mundo e os seres que nele habitam. Segundo essa crença, o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus e é autorizado para dominar sobre todos os seres vivos:

E Deus os abençoou e lhes disse: sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra. (Gênesis 1, 28).

A partir dessa menção divina, o homem ganhou autorização para exercer o domínio sobre as espécies consideradas inferiores. Esse domínio aparece em grande parte do Antigo Testamento, como, por exemplo, na forma de oferendas a Deus. Abel, filho de Adão, fazia oferendas de seu rebanho. Após a passagem do dilúvio, enviado por Deus como forma de castigo ao homem, Noé faz um agradecimento ao Senhor:

Levantou Noé um altar ao Senhor e, tomando de animais limpos e de aves limpas, ofereceu holocaustos sobre o altar. (...) Abençoou Deus a Noé e a seus filhos e lhes disse: (...) Pavor e medo de vós virão sobre todos os animais da terra e sobre todas as aves dos céus; tudo o que se move sobre a terra e todos os peixes do mar nas vossas mãos serão entregues. (Gênesis 8, 20 – 9, 1-2)

Na longa caminhada entre o Egito e a terra que Deus prometeu ao povo hebreu, uma das exigências feitas por Deus a Moisés foi que se fizessem oferendas de animais, atitude que seria agradável ao Senhor. Embora em alguns trechos do Antigo Testamento, como em algumas passagens dos profetas Isaías e Oséias e no livro dos Provérbios ⁴ seja possível encontrar algum sinal de compaixão para com os animais, foi a autoridade conferida ao homem em Gênesis e as ordens proferidas a Moisés que ganharam mais destaque e notoriedade entre os cristãos católicos e

⁴ O livro de Isaías é o mais extenso da Bíblia. Nele, o profeta condena as nações que adoram outros deuses e não o Deus de Israel, do povo hebreu, como a Babilônia e o Egito; clama ao povo de Israel que não observa os preceitos de seu Deus; anuncia a famosa profecia do nascimento do Príncipe da Paz, que vem a ser Jesus e anuncia o reino dos justos que terá “novos céus e novas terras”. É nesse reino que o profeta condena os sacrifícios de animais: “o que imola um boi é como o que comete homicídio; o que sacrifica um cordeiro, como o que quebra o pescoço a um cão; o que oferece uma oblação, como o que oferece sangue de porco; o que queima incenso, como o que bendiz a um ídolo. (Isaías 66, 3). O profeta Oséias condena a hipocrisia do povo de Israel e pede: “Pois misericórdia quero, e não sacrifício, e o conhecimento de Deus, mais que holocaustos”. (Oséias 6,6). O livro dos Provérbios do rei Salomão é um dos livros sapienciais da Bíblia e traz ensinamentos morais sobre a vida dos justos. Nesse livro encontrou-se uma menção sobre os animais: “O justo atenta para a vida de seus animais, mas o coração dos perversos é cruel” (Provérbios 12,10).

protestantes. Os principais representantes do pensamento cristão católico, como São Tomás de Aquino, se manifestam segundo essa tradição, deixando os não humanos fora da esfera da misericórdia divina anunciada no Novo Testamento por Jesus. São Francisco de Assis, embora represente uma exceção, em se tratando de consideração aos animais, não levou em conta as “diferenças existentes quanto ao grau de senciência”⁵(SINGER, 2013, p. 288).

Os espíritas kardecistas, através da crença de que “tudo se encadeia na Natureza, desde o átomo primitivo até o arcanjo” (KARDEC, 2012 p. 271) consideram os animais como espíritos menos evoluídos que os humanos na escala da evolução pela qual todos os espíritos atravessam. No Brasil, alguns autores da doutrina espírita dedicaram obras para tratar especificamente da espiritualidade dos animais, como Eurípedes Kuhl e Marcel Benedeti.⁶

De acordo com Singer (2013), a antiguidade grega, depois da tradição judaica, é a segunda tradição antiga do pensamento ocidental e é marcada por tendências conflitantes. Pitágoras, matemático e filósofo grego, que viveu no século V a.C, por um lado, era vegetariano e acreditava que a alma dos homens poderia migrar para os animais. Por outro lado, Platão e seu discípulo Aristóteles (século III A.C) acreditavam que a natureza teria feito todos os animais em benefício do homem. Furrow (2007 p. 124) comenta que Aristóteles afirmava, a partir da premissa de que todas as coisas no universo têm um propósito, que o propósito do ser humano era o de cultivar a razão, a função que o distingue de todos os outros seres e que o coloca como superior. É esse último pensamento, juntamente com as idéias posteriores do positivismo que vão nortear as bases da relação homem-animal na idade contemporânea e nos dias de hoje.

Durante o Império Romano, a morte tanto de seres humanos como de animais era vista como forma de entretenimento. Singer (2013) argumenta que,

⁵ Esse questionamento se refere à igual consideração a uma pedra, a uma árvore ou a um animal, uma vez que este possui sistema nervoso e é capaz de experimentar algum tipo de dor ou prazer, enquanto que aqueles não o possuem, não apresentando, portanto, nenhum grau de senciência.

⁶ Marcel Benedeti foi um grande representante da introdução da questão da espiritualidade dos animais dentro da doutrina espírita no Brasil. Ele idealizou um programa na rádio *Boa Nova* de Guarulhos chamado *Nossos Irmãos Animais*, em que se divulga e se discute esse assunto ainda bastante polêmico dentro da doutrina e escreveu 10 livros sobre o assunto, dentre eles, obras mediúnicas descrevendo a presença de animais no plano espiritual e obras explicativas sobre a questão dos animais na codificação espírita.

embora os romanos demonstrassem consideração pela justiça, pelo dever público e pela bondade, havia um limite moral para esses sentimentos, fora do qual se encontravam alguns humanos e todos os animais.

Na Idade Média, os gatos pretos passaram a ser vistos como seres malignos, estabelecendo correspondência com as bruxas e rituais satânicos. O papa Inocêncio VIII incluiu-os na lista de hereges que deveriam ser perseguidos pela Inquisição. Essa associação ainda hoje permeia os imaginários de muitos, fazendo com que os gatos pretos sofram discriminação e maus-tratos.

A Idade Moderna e o Iluminismo poderiam representar uma oportunidade de repensar a questão dos animais distanciando-se das ideias cristãs baseadas em princípios hebraicos. Ainda assim, segundo Singer (2013) no século XVII, o chamado fundador da filosofia moderna, René Descartes, sustentou em sua metafísica das causas do movimento a ideia do mecanicismo e da ação divina. A ação divina age sobre o homem, que é dotado de alma. Todo o resto que consiste de matéria seria governado por princípios mecanicistas, incluindo os animais.

Embora algumas culturas, principalmente as orientais, tenham valorizado a integração com os elementos da natureza, incluindo os animais, foram as ideias de dominação da espécie humana, tecidas ao longo da história, que nortearam e ainda norteiam, em grande parte, nossas relações com os animais nos dias de hoje. A teoria da Evolução de Darwin, publicada no século XIX aponta que “as diferenças entre homens e animais não eram tão grandes quanto se supunha”. (SINGER, 2013 p. 299). Não obstante, o ideal da soberania humana, com foco nos interesses dessa espécie, ainda se sustenta por argumentos baseados em pretextos antropocêntricos, que vão ao encontro de interesses econômicos e que conduzem ao que chamaremos práticas especistas.

1.2 A Ética Aplicada ao Estatuto Moral dos Animais

A abordagem ética cujos princípios nortearão o conceito de especismo neste trabalho segue a tradição utilitarista adotada por Peter Singer na obra *Ética Prática*. O utilitarismo, juntamente com a deontologia kantiana, segundo Furrow (2007), é uma das teorias de princípios éticos do raciocínio e justificação moral. São teorias

que defendem razões morais objetivas, alegando que a razão desempenha um papel significativo em nossas escolhas de ação no mundo. Contudo, essas duas teorias abordam de forma diferente as explicações para nossa conduta moral. Furrow (2007 p. 57) comenta que para as teorias deontológicas as pessoas têm um *status* especial e a construção do raciocínio moral se alicerça no respeito, no direito e nas obrigações. Kant, que defende essa ideia, ressalta o valor intrínseco exclusivo das pessoas – seres humanos – em oposição ao valor extrínseco, que se constrói por meio da dependência de algo de valor contido no ser, como exemplo, objetos, plantas, animais e também pessoas. A diferença entre esses dois valores estaria no fato de que o valor intrínseco é o valor do ser em si, enquanto que o valor extrínseco seria aquele construído por meio de algum outro valor contido neste ser. Podemos pensar como exemplo que o valor extrínseco de um burro estaria em sua utilidade como instrumento de transporte de cargas.

O utilitarismo, segundo Furrow (2007 p. 52) é uma teoria elaborada por Jeremy Bentham em 1781, que “tem sobrevivido a inúmeras permutações nas mãos de filósofos e economistas atraídos por seu potencial para reformas sociais”. Ela não orienta nossas ações morais por meio de valores atribuídos aos seres, pela intenção, motivo, natureza do ato ou outras dimensões da ação, mas por meio das consequências de nossas ações. Nesse sentido, o utilitarismo não se encontra na dependência da tradição, do senso comum ou de instituições de qualquer tipo. Nosso raciocínio moral é sistematizado com foco no resultado de nossas ações, por meio das quais devemos buscar alcançar o maior bem-estar possível a todos aqueles que serão afetados por nossas ações, sejam eles pessoas – seres humanos – ou não-pessoas. Este é o princípio da utilidade defendido pelos utilitaristas.

Singer (2006 p. 105) comenta que as ideias utilitaristas passaram por algumas reformas com o decorrer dos anos, diferenciando o utilitarismo clássico de outras abordagens utilitaristas. Inicialmente visava-se diminuir a dor e aumentar o prazer e posteriormente passou-se a discutir sobre a defesa de ações práticas em nome do bem-estar coletivo, que vai além da ideia de redução de dor. Para a discussão deste trabalho não vamos nos aprofundar em questões deste tipo, uma vez que a discussão sobre orientações de conduta moral objetivam apenas demonstrar a base teórica que orienta o conceito de especismo. Vamos considerar, portanto, o princípio

de utilidade no sentido de buscar alcançar o maior bem-estar possível por meio da análise das consequências de nossas ações.

Furrow (2007 p. 65) acrescenta que, embora o utilitarismo seja uma teoria razoável de raciocínio moral voltada para a promoção do bem comum, há algumas objeções a esse pensamento, assim como à deontologia kantiana. Essas duas teorias buscam padrões de pensamento para organizar nossas ações a partir da condição de que o raciocínio moral seja objetivo. No caso do utilitarismo, por meio da balança entre as boas e más consequências e no caso de Kant, por meio da dignidade de nossa liberdade e razão. Contudo, não se levam em conta os significados que construímos por meio do ponto de vista pessoal, o peso de nossos desejos, sentimentos e propósitos. No caso do utilitarismo há objeções sobre como saber quais são os interesses dos outros, qual seria o papel da justiça, dos direitos fundamentais dos indivíduos e das obrigações na teoria. Furrow (2007) comenta que no campo da ética filosófica, foram desenvolvidos pensamentos para responder a estes questionamentos e para propor abordagens de razões morais em contexto, que levam em conta o papel das emoções, como a ética do cuidado. No entanto, estas teorias também apresentam em algum momento algumas lacunas que geram objeções, o que já se espera da dinâmica filosófica.

Em nosso contexto, podemos considerar que o utilitarismo é de grande valia no sentido de evitar interferências de preconceitos arraigados oriundos de tradições culturais e instituições religiosas, como aqueles incluídos neste capítulo. Furrow (2007 p. 68) afirma também que “desenvolver a moralidade em um sistema de princípios logicamente relacionados com o suporte de uma autoridade de uma posição objetiva” é válido na medida em que busca “encontrar algum fundamento comum que sirva de base para todos nós”. Além disso, as objeções ao utilitarismo se complicam na medida em que são aplicadas no complexo sistema ecossocial humano definido por Lemke (1995), sobre o qual discutiremos mais adiante. Quando nos referimos aos interesses dos animais e à forma como as consequências das ações humanas afetam esses interesses, estamos falando de interesses básicos, referentes à condição de uma vida digna, sem sofrimentos, que são interesses muito mais simples do que aqueles que envolvem a complexidade das relações humanas. Nesse sentido, as ideias utilitaristas são capazes de nos fornecer orientações

consistentes para repensar a forma como nos relacionamos com os animais não humanos.

O conceito de ética que conduz este trabalho, portanto, terá foco no interesse pelo bem-estar geral, no qual os não humanos se incluem. Para colocá-la em prática, precisamos necessariamente avaliar se, diante das alternativas possíveis de ação, as consequências de nossos atos prejudicam de alguma forma o interesse daqueles que são afetados por eles.

Singer (2006) expõe a diferença entre o que configura e o que não configura ética em seu trabalho de base utilitarista-consuencialista. A ética não defende um código específico de moralidade, tratando-se de evitar a decadência dos padrões morais. Também não se configura como “um sistema ideal de grande nobreza na teoria, mas inaproveitável na prática” (SINGER, 2006 p. 10). A ética também não é algo restrito ao contexto religioso, não se configurando também como relativa ou subjetiva. O relativismo cultural das crenças e costumes exerce grande influência sobre nós, mas podemos agir contrário a eles diante de uma reflexão, se acharmos que não atende a princípios éticos.

Para Singer, “a ideia de viver de acordo com padrões éticos está ligada à ideia de defender o modo como se vive, de dar-lhe uma razão de ser, de justificá-lo” (SINGER, 2006 p. 18). Nesse sentido, considerando a defesa do caráter universal da ética, uma justificativa com base exclusiva em interesses pessoais não se enquadraria nos padrões éticos. Por outro lado, as circunstâncias também podem modificar a forma de agir e um juízo ético em uma situação não se aplica necessariamente a todos os casos. Contudo, o aspecto universal ainda assim permite que as ações éticas se orientem por meio da reflexão sobre os efeitos ou consequências de uma determinada prática, extrapolando a esfera exclusiva de nossos interesses individuais em nome da consideração dos interesses de todos aqueles que estão envolvidos com as consequências de nossos atos.

1.2.1 Por que falar de animais?

Antes de apresentar o conceito de especismo e suas origens, é necessário discutir alguns pontos que conduzem à relevância do tema. Por que abordar o

interesse dos animais se há tantos problemas humanos a serem resolvidos? Esse é o questionamento mais comum que se ouve ao tentar incluir na esfera de nossas preocupações morais a forma como tratamos os animais não humanos. É bastante provável que os objetivos da análise discursiva que propomos neste trabalho não aparentem relevância significativa se não nos apoiarmos em um princípio racional sólido que sustente a necessidade de discutir nosso problema de pesquisa. Esse princípio foi desenvolvido pelo filósofo Peter Singer em suas obras *Libertação Animal* e *Ética Prática*, e é sobre ele que nos apoiaremos para demonstrar que a aparência insignificante do tema de pesquisa não se sustenta.

Bourdieu (2009 p. 20), na sua introdução à sociologia reflexiva comenta que um método de pensar é mais eficaz quando é capaz de “constituir objetos socialmente insignificantes em objetos científicos”. A Abordagem Relacional Dialética de Fairclough (2010) em que nos apoiaremos para realizar a pesquisa que propomos traz como primeiro estágio de sua metodologia a necessidade de demonstrar a relevância sociodiscursiva do tema de pesquisa, para transformá-lo em objeto. Nesse sentido, podemos afirmar que o especismo, por se constituir por uma incoerência do ponto de vista ético, que se desdobra em uma série de questões práticas com as quais nos deparamos em nossa vida, pode ser considerado um tema relevante. A propósito, podemos pensar também na questão do desconhecimento do especismo, apoiado na naturalização das práticas presentes nas relações entre os homens e os outros animais.

Quando pensamos a questão dos animais a partir do ponto de vista da ética, evitamos que esse problema fique restrito às pessoas que demonstram algum tipo de afeição pelos animais. O ponto de partida da aplicação do princípio de igual consideração de interesses não são características diferenciais como a simpatia, ou alguma capacidade nata que nos proporcione algum tipo de vantagem com a qual algumas espécies ganham destaque em relação a outras. No prefácio da primeira edição de *Libertação Animal*, Singer deixa claro que afagar um gato ou alimentar pássaros no parque é diferente de prevenir o sofrimento de espécies que são cruel e impiedosamente exploradas por seres humanos. Nesse trecho, podemos identificar a incoerência da ação de proteger alguns membros de uma espécie, com a qual nos familiarizamos, como cães e gatos, e permitirmos que um número incontável de membros de outras espécies, como por exemplo, o porco e a galinha, ainda na fase

de frango(a), vivem uma “vida” miserável, na condição de produto industrial, em empresas que têm como finalidade principal o maior alcance lucrativo para que sobrevivam no mercado.

A incoerência é tamanha que até mesmo no âmbito das espécies eleitas, podem-se identificar ainda marcas de desigualdade. Entre as raças de cães, por exemplo, há aquelas que possuem maior valor no mercado (novamente identifica-se aí um produto). Por outro lado, muitos cães sem raça definida, por não possuírem um padrão desejável ou por serem desvalorizados no mercado, por não atenderem a certas exigências e por tantos outros motivos, também não recebem o tratamento que deveria ser direcionado a eles. Além disso, fatores como idade avançada, ou doenças levam muitos tutores a abandonarem seus animais, em virtude do acúmulo de trabalho e dedicação exigidos. Ampliando ainda mais a escala moral, chegamos ao nível de desigualdade que toca a espécie humana. Até mesmo dentre os humanos, é possível identificar a discriminação que se baseia na raça ou etnia, no sexo, no gênero, na nacionalidade e em tantos outros aspectos que marcam diferenças, embora essas diferenças não constituam do ponto de vista ético justificativas para que se considere um grupo superior ao outro.

É a partir desse raciocínio que pensamos na relevância de se abordar o problema que toca a questão moral dos animais e, conseqüentemente, o tratamento que temos dispensado a eles. Não obstante, o fato de trazer a questão animal para ser discutida não exclui ou reduz a importância de se abordarem as questões humanas. Através do princípio moral de igual consideração de interesses, passamos a perceber que são problemas que devem ser tratados juntos, uma vez que a mesma incoerência, em graus diferenciados, atravessa o tratamento dispensado a diferentes membros, seja da espécie *Homo sapiens* ou das demais espécies animais.

Nesse sentido, é importante entender a natureza ideológica que subjaz às diversas justificativas para explorar espécies animais. Além da ideia de que a preocupação com os animais exclui a preocupação com os seres humanos, existem outros pretextos que reforçam a prática exploratória. No quinto capítulo de *Libertação Animal*, Singer comenta que a partir do iluminismo o pensamento de algumas figuras de destaque como Voltaire, Jean-Jacques Rousseau, Alexander Pope e Arthur Schopenhauer contribuiu para repensar a questão dos animais. A

revolução intelectual e o crescimento dos sentimentos humanitários que se desenvolviam deveriam, portanto, indicar um avanço na forma de tratamento dispensada aos animais. Entretanto, os pretextos construídos socialmente com a finalidade de manter o hábito exploratório, principalmente relacionado ao uso dos animais enquanto alimento, ainda são reproduzidos nos dias atuais.

O pretexto da hierarquia natural, a partir da ideia de que os animais foram criados para serem presas uns dos outros, situa o homem no topo da cadeia alimentar. Entretanto, o homem tem outras formas de se manter, enquanto que outras espécies carnívoras não as têm. Além disso, o ser humano tem condições de raciocinar a respeito de suas escolhas morais, podendo, dessa forma, evitar algumas consequências indesejáveis a partir de seus atos. Esse pretexto, a propósito, normalmente acompanha a crença de que não encontramos em alimentos de origem vegetal os nutrientes presentes na carne, decorrendo daí a “necessidade” de seu consumo. A esse respeito podemos citar o exemplo da publicidade de uma empresa brasileira⁷ que continha em uma de suas propagandas a afirmação de que a carne era essencial. Essa afirmação foi questionada pela *Sociedade Vegetariana Brasileira* (SVB) que acionou o *Conselho Nacional de Autorregulação Publicitária* (CONAR), mencionando estudos de profissionais de nutrição e autoridades do Brasil e do exterior negando tal afirmação⁸.

E as plantas? Sendo elas também seres vivos, não seria errado comê-las? O argumento de que as plantas também são seres vivos abre espaço para apresentarmos o princípio de igual consideração de interesses que será abordado no próximo tópico do item em desenvolvimento deste primeiro capítulo. Por ora, nos basta acatar a ideia de que não há nenhuma comprovação científica de que as plantas possuam sistema nervoso que as permita possuir algum grau de consciência.

⁷ Essa publicidade refere-se ao comercial televisivo veiculado pela Friboi entre outubro e novembro de 2013. O CONAR instaurou o processo ético nº 317/13, referente ao anúncio “Pergunta se é Friboi - Rio de Janeiro”. O julgamento ocorreu em julho de 2014 e o processo foi arquivado mediante o argumento de que “há nas peças publicitárias respeito à individualidade e opções pessoais de alimentação e também às recomendações dos conselhos de nutrição e das autoridades. Mencionam inclusive documento do Ministério da Saúde, intitulado Guia Alimentar para a População Brasileira, no qual é recomendado o consumo diário de carne, aves, peixes ou ovos”. O relator afirmou não ter visto enganosidade na propaganda. Fonte: <http://www.conar.org.br>.

⁸ Fonte: <http://www.svb.org.br/component/content/article?id=1350:nutricionista-friboi-pede-desculpas>

O pretexto que situa alguns na zona de conforto é a fuga do assunto. Conforme já mencionado, é bastante comum ouvir de pessoas que consomem carne o argumento de que “eu não teria coragem de matar, mas já está morto”, ou “não vamos discutir esse assunto desagradável”. Evitar falar sobre o problema ou sobre as consequências que alguns hábitos acarretam funciona como uma estratégia para mascarar o que realmente acontece, uma vez que sair da zona de conforto proporcionada pelos mascaramentos acarretaria mudanças de atitudes muitas vezes indesejadas. Essa preferência pelo não conhecimento de práticas consideradas exploratórias aliada à preferência das empresas envolvidas em não divulgar as condições pelas quais certos animais são submetidos contribuem para a manutenção e continuidade de tais práticas. Logo, a tomada de atitude de boicotar o consumo, levando em consideração os processos que deram origem ao produto, tem uma projeção futura, no sentido de evitar que outros animais sejam sacrificados.

Nos capítulos dois e três de *Libertação Animal*, Peter Singer descreve duas dessas práticas: o uso de animais como instrumentos de pesquisa e as condições de animais em unidades de criação intensiva. No primeiro exemplo, obtido através de publicações em revistas científicas, são descritas pesquisas militares e científicas genuínas. Nem todas se prestam a descobrir novas fórmulas de medicamentos com a finalidade de curar doenças, pensamento que normalmente habita nossos imaginários. Há pesquisas em departamentos universitários, florestal, do campo da psicologia, destinadas a fins comerciais para testar novos cosméticos e para a indústria química na determinação da toxicidade dos produtos, na qual os animais são envenenados. A utilidade de muitas delas é passível de ser questionada, cada vez mais a partir de uma escala temporal decrescente, como por exemplo, a *Plataforma de Equilíbrio de Primatas*, em que chimpanzés eram submetidos à radiação e a agentes químicos de guerra, com a finalidade de verificar se continuariam a operar um simulador de voo após terem sido expostos à radiação. Tudo isso depois de passarem por treinamentos que envolviam milhares de descargas elétricas.⁹

A segunda prática descrita, retirada de revistas e jornais comerciais da indústria da produção animal, apresenta a forma como os métodos de criação industrial fazem com que os animais se comportem como “máquinas de converter

⁹ Detalhes sobre esses e outros experimentos científicos envolvendo animais encontram-se no segundo capítulo da obra *Libertação Animal*, que consta na bibliografia deste trabalho.

alimento de baixo preço em carne de alto preço”. (SINGER, 2013 p. 142). Com o objetivo de reduzir custos e aumentar a produção, os animais sofrem desde o nascimento até a morte. Não desfrutam dos prazeres naturais de sua existência, são transportados em condições extremamente precárias e mortos, nem sempre de maneira indolor, como se justificam as práticas de atordoamento elétrico do chamado abate humanitário. As galinhas, usadas para a obtenção de carne e ovos, são confinadas sob o controle de aspectos cuja finalidade é provocar crescimento rápido com o mínimo de gastos. Os porcos de criadores industriais são privados de manter seus padrões comportamentais instintivos, como viver em comunidade, construir ninhos, defecar em áreas apropriadas distantes dos ninhos, fuçar nas proximidades das matas e brincar. A indústria de laticínios priva a vaca do contato com o filhote e a prática da ordenha finaliza quando a vaca que já não está em condições de procriar ou produzir leite é enviada ao matadouro para que sua carne seja aproveitada, assim como a de muitos gados de corte criados para esse fim. Também são usados na produção de carne as vitelas – bezerros submetidos a uma dieta totalmente anêmica e em situações contrárias ao seu bem-estar -, cordeiros, coelhos e ovelhas¹⁰.

Nesse sentido, é possível compreender a relevância de abordar a questão moral que toca os interesses dos animais. Se pensarmos de forma mais profunda, percebemos que tal discussão abre as portas para pensarmos em outras questões igualmente importantes do ponto de vista ético, como a problemática da produção de alimentos no mundo, que está mais voltada para a obtenção de lucro do que para questões que solucionem o problema da fome. Um exemplo disso é o mercado da pecuária, que direciona ao gado grande parte dos alimentos de origem vegetal que poderiam ser distribuídos para consumo humano. Estamos discutindo a situação climática mundial há vinte e três anos, desde a Eco 92 até a *Conferência Mundial do Clima* (COP 21) que ocorreu em Paris em dezembro de 2015. A propósito, podemos pensar também no “clima” em que essa conferência aconteceu, mediante os dois acontecimentos trágicos que envolveram o Brasil e a França e que se relacionam diretamente a questões éticas ambientais e humanas: o rompimento da barragem da

¹⁰ Detalhes sobre a forma como esses animais são explorados encontram-se no terceiro capítulo da obra *Libertação Animal*, que consta na bibliografia deste trabalho.

mineradora Samarco no município de Mariana, estado de Minas Gerais e os ataques terroristas ocorridos em Paris¹¹.

Pensar a questão climática global acarreta pensar também as formas como estamos produzindo alimentos. A destruição das florestas no Brasil, por exemplo, para prover área de pastagem está diretamente ligada à redução de retenção de carbono liberado no uso de combustíveis fósseis. Já se sabe que o dióxido de carbono (CO₂), conhecido como gás carbônico, liberado em excesso na atmosfera é um dos responsáveis pelo aquecimento global, cujas consequências afetam diretamente a população de seres vivos no planeta, principalmente as nações mais pobres. Também deve se levar em conta a produção considerável de metano, outro gás produzido pela indústria pecuária que liberado na atmosfera tem ainda mais eficácia em produzir calor, comparado ao CO₂. (SINGER, 2013 p. 245-247).

Após essas considerações, acreditamos que falar sobre especismo faça mais sentido, levando em conta a necessidade de transcender nossas preocupações individualistas em nome do bem estar coletivo.

1.2.2 O especismo e o princípio de igual consideração de interesses

O vocábulo *especismo* ainda é pouco conhecido. Essa afirmação é um indicativo de que a questão que toca os animais ainda não é muito discutida sob os aspectos nos quais o termo se apoia. Contudo, a partir da década de 1970, aconteceram muitos avanços nesses aspectos, como o aumento considerável de entidades não governamentais e a criação de algumas leis ambientais que favoreceram algumas condições de criação e de conservação de espécies. Como exemplo podemos citar a abolição das gaiolas para confinamento de poedeiras na Suécia em 1988, na Suíça em 1992 e na Holanda em 1994 (SINGER, 2013 p. 165). Dentre as entidades não-governamentais, em âmbito internacional temos como exemplo o *World Wide Found for Nature* (WWF), o *Greenpeace*, o *People for the Ethical Treatment of Animals* (PETA), o *Animal Liberation Front* (ALF), dentre outros.

¹¹ Para mais informações sobre esses acontecimentos:
<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/biologia/acidente-mariana-mg-seus-impactos-ambientais.htm>;
<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2015/11/14/o-que-se-sabe-sobre-os-ataques-terroristas-em-paris.htm>.

No Brasil, podemos citar o *Instituto Nina Rosa*, fundado em 2000 e dedicado a produzir material educativo, realizar cursos e palestras na área; o portal *Vista-se*, que se iniciou em 2007 e hoje é conhecido como um dos maiores portais sobre veganismo e direitos dos animais no Brasil, dentre outros.

Essas iniciativas diferenciam-se pela forma como atuam, mas apresentam o objetivo comum de colocar em pauta o interesse dos animais não humanos. Realizar esse objetivo pressupõe uma reflexão sobre os princípios nos quais esses interesses se assentam. Quando tal reflexão efetivamente não se realiza, corremos o risco de tomar partido a partir de um julgamento discriminatório, que nos leva a uma conduta inconsistente, como, por exemplo, considerar um membro de uma espécie como parte da família e aceitar com naturalidade que outros membros de outras espécies sejam privados de viver uma vida agradável, sendo criados exclusivamente para atender nossos interesses. Em outras palavras, estaríamos agindo de modo especista. Mas, afinal, o que é ser especista?

O termo *especismo* passou a ser conhecido a partir de seu uso na obra *Libertação Animal* de Peter Singer. Foi primeiramente usado pelo psicólogo britânico Richard Ryder, autor de obras como *Victims of Science* (1975), *Painism: A Modern Morality* (2003) e *Putting Morality Back into Politics* (2006). Segundo Singer (2013 p. 11), o especismo pode ser entendido como “o preconceito ou a atitude tendenciosa de alguém a favor dos interesses de membros da própria espécie, contra os de outra”. Para que fosse melhor entendido, o autor faz alusão a outras formas de discriminação, como o racismo e o sexismo. Toda vez que discriminamos um grupo com base em alguma diferença, como por exemplo, a cor da pele ou o sexo, estamos partindo de uma escolha arbitrária, a qual não justifica a desconsideração de interesses do grupo distinto; também podemos incluir a espécie como uma dessas marcas diferenciais. Logo, o especismo se configura também como uma forma de discriminação, assim como o racismo e o sexismo. Nesse sentido, seria possível marcar uma fronteira sólida sobre a consideração de interesses, a partir de uma escolha que não fosse arbitrária?

Peter Singer recorre a Jeremy Bentham, fundador da escola reformista-utilitarista de filosofia, que determinou esse limite. O sistema de ética do utilitarismo de Bentham tem como base a ideia de que “cada um conta como um e ninguém como mais de um”. (SINGER, 2006 p. 19). Singer, orientado também por uma forma

posterior ao utilitarismo clássico, que tem como foco o interesse, apresenta o princípio básico de igualdade que se estende também aos animais não humanos, uma vez que eles também possuem interesses:

A única fronteira legítima para nossa consideração pelos interesses de outros seres é aquela em que não é mais verdadeiro afirmar que o outro ser tem interesses. Para ter interesses, em sentido restrito e não metafórico, um ser precisa ser capaz de sofrer ou de sentir prazer. Se ele sofre, não pode haver justificativa moral para desconsiderar esse sofrimento ou para nos recusar a lhe atribuir um peso igual ao do padecimento de qualquer outro ser. (SINGER, 2013, p. 252)

Essa passagem confirma a delimitação da senciência como pré-requisito da consideração de interesses de um ser, diferenciando-a de outras características como a raça, o sexo, ou a inteligência e a racionalidade. Essa afirmação, entretanto, não desconsidera o diferencial da espécie humana em relação a outras espécies, marcado pela maior capacidade mental, que lhe assegura uma previsão de futuro, memória mais detalhada, maior compreensão dos fatos, autoconsciência, capacidade de manter relações significativas e duradouras com os outros. Essas características ganham representatividade maior em se tratando de discutir o valor da vida. Não se pode concluir, todavia, que a vida de um ser humano sempre valerá mais que a vida de um não humano. Para exemplificar, citaremos a seguinte passagem:

Um chimpanzé, um cão ou um porco, por exemplo, terão um grau superior de autoconsciência, e maior capacidade de estabelecer relações significativas com outros, do que um bebê gravemente retardado ou alguém em estado senil avançado. Portanto, se basearmos o direito à vida em tais características, precisaremos conceder que esses animais têm tal direito de modo tão ou mais válido do que seres humanos retardados ou senis. (SINGER, 2013, p. 31)

Singer apresenta argumentações diferentes para tratar do que tange à decisão sobre a morte de um ser e o que tange à ação de infligir dor. O conceito de especismo usado neste trabalho abrange a questão que toca a inflicção de dor e sofrimento. Defender a igual consideração de interesses implica rejeitar o especismo, mas não implica, contudo, afirmar que todas as vidas tenham igual valor. As características citadas acima como diferenciais da espécie humana – que também ocorrem em alguns animais – conferem maior valor à vida do ser que as

apresenta, mas não se sustentam enquanto justificativa de uma atitude especista, uma vez que, nesse caso, o que está em jogo é a senciência.

A questão do valor da vida é tratada com mais profundidade na obra *Ética Prática*, na qual se discute uma série de questões práticas e os meios justificáveis a uma conduta ética. Dentre essas questões está o estatuto moral dos animais, o aborto, a eutanásia, a situação dos refugiados, a preservação do meio ambiente e a responsabilidade dos países ricos para com os pobres. Quando se trata dos critérios utilitaristas que defendem o valor da vida, além da inconsistência da fronteira da espécie, lidamos com questões mais complexas ao aplicar o princípio de igual consideração de interesses. Para definir esse valor, Singer aponta a diferença existente entre seres autoconscientes, seres conscientes e seres não conscientes. Os seres autoconscientes são aqueles que podem ser considerados como *pessoas*, que possuem algum tipo de racionalidade e de consciência de si, categoria na qual se incluem alguns animais e grande parte dos seres humanos. Os seres conscientes, embora possuam algum tipo de consciência, não possuem autoconsciência e racionalidade. Os seres não conscientes não possuem consciência nem racionalidade. As diferentes formas como se dá ou não a consciência nos seres sencientes requerem que sejam dispensados tratamentos diferentes.

Essa discussão rendeu algumas críticas às ideias de Peter Singer, chegando até mesmo a ser censurado na Alemanha¹². Entretanto, conforme foi possível perceber, uma leitura atenta mostra que seu raciocínio prático não só aponta para o direito de viver de espécies autoconscientes, como chimpanzés, cães e porcos, mas também aponta um respeito profundo pela vida humana, seja em seu direito de viver e gozar de suas capacidades de autoconsciência e de racionalidade, ou de evitar o sofrimento prolongado de seres que já não podem mais gozar dos prazeres da vida. Em se tratando da aplicação do princípio de igual consideração para apontar as incoerências do especismo, o que se objetiva é trazer os animais para a esfera de nossas preocupações morais, e não isentar esse tipo de preocupação a alguns seres humanos. Não procedem, portanto, interpretações no sentido de que os seres humanos que não sejam autoconscientes não tenham direito à vida e possam ser mortos por razões triviais, como se faz com alguns animais. Esse tipo de

¹² Sobre esse [evento](#), conferir o apêndice “Sobre ter sido silenciado na Alemanha”. (SINGER, 2006).

interpretação demonstra desconhecimento do princípio de igual consideração de interesses, que se baseia não na diferença entre as espécies, mas na senciência.

Por conseguinte, será o conceito de especismo e suas implicações aqui apresentados que nortearão o processo de análise discursiva que se propõe neste trabalho, buscando identificar as marcas especistas que emergem a partir das informações oferecidas pelos veículos midiáticos selecionados. Contudo, antes de discutir os processos de análise vamos abordar uma questão que atravessa os hábitos especistas: a tradição cultural.

1.3 Cultura, Sociedade e Práticas Especistas

Conforme vimos no primeiro tópico deste capítulo, a ideia da soberania e do valor sagrado da vida humana é muito antiga. As práticas sociais ocorrem em uma determinada estrutura social, em um jogo de relações entre instituições no qual se estabelecem os valores sociais. As práticas especistas, como um tipo de prática social, de um modo geral, estão associadas a nossas práticas culturais diárias, que, com o tempo, foram se naturalizando e ganhando estabilidade. O ponto de vista da influência da cultura nas práticas sociais ajuda a entender por que essas práticas se propagaram ao longo do tempo e como são estabelecidos os valores. Cultura aqui será entendida conforme o conceito do antropólogo Bronislaw Malinowski, como “o todo integral consistindo de implementos e bens de consumo, contratos constitucionais para os vários grupos sociais, de ideias humanas e trabalhos artesanais, crenças e costumes” (MALINOWSKI, 1944 p. 36).

Para Malinowski, as atividades sociais ocorrem em um *contexto de situação*, mais imediato, que está inserido em um *contexto de cultura*, mais amplo. No contexto de situação, realizam-se as interações sociais e são construídas as visões de mundo, que são orientadas pelo macronível da cultura, onde se estabelecem os valores. Nesse sentido, podemos pensar que as práticas especistas presentes na atual estrutura social resultam de valores estabelecidos dentro da cultura ocidental ao longo dos anos. No entanto, a estruturação social não ocorre de forma simples e linear.

De acordo com Giddens (2003), apesar de as atividades cotidianas de atores sociais apoiarem-se em aspectos estruturais de sistemas sociais, as sociedades¹³ não são necessariamente coletividades unificadas na qual a reprodução de seus sistemas se equipara à consolidação da coesão social. Esse sociólogo esquematiza a estrutura social na tentativa de compreender como seus sistemas são produzidos e reproduzidos no tempo e no espaço. A base dessa teoria é a relação existente entre *ação* e *estrutura*. Essa ação é executada por uma determinada *agência* e envolve questões de poder no sentido de ser uma capacidade transformadora. A ação é um processo contínuo, um fluxo, no qual o *self* atuante mantém uma *monitoração reflexiva*. A reflexividade é entendida como “o caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social” (GIDDENS, 2003, p. 3). O termo *agência* diz respeito a “eventos dos quais um indivíduo é perpetrador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter atuado de modo diferente”. (GIDDENS, 2003 p.10,11). Essa escolha do indivíduo está relacionada a sua intenção, vista aqui como um certo tipo de cognoscitividade limitada, na qual não se tem controle sobre as consequências dos atos, que podem ser premeditadas ou impremeditadas. Essas últimas estão conectadas às práticas institucionalizadas, isto é, enraizadas no tempo e no espaço.

A estrutura não é um tipo de padronização, são *regras* e *recursos* envolvidos na produção e reprodução de sistemas sociais. As regras são definidas como “técnicas ou procedimentos generalizáveis aplicados no desempenho/reprodução das práticas sociais” (GIDDENS, 2003, p. 25). Os recursos são “os modos pelos quais as relações transformadoras são realmente incorporadas à produção e reprodução de práticas sociais” (GIDDENS, 2003, p. 21). Regras e recursos estão ao mesmo tempo produzindo e reproduzindo os sistemas, o que se caracteriza como *dualidade da estrutura*. Os sistemas são entendidos como relações entre os atores no tempo e no espaço, são práticas sociais regulares.

As propriedades estruturais permitem emergir valores que se organizam através de relações de poder. Essas relações de poder estão ligadas à agência, nas quais o indivíduo age, conscientemente ou não. Os valores se ligam à forma como a

¹³ O termo “sociedade” não é empregado em seu uso comum enquanto simples interação (associação social) ou unidade de fronteira, mas como “sistemas sociais que se destacam em baixo relevo de um fundo constituído por toda uma série de outras relações sistêmicas, nas quais elas estão inseridas” (GIDDENS, 2003 p.194).

estrutura dispõe as regras e os recursos. Dessa forma, pode-se compreender que a organização da estrutura social proposta por Giddens contempla o modo como se organiza o contexto de situação. No entanto, a disposição das regras e dos recursos será orientada pelo contexto de cultura, onde os valores são efetivamente estabelecidos e institucionalizados. Carmo (2014) aponta a necessidade de pensar o papel da cultura na produção de sentidos, que pode ocorrer através de diversos códigos semióticos, dentre eles a língua.

Considerando a língua como constitutiva da cultura, podemos pensar em práticas discursivas que atuam nesse estabelecimento de valores. O principal valor agregado ao especismo é a estranheza que causa a proposta de Singer (2006) de incluir alguns animais não humanos na categoria de pessoa, enquanto ser autoconsciente e racional. Isso porque a categoria de pessoa está culturalmente ligada ao ser humano. As nomenclaturas “homem”, “ser humano”, normalmente utilizadas para seres da espécie *Homo Sapiens*, distancia-o dos demais seres pertencentes ao reino *Animalia*. Há aí uma tentativa de apagar o critério usado pelas classificações científicas do universo biológico, que é estabelecer relações de parentesco evolutivo entre esses seres vivos. Observemos a imagem abaixo:

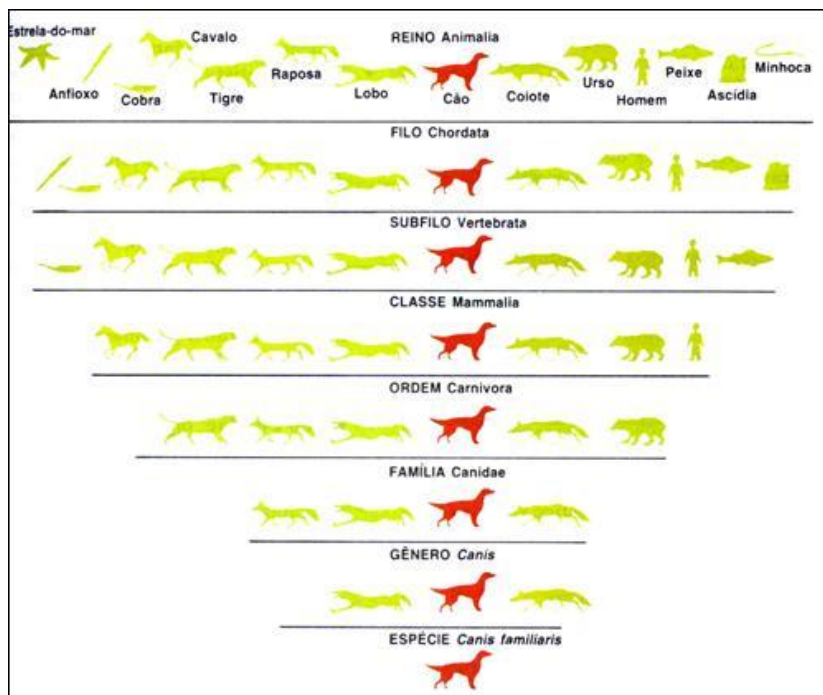


Figura 3: Classificação taxonômica do cão doméstico. Fonte: www.sobiologia.com.br

Esse é um exemplo baseado na classificação de seres vivos do naturalista Lineu, de 1758, usada até os dias de hoje, com algumas modificações. Segundo Lopes e Lopes (1991), as ideias sobre a evolução dos seres vivos através da Seleção Natural de Darwin em 1859 fizeram com que as espécies não fossem mais vistas como grupos estáticos de seres vivos, o que era defendido até então pelo ponto de vista do *fixismo*¹⁴. No exemplo acima, é possível observar que a espécie humana começa a partilhar uma categoria biológica em comum com o cão a partir da divisão da classe dos mamíferos. Se fôssemos comparar ao chimpanzé, *Pan troglodytes*, veríamos que essa diferenciação cairia para o gênero, pois homens e chimpanzés são mamíferos, primatas e pertencentes à família *Hominidae*. Portanto, levando em consideração a classificação biológica, chimpanzés também poderiam ser popularmente chamados de “homens”. Essa relação de proximidade de parentesco pode ser esclarecida em termos genéticos. Capra (2005, p. 69) comenta que “pesquisas com o DNA demonstraram que só há uma diferença de 1,6 % entre o DNA do ser humano e o DNA do chimpanzé”.

Alguns termos eufêmicos também disfarçam as consequências dolorosas de práticas especistas, como “abater”, que substitui “matar” ou, em um contexto mais específico de reflexão do ato, “assassinar”. Os pedaços dos cadáveres dos animais, dentro do contexto alimentar, ganham nomes que afastam a ideia de um ser vivo que foi morto, como, por exemplo, “bife”. O fato de as vitrines dos açougues normalmente exibirem as partes, afasta a ideia do ser inteiro, consciente e senciente.

Os jargões técnicos científicos também atuam no sentido de afastar o real sofrimento. Singer (2010) cita o trabalho de Alice Heim, uma psicóloga que reflete sobre as “terminologias científicas de conotação higiênica” em trabalhos sobre o comportamento animal, como por exemplo: “técnica de extinção”, que envolve tortura por privação de água, quase inanição ou choque elétrico; “reforço parcial”, “estímulo negativo”, “evitar”, “desistir”, dentre outros, que submetem o animal a um “estímulo” como se ele “optasse” por determinado comportamento. Ele também chama atenção para o fato de que animais são listados nas agências

¹⁴ Segundo Lopes e Lopes (1991 p. 170), o fixismo é um princípio de imutabilidade das espécies. No século XVIII, Lineu e os demais naturalistas da época acreditavam que os organismos eram criados definitivamente com a forma atual e que o número de tipos diferentes de organismos era constante desde o momento da criação do mundo.

governamentais que financiam pesquisas como se fossem suprimentos, ao lado de tubos de ensaios e instrumentos de registro.

A cultura popular também foi responsável por disseminar expressões idiomáticas com teor especista, como diversos provérbios, do tipo “matar a cobra e mostrar o pau”, “gato escaldado tem medo de água fria”, “mais vale um pássaro na mão do que dois voando”, “o boi engorda é com o olhar do dono”, “matar dois coelhos com uma paulada”, “pela boca o peixe morre”, dentre tantas outras. A famosa canção infantil “Atirei o pau no gato” também atua nesse sentido.

Além do âmbito linguístico discursivo, algumas atitudes já naturalizadas ao longo do tempo também se configuram como práticas especistas, como a utilização de animais com a única finalidade de prestarem algum tipo de serviço. No Brasil, as famílias principalmente de zona rural mantêm gatos para controlar a população de ratos. Por isso, quando nascem as ninhadas, é muito comum que os donos escolham um para esse serviço e eliminem o restante da ninhada. As crianças também são normalmente estimuladas a matar qualquer inseto que lhes aproxime. A propósito, sobre insetos, répteis e anfíbios foram construídas lendas ao longo do tempo que os colocam como verdadeiros inimigos da espécie humana. Há muito tempo, os cães foram acorrentados no fundo do quintal; sua função principal era atuar como guardião da casa. Os métodos tradicionais de criação de animais para servir como alimento ou para prestar serviços de transporte integra práticas como retirada de chifres, marcas a ferro quente, castração geralmente sem anestesia, corte de orelha, dentre outros.

O papel desempenhado por instituições como zoológicos e circos também define um padrão cultural especista. Lima (2008 p. 72) comenta que esses tipos de instituições que “representam e refletem uma determinada ordem cultural, de caráter essencialmente dominador, têm a peculiaridade de apresentá-la a seu público mais fiel, as crianças”. O ambiente de descontração e diversão normalmente suprime as possibilidades de questionamento. Desse modo, “a ideia ilusória do domínio humano sobre o restante da natureza vai sendo, desde cedo, introduzida e sedimentada”. (LIMA, 2008 p. 73). É a manifestação do espetáculo do poder do dominador sobre o dominado.

A carne é um alimento de alto custo, comparado aos produtos de origem vegetal mais comuns na alimentação. Normalmente, ela está presente nas mesas dos brasileiros, que também têm o hábito de fazer churrascos em datas comemorativas ou como forma de reunir os amigos. Comer carne foi um hábito construído como uma necessidade humana no passado e que hoje continua sendo reforçado por meio da necessidade de mercado das grandes corporações de alimentos. As sociedades antigas dependiam da caça como meio de sobrevivência, mas retiravam da natureza apenas o que precisavam para esse fim. O agronegócio investe cada vez mais em técnicas que visam ao aumento do lucro por meio da redução de gastos, o que implica, como já comentado, a transformação dos animais em máquinas de produção, em um tipo de mercantilização da vida.

Em se tratando da utilização de animais como instrumentos de pesquisa, pode-se perceber também um forte fator cultural que se manifesta na crença da instituição científica como a guardiã da verdade em busca do bem maior, no experimento enquanto única fonte confiável de verdade, o que justificaria todas as formas de violência a que se submetem os animais. Esse poder instituído atrelado a todo histórico de práticas especistas já comentado permite que a instituição decida quem pode e quem não pode ser violentado. Essas instituições representam empresas privadas, instituições acadêmicas e militares. A importância do fim a que se destina essa prática aproxima-se de tal forma de um nível indiscutível que normalmente não temos acesso aos meios pelos quais se busca alcançá-lo. O termo *vivissecação* é estranho à maioria das pessoas que não atuam no campo das ciências médicas, biológicas e psicológicas, onde normalmente a prática acontece. Lima faz o seguinte comentário a respeito desse termo:

O termo *vivissecação* (do latim *vivu* “vivo” + *seccione* “secção”), classicamente, faz referência à *dissecção* (abertura por incisão) de animais vivos, anestesiados ou não, para estudos de natureza fisiológica. A rigor, este seria o verdadeiro significado do termo, apesar de referir-se, muitas vezes, também à utilização de animais vivos para outros tipos de investigação, de natureza comportamental, por exemplo, onde não há, necessariamente, uma análise anátomo-fisiológica associada. Neste caso, há, sem dúvida, utilização de animais como cobaias para experimentos científicos, mas não seria apropriado utilizar o termo “*vivissecação*”. Apesar disso, ao examinarmos a literatura disponível a este respeito, não é raro vê-lo ser aplicado, de forma mais genérica, a qualquer tipo de experimentação que possa ser feita sobre animais, estejam eles vivos ou não, sejam eles abertos cirurgicamente ou não. (LIMA, 2008 p. 20).

A classificação dessa prática, no sentido mais genérico descrito acima, como uma forma de especismo vem justamente dos meios, da forma como ela ocorre. Lima (2008) descreve algumas dessas práticas presenciadas por ele durante o curso de ciências biológicas e psicologia. A propósito, foi justamente o estranhamento sobre a atitude não questionadora de seus colegas durante as sessões vivisseccionistas que o inspirou a realizar uma pesquisa acerca da ideologia e alienação no discurso sobre vivissecção.

Uma dessas práticas, no campo da neurofisiologia, consistia em retirar o cerebelo de alguns pombos, por meio de cirurgia, a fim de estudar as suas funções. Observemos a descrição das consequências dessa prática:

Os animais sem cerebelo, com um aspecto desagradável por apresentarem a região da cicatriz não coberta por penas e pelo abatimento geral que lhes dominava, não possuíam mais a capacidade de ficar em pé, ou, melhor dizendo, não conseguiam achar sua posição vertical, já que a falta do órgão tirava-lhes o senso de direção e de equilíbrio, além de prejudicar sobremaneira sua coordenação motora. Para que isto pudesse ser observado com mais clareza, os animais eram colocados em gaiolas cúbicas, um pouco maiores do que seus próprios tamanhos, dentro das quais eles ficariam, em vão e até a exaustão, procurando a posição vertical em meio a repetidos tombos, já que nenhuma das posições os deixava satisfeitos. Podíamos apoiar as gaiolas sobre qualquer uma das faces de suas figuras cúbicas que não faria nenhuma diferença para os animais, os quais continuariam buscando sua posição normal. Por vezes, como que incomodados pela impressão de impaciência, desassossego e angústia que os animais nos transmitiam em seus movimentos descoordenados e insistentes, tentávamos, em vão, ajudá-los, colocando-os, nós mesmos, em pé na posição vertical. Após vários dias nesta situação, contados a partir da data da cirurgia até quando todas as turmas tivessem observado o que fosse necessário, os pombos sem cerebelo seriam sacrificados, já que não apresentavam mais condições de sobrevivência. (LIMA, 2008 p. 21).

Outra prática descrita foi o “estômago de PAVLOV”, em que se abre cirurgicamente o pescoço de um cão e seu esôfago, sendo todo alimento direcionado para fora do corpo. Nessa situação, o animal não consegue suprir a fome e sede, por mais que se alimente. Este experimento se realiza com o intuito de “observar as respostas fisiológicas a determinados estímulos do meio e verificar se as primeiras são determinadas pelos últimos por algum tipo de condicionamento psicológico” (LIMA 2008, p. 27). Além desses experimentos descritos, o autor comenta questões a respeito das diferenças individuais de absorção e reação ao

anestésico – quando este é usado, levando em conta que em alguns casos há a necessidade de evitar substâncias químicas estranhas ao organismo do animal. Cita também o sacrifício de pequenos animais em que se procede girando-o no ar segurando-o pela cauda e acertando sua cabeça em uma mesa, por exemplo.

Nosso imaginário acerca dessas práticas, de forma geral, é preenchido pela ideia de que os animais são todos anestesiados, de que se usa o mínimo de animais possível, de que o sofrimento é evitado ao máximo, mas isso não é o que realmente ocorre quando temos acesso a descrições como essas e em tantos outros trabalhos como as obras *Ética e Experimentação Animal: fundamentos Abolicionistas* de Sônia T. Felipe; *Instrumento Animal: o uso prejudicial de animais no ensino superior*, organizado por Thales Tréz; *Vítimas da Ciência: limites éticos da experimentação animal* de Tamara Baub Levai, o próprio *Libertação Animal*, parte da base teórica do nosso trabalho dentre outros. As descrições das práticas, muito mais que detalhamentos técnicos-científicos, demonstram formas de especismo autorizadas por lei. Lima (2008) descreve um aparente detalhe ocorrido durante um experimento sobre a influência de drogas injetáveis nos batimento cardíacos de um cão:

Durante este último experimento que acabo de citar, o cão que seria operado pela turma do noturno assistia ao que era feito com seu companheiro de jaula durante a aula da tarde, estando acorrentado aos pés da mesa de cirurgia, assustadíssimo, tremendo, com o rabo entre as pernas e apresentando diarreia nervosa, reação típica de pavor. (LIMA, 2008 p. 26).

Embora as instituições científicas realizem essas práticas em nome da difusão do conhecimento e novas descobertas e muitas práticas já estejam sendo substituídas por vídeos - evitando assim o sacrifício de um número maior de vítimas, diversas publicações, como as citadas, principalmente nos últimos trinta anos, verificam que muitas dessas práticas ainda acontecem como forma de repetição de um ritual sagrado determinado pela instituição científica, embora existam outras formas de difusão do conhecimento. Existem outras medicinas além daquela imposta pela sociedade ocidental. Existem outras formas de estabelecer a forma como o homem se relaciona com as demais espécies.

Através desses exemplos, dentre tantos outros que poderiam ser citados, é possível compreender que práticas especistas sempre estiveram presentes ao longo do tempo na relação homem-animal, e que se configuram como parte da cultura dos povos, atuando na construção de valores negociados nas práticas sociais.

Após a década de 1970, esses hábitos vêm sendo questionados de forma mais intensa. É notável que ao longo do tempo, além de relações de dominação, os homens e algumas espécies animais também mantiveram relações amistosas, que colaboraram de alguma forma para que se repensasse esse domínio. Contudo, a indústria do “pet” foi além da prática cultural de se manter animais de estimação. Em muitos casos, pode-se perceber uma tentativa de “humanizar” algumas espécies, o que está aliado ao oferecimento de uma variedade incontável de produtos criados por essa indústria para atender a esse mercado que tem se mostrado bastante lucrativo.

Os questionamentos das práticas especistas resultaram em alguns avanços. A *Constituição Brasileira de 1988*, no capítulo VI, artigo 225, inciso VII do parágrafo primeiro, responsabiliza o poder público, de garantir que todos tenham direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado “proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade”. A Lei de Crimes Ambientais, Lei Federal 9.605 de fevereiro de 1998, em seu artigo 32, parágrafo primeiro, estabelece que é crime a realização de procedimentos dolorosos ou cruéis em animais vivos, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

A pressão exercida por organizações não governamentais também tem colaborado para colocar em pauta a exploração animal, sem contar os inúmeros movimentos sociais que promovem programas de conscientização e ações práticas como os mutirões de castração. Entretanto, quando propomos repensar essas práticas especistas, nos vemos em um embate entre essa necessidade e as práticas culturais arraigadas aos hábitos sociais, vinculados a forças econômicas que ditam os valores de mercado. A mudança social, portanto, é um desafio que envolve elementos culturais, nos quais estão envolvidos valores econômicos e práticas naturalizadas ao longo do tempo.

No capítulo seguinte, descreveremos de forma sucinta os propósitos da Análise do Discurso e sua origem, apresentaremos o quadro teórico-metodológico que orientará a pesquisa, bem como explicaremos os motivos que nos levaram a optar por seguir tais caminhos. Por fim, serão descritos os procedimentos metodológicos através dos quais será realizada a análise.

CAPÍTULO II

DISCURSO, CRÍTICA E INTERDISCIPLINARIDADE

2.1 A Análise do Discurso: relações entre linguagem e realidade

Um caminho possível para alcançar o propósito deste trabalho, de lançar um olhar crítico para um tipo de prática já naturalizada no senso comum das sociedades ocidentais, orientada por hábitos culturais, é realizá-lo por meio de uma análise da prática discursiva. Acreditamos, consoante as ideias de Fairclough (2001), que as contribuições da Análise do Discurso possibilitam entender como nossos valores e crenças, estabelecidos e reproduzidos através dos discursos sociais, por meio da linguagem ou outros códigos semióticos, atuam no processo de manutenção e mudança das práticas sociais:

O discurso é socialmente construtivo (...), constituindo os sujeitos sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, e o estudo do discurso focaliza seus efeitos ideológicos construtivos (...). (FAIRCLOUGH, 2001, p. 58).

As abordagens discursivas em geral convergem para a ideia de que a relação entre linguagem e realidade não se faz de modo direto, simples. A linguagem não é mera representação do pensamento, ela tem um papel mais complexo e significativo. Essas abordagens defendem a ideia de que os discursos produzidos pelos agentes sociais participam do processo de significação e constituição da realidade, funcionando como um recurso de mediação entre esses agentes e o mundo.

A Análise do Discurso (AD) direciona seus interesses para a forma como se dá esse processo de mediação e de significação da realidade na instância da linguagem:

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, é um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia. (BRANDÃO, 2004, p. 11).

Ao estudar a linguagem nessa perspectiva, devemos considerar os processos histórico-sociais que a constituem, assim como os sujeitos que participam nesse processo e que nele também se constituem. Esse é, de modo geral, o foco principal da AD, que apresenta ramificações de acordo com as correntes de pensamento que as norteiam.

A perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD) sobre o papel da linguagem na manutenção do poder nos grupos sociais vai além da questão da luta de classes, que se expandiu a partir da teoria marxista. Ela amplia a discussão para questões étnico-raciais, de gênero e, como parte da proposta deste trabalho, de espécie.

A ACD tem suas origens na Linguística Crítica, cuja principal preocupação é a relação entre linguagem e ideologia, buscando uma abordagem mais social, além do aspecto puramente linguístico. Por se constituir como uma teoria da AD que reconhece a importância da projeção nos aspectos sociais, a ACD se configura como uma linha necessariamente interdisciplinar e dinâmica. Weiss e Wodak (2003) sugerem que a ACD seja vista como um tipo de escola ou programa cujos princípios se modificaram ao longo dos anos. Eles citam como exemplo a variedade de abordagens gramaticais que integram o programa, como as de Jim Martin, Teun van Dijk, Jay Lemke, Fairclough e Wodak.

Segundo Weiss e Wodak (2003), o quadro teórico da ACD caracteriza-se pela determinação de objetos de pesquisa práticos, ideia defendida pelo pensamento crítico que se desenvolveu a partir do século XIX, com as teorias de Marx, Nietzsche, Heidegger, Horkheimer, Adorno e Habermas. Nessa perspectiva uma teoria poderia ser definida como:

(...) uma série coerente de declarações individuais e universais, que vão além de uma mera descrição, e possibilitam fundamentar, explicar ou entender, ou mesmo (re-) construir o objeto teórico assim como estabelecer relações causais entre fenômenos específicos.¹⁵

O aspecto diferencial da ACD, isto é, o desenvolvimento de uma teoria interdisciplinar que alcança uma abrangência dos níveis linguísticos, discursivos e

¹⁵ As traduções do inglês ao longo da dissertação foram feitas por mim. Tradução de: “a coherent series of individual and universal statements, going beyond a mere description and making it possible to substantiate, explain, or understand, or even (re-) construct the object of theory as well as to establish casual relations between specific phenomena”. (WEISS; WODAK, 2003 p. 02).

sociais, possibilita analisar categorias mais amplas, como relações de poder, ideologia, legitimação, hegemonia. Categorias essas que marcam relações discriminatórias e conflitos, observados em nível institucional e nas comunidades sociais. Nesse sentido, torna-se indispensável recorrer a diversas abordagens, linguísticas, discursivas e sociológicas. Weiss e Wodak reforçam a ideia de que “a ACD nunca foi e nunca tentou ser ou fornecer uma teoria única ou específica, e uma metodologia específica não é característica de pesquisa em ACD”¹⁶.

Esse interesse por associar análise linguística e social provém do propósito de agir no sentido de desvelar desigualdades sociais manifestas através dos discursos e, conseqüentemente, permitir a ocorrência de transformações sociais. Os objetos de estudo da ACD se situam principalmente nesse contexto de relações desiguais, e diante desse caráter assistemático e variado, torna-se necessário selecionar, nas abordagens envolvidas, ferramentas conceituais e categorias analíticas que sejam relevantes para cada problema especificamente.

O fato de estarmos lidando com problemas sociais de ordem prática que se configurarão como objetos de pesquisa demanda uma atenção para um trabalho que vá além do ato de politizar em nome de uma causa. Weiss e Wodak apresentam o princípio da triangulação como forma de se executar uma análise de discurso precisa. O contexto deve ser visto “não como um mero estabelecimento do tempo/espço, ou como quadro situacional, mas como algo que requer uma explanação teórica mais compreensiva (...)”¹⁷. Segundo eles, a abordagem triangular leva em conta o nível descritivo (linguagem ou texto interno); a relação intertextual e interdiscursiva entre elocuções, textos, gêneros e discursos; as variáveis extralinguísticas sociais/sociológicas e quadros institucionais de um contexto de situação específico e os contextos sociopolíticos e históricos mais amplos, nos quais as práticas discursivas se relacionam.

Por apresentar esse caráter crítico e interdisciplinar, buscando uma mediação entre o social e o linguístico, a ACD se mostra como uma opção teórica e metodológica adequada para realizar a pesquisa que aqui propomos. Trabalharemos

¹⁶ Tradução de: “CDA has never been and has never attempt to be or to provide one single or specific theory, and one specific methodology is not characteristic of research in CDA” (WEISS; WODAK, 2003 p. 12).

¹⁷ Tradução de: “context is understood not as a mere setting in space/time or situational framework but rather as something that requires a more comprehensive theoretical explanation (...)” (WEISS; WODAK, 2003 p. 21).

com a perspectiva desenvolvida por Fairclough (2001, 2003, 2010) e com alguns conceitos de Lemke (1995), que serão explicados a seguir.

2.2 Abordagens Discursivas

2.2.1 Teoria Social do Discurso

A Teoria Social do Discurso foi desenvolvida por Norman Fairclough com o intuito de servir como modelo para a pesquisa científica social, a partir da reunião da “análise de discurso orientada linguisticamente e o pensamento social e político relevante para o discurso e a linguagem” (FAIRCLOUGH, 2001 p. 89). O autor propõe um quadro tridimensional que pode ser usado como método, que engloba a análise textual, a análise da prática discursiva e a análise da prática social com a finalidade de investigar as mudanças sociais.

Esse quadro tridimensional exigiu que se reunissem conceitos oriundos de teorias linguísticas, discursivas e sociais, conforme discutido anteriormente a respeito do caráter interdisciplinar da ACD. Para a análise linguística, Fairclough (2001) sugere orientação da teoria sistêmica da linguagem de Halliday (1978), que considera a linguagem como multifuncional, na qual “os textos simultaneamente representam a realidade, ordenam as relações sociais e estabelecem identidades”. (FAIRCLOUGH, 2001 p. 27). Os princípios da Gramática de Halliday (1985) também são, segundo Fairclough, úteis à AD. O quadro da análise textual se constitui por vocabulário, gramática, coesão, estrutura textual, coerência, força dos enunciados e intertextualidade, sendo que estes três últimos também participam da análise da prática discursiva.

A análise da prática discursiva engloba os processos de produção, distribuição e consumo dos textos. Os textos são produzidos em diferentes contextos de situação e distribuídos em diferentes domínios institucionais. Cada um desses domínios “possui padrões próprios de consumo e rotinas próprias para a reprodução e transformação dos textos” (FAIRCLOUGH, 2001 p. 107). Embora não se neguem as dimensões sociocognitivas que participam desses processos, a “maneira como o contexto afeta a interpretação do texto varia de um tipo de discurso

para outro” (FAIRCLOUGH, 2001 p. 110), o que sugere a presença de marcas de caráter ideológico.

Para discutir a intertextualidade e as demais noções a que ela dá acesso, Fairclough a define como:

A propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente e assim por diante (FAIRCLOUGH, 2001, p. 114).

Fairclough (2001), a partir da leitura de Authier-Revuz e de Mangueneau¹⁸, reconhece a intertextualidade como sendo *manifesta*, quando os textos se constituem de forma heterogênea por meio de outros textos ou *constitutiva*, quando os textos se constituem de forma heterogênea através de elementos convencionados das ordens de discursos. A intertextualidade manifesta é discutida na Teoria Social do Discurso em termos de representação do discurso, pressuposição, negação, metadiscurso e ironia. A intertextualidade constitutiva é o interdiscurso, termo tomado da AD francesa. Pêcheux (1988 p. 162) se refere ao interdiscurso como um “todo complexo dominante” das formações discursivas. A interdiscursividade na ACD é o elemento que explica a constituição de um determinado discurso por meio de elementos de outras ordens de discursos.

As noções de ‘formação discursiva’ e ‘ordens de discurso’ são buscadas em Michel Foucault. As formações discursivas são definidas, segundo Foucault (2005), a partir de sistemas de dispersão semelhantes de enunciados, nos quais se delimitam domínios de objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas. Lemke (1995) associa a noção de ‘formação discursiva’ às ‘vozes’ que constituem a noção de dialogismo e polifonia de Bakhtin. Podemos reforçar essa ideia em Foucault, a partir da afirmação de que “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (FOUCAULT, 2005 p. 137), atuando numa espécie de jogo enunciativo.

¹⁸ AUTHIER-REVUZ J. **Heterogeneidades enunciativas**. Trad. C. M. Cruz e J. W. Geraldi. Cadernos de Estudos Linguísticos. Campinas:[1982] 1990.

MAINGUENEAU, D. **Nouvelles tendances em analyse du discours**. Paris: Hachette, 1987.

As ordens de discurso determinam “o que pode ser dito, por quem e em que ocasião” (FAIRCLHOUGH, 2001 p. 77), mostrando como as práticas discursivas são socialmente controladas e restringidas.

A análise da dimensão social, que contempla as categorias de ideologia e hegemonia, investiga como as relações de poder ocorrem nos discursos, em níveis de organizações e instituições. A influência foucaultiana nessa dimensão busca levar em consideração as tecnologias do poder - disciplina e aconselhamento - analisadas por Foucault em *Vigiar e Punir* (1979) e *História da Sexualidade I* (1981), buscando entender suas relações com processos de mudança ou manutenção de práticas sociais.

A existência material da ideologia nas práticas institucionais, conforme defendido por Althusser (1988), propicia investigar as práticas discursivas como formas materiais de ideologia que se naturalizam, atingindo status de senso comum. Contudo, Fairclough também foca no caráter de transformação ideológica. Enquanto que para Althusser o sujeito se configura como ‘efeito ideológico’, para Fairclough é também possível que ele aja de forma crítica, no sentido de reconhecer as investidas ideológicas que variam em graus diferentes de acordo com os contextos de situação. O equilíbrio entre um sujeito que age sob a ideologia e o sujeito ativo depende da estabilidade relativa das relações de dominação.

Essa visão mais estreita da ideologia enquadra-a como formas de estabilizar e manter relações desiguais de poder no senso comum. Lemke (1995 p. 13) também destaca a visão compartilhada por Fairclough e Althusser de ideologia como “alternativa ao uso da força material e da violência física”. A partir desses pensamentos, as ideologias são entendidas por Fairclough como:

(...) significações /construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões de formas/sentido das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. (FAIRCLHOUGH, 2001 p. 117)

A categoria de hegemonia é analisada levando-se em consideração que nos campos econômico, políticos, dentre outros, em uma sociedade, sempre haverá uma relação de poder de forma hierarquizada estabelecida, mas não estabilizada, entre os grupos. Nesse sentido, Fairclough considera a hegemonia como um ‘equilíbrio

instável', de acordo com o pensamento de Gramsci. Essa ideia também articula o modelo de *ação comunicativa* de Habermas. Segundo Maia (2011), na obra *Teoria da Ação Comunicativa* de 1986, Habermas abandona a estratégia de se levar em conta uma filosofia subjetiva que não considerava os processos de interação. Os críticos de Habermas apontavam uma negligência às variantes culturais e nacionais e as diferentes trajetórias na construção do Estado e da vida pública. Em seu novo modelo, ele passou a associar a comunicação racional à nova estrutura da teoria social, na qual os sistemas sociais se reproduzem através da ação comunicativa fundada em valores, normas e processos de compreensão da realidade.

Habermas rompe com a visão iluminista do sujeito, passando a vê-lo como necessariamente condicionado nos processos de interação. As relações hegemônicas se estabelecem através desses processos de interação, naturalizando-se em saberes parcialmente estáveis, que remonta o pensamento de simbolismo construído em Durkheim.

Outra ideia trazida para ajudar a compreender a categoria hegemônica é a noção de *habitus* que, para Bourdieu, pode ser compreendida como:

um sistema das disposições socialmente constituídas, que enquanto estruturas estruturantes constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. (BOURDIEU, 2005 p. 191).

A análise tridimensional pressupõe uma relação dialética entre a estrutura e os eventos discursivos. A estrutura discursiva pode ser entendida como as *ordens de discurso*, as quais representam um tipo determinado de relação hegemônica. A tentativa de rearticulação de uma determinada ordem de discurso implica uma questão de luta hegemônica em favor de mudanças que afetam as relações sociais e culturais. Fairclough (2001) apresenta um *modelo hegemônico*, baseado em processos de democratização que podem ocorrer a partir da observância da *comodificação*, direcionando para um propósito mercadológico e da *tecnologização*, uma tendência das sociedades modernas em que há cada vez mais controle sobre a vida das pessoas. Como exemplo, ele apresenta modelos de análises de entrevistas médicas de tipo *padrão*, isto é, apresentando o modelo hegemônico tradicional, e de tipo *alternativa*, cujos marcadores textuais de relações de poder tendem a diminuir.

Partindo da ideia de discurso como constituindo e construindo o mundo em significados, conforme discutido acima, Fairclough apresenta três aspectos dos efeitos construtivos do discurso. Esses aspectos são desenvolvidos com base na Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday (1978), que explica a língua com base em três metafunções, as quais participam da construção das visões de mundo. A *metafunção ideacional* se refere a formas de representar o mundo, a *metafunção interpessoal* diz respeito à relação entre os participantes na interação e a *metafunção textual* refere-se à forma como a mensagem é organizada pelos componentes textuais. Fairclough (2001) propõe dividir a metafunção interpessoal em identitária e relacional, a fim de se analisar as formas de estabelecimento de identidades sociais e como as relações sociais se dão no processo de representação e negociação.

Nesse sentido, o discurso contribui para construir sistemas de conhecimento e crenças; identidades sociais, que podem ser entendidas como posições de sujeito e relações sociais. Fairclough (2003) apresenta um modelo de análise discursiva que acompanha seu modelo tridimensional, relacionando o evento social (o texto), a prática social (as ordens de discurso) e a estrutura social (linguagem).

O texto é um evento social concreto, que pode ser produzido de diferentes formas, a partir de relações de escolhas internas de nível sintagmático e paradigmático. Como exemplo, podemos citar a escolha lexical e a forma de organização desses elementos léxicos. A ordem do discurso deve ser analisada levando em conta seus três elementos: o gênero (como modos de agir), o discurso (como modos de representar), e o estilo (como modos de ser). Os gêneros “sustentam a estrutura institucional da sociedade” (Fairclough, 2003 p. 32). Não são apenas tipos de textos, mas também processos convencionados socialmente. O discurso, como um modo de construir e representar o mundo atua no estabelecimento de crenças e valores. Os estilos são as identidades que são estabelecidas, podendo ser analisados em termos de tenor, modo e modo retórico do texto¹⁹.

¹⁹ Essas categorias de análise estão detalhadas nos capítulos 5 e 6 da obra *Discurso e Mudança Social*, de Norman Fairclough, que consta na bibliografia deste trabalho.

A análise que faremos seguirá os princípios da Teoria Social do Discurso de Fairclough. De acordo com esse quadro teórico, consideraremos a linguagem como uma modalidade semiótica que atua no processo social. A realidade social pode ser reconhecida a partir de três níveis, sendo eles: a estrutura social, as práticas sociais e os eventos sociais. A estrutura social será concebida a partir de Giddens (2003), conforme descrita no primeiro capítulo. As redes de práticas sociais podem ser reconhecidas nas ordens de discursos de instituições, campos sociais e organizações.

O conceito de discurso que orientará este trabalho parte da ideia de Foucault que, em sua proposta arqueológica de apreender o enunciado²⁰ no momento de seu acontecimento e determinar suas condições de existência, estabelecendo correlações com outros enunciados, traz as seguintes considerações sobre o discurso:

(...) um conjunto de enunciados na medida em que revelam da mesma formação discursiva; o discurso não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização na história seria possível assinalar (e explicar, em disso sendo caso); é constituído por um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim, entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em perguntar-nos como e por que pode ele emergir e tomar corpo neste ponto do tempo; o discurso é, de um extremo ao outro, histórico-fragmento da história, unidade e descontinuidade na própria história, pondo o problema dos seus próprios limites, dos seus cortes, das suas transformações, dos modos específicos da sua temporalidade, mais do que o do seu surgimento abrupto no meio das cumplicidades do tempo (FOUCAULT, 2005, p. 159).

A partir dessas formulações de Foucault, é possível compreender que o discurso pode ser analisado muito além da sua compreensão linguística como sendo “amostras ampliadas de linguagem falada ou escrita” (FAIRCLOUGH, 2001 p. 21). A análise depende da consideração das condições de existência daquele discurso, ou, por que tal discurso emerge e não outro. Ou ainda, quais formações discursivas estão sendo evocadas em detrimento de quais outras. Em sua Teoria Social do Discurso, Fairclough alia essa noção foucaultiana aos aspectos linguísticos do

²⁰ Segundo Foucault (2005), as modalidades de enunciação referem-se à situação do sujeito falante, que permitem o aparecimento de enunciados que, em regularidade com o sistema de emergência de objetos, instauração de conceitos e desdobramentos de escolhas estratégicas, em estado de dispersão, levam ao surgimento de Formações Discursivas. Os enunciados encontram-se em nível discursivo, acima do linguístico, que diz respeito às frases, proposições ou formulações.

discurso, a fim de elaborar um quadro metodológico que reunisse análise linguística, discursiva e social, conforme descrito anteriormente.

Levando em consideração que as dimensões analíticas se configuram como ferramentas para possibilitar a análise, e que os três níveis - textual, discursivo e social - estão na realidade em condições de interdependência mútua, o discurso é considerado como “linguagem em uso como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais” (FAIRCLOUGH, 2001 p. 90). O discurso, portanto, passa a ser visto, de forma integralizada, como um modo de ação, de representação e de construção de sentidos. “O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação, constituindo e construindo o mundo em significado”. (FAIRCLHOUGH, 2001, p.91).

O nosso objetivo de investigar como o especismo é veiculado pela mídia passa necessariamente pela investigação de como os sentidos são construídos no funcionamento da estrutura social analisada. Nesse sentido, analisaremos as *práticas sociais* - cuja dimensão semiótica são as ordens de discurso - que emergem nos *eventos sociais* – cuja dimensão semiótica são os textos. Três categorias são identificáveis nessas construções de sentido, sendo elas a ação, a representação e a constituição de identidades. Através dessas categorias identificam-se configurações particulares de diferentes gêneros, discursos e estilos. Nosso foco se dará na categoria da representação, analisando, portanto, as configurações dos discursos que emergem por meio dos eventos. Esse recorte está relacionado à metafunção ideacional da linguagem de Halliday (1978), que concentra suas atenções nas formas como a realidade é significada, como ela é concebida pelos sujeitos que se interagem no discurso.

Em se tratando de um tema cuja problemática se concentra em relações desiguais, é importante pensar na questão do controle social e da atuação política na organização dos sistemas sociais. Por isso, consideraremos as noções de Lemke (1995, 2003) que discute o papel dos textos enquanto artefatos semióticos-materiais na produção da coerência de sistemas sociais no tempo e no espaço. O estudo dos textos se torna importante na medida em que eles medeiam diferentes formas de controle social. Para Lemke, “essa abordagem é útil para estudar de que forma os sentidos que fazemos funcionar sustentam ou desafiam as relações de poder em

nossa comunidade”²¹. No próximo tópico, comentaremos a noção de Ecossistemas Sociais que aborda tal discussão.

2.2.2 Os Ecossistemas Sociais

Lemke (1995) discute a possibilidade de uma teoria de sistemas sociais a partir de um ponto de vista ecológico. O autor destaca que as visões que temos do mundo são criadas a partir de nossas relações sociais, que nos vinculam em diferentes comunidades, culturas e subculturas. Os sentidos são, portanto, vistos como produtos de hábitos sociais, em acordo com as propostas da ACD que descrevemos. A comunidade é definida por Lemke “(...) não como um conjunto de indivíduos que interagem, mas como um sistema de práticas sociais interdependentes”²². A linguagem é um aspecto que se envolve tanto biologicamente quanto culturalmente como parte das atividades que integram o organismo no ambiente social e material.

Outro ponto relevante destacado por Lemke é a consciência de que o pesquisador é parte de um sistema social, ideia que vai ao encontro do princípio da sociologia reflexiva de Bourdieu, que aponta para a “necessidade de pôr em causa as próprias operações e os próprios instrumentos de pensamento. Pôr em suspenso seus interesses e as representações do senso comum” (BOURDIEU, 2009 p.35). Bourdieu recomenda submeter a prática da pesquisa à crítica sociológica, escapando do “registro desmistificador dos critérios objetivos e da ratificação mistificada e mistificadora das representações” (BOURDIEU, 2009, p. 122).

Trazendo essa reflexão para nosso objeto de pesquisa - as práticas especistas - é possível situá-lo no senso comum, como práticas naturalizadas no recorte sociocultural ao qual pertencem os textos/discursos selecionados. Bourdieu traz como exemplo a descrição e problematização dos processos por meio dos quais foi produzido o conceito de ‘região’, circulando entre os domínios da geografia e da economia. Podemos, a partir desse raciocínio, pensar se dentro do senso comum do saber científico é permitido ou legítimo discutir a noção de especismo, se essa

²¹ Tradução de: “This approach is useful for studying meaning in a way that then enables us to see how the meaning we make function to sustain or challenge the relationships of power in our communities. (LEMKE, 1995 p. 9)

²² Tradução de: “(...) not as a collection of interacting individuals, but as a system of interdependent social practices” (LEMKE, 1995 p. 9)

noção é reconhecida pela “ciência oficial” e pelo pensamento positivista dominante aos quais se refere Bourdieu em sua proposta reflexiva.

Lemke pontua que “a ciência do homem deve se sujeitar ao exame crítico e cético para determinar seus preconceitos ideológicos”²³. Ele cita os questionamentos a respeito da existência de teorias universalistas em função da necessidade de justificar a dominação da classe média alta, de pessoas em idade ‘produtiva’ e homens europeus sobre trabalhadores, camponeses, mulheres, crianças, pessoas idosas, escravos e culturas não reconhecidas pelo modelo ocidental europeu. Podemos incluir também os animais não humanos como um grupo vulnerável entre esses que sofrem as consequências da dominação, conforme discutimos no primeiro capítulo.

A noção de ecossistemas sociais contribui para a construção de uma visão de mundo material constituído por sistemas que se inter-relacionam e são compostos por comunidades, sendo que as comunidades humanas se destacam como sistemas complexos. A espécie humana apresenta as faces biológica, social e cultural. É essa última face, a da cultura, que diferencia o homem das demais espécies não humanas, na medida em que ele constrói sistemas simbólicos mais complexos que orientam seu comportamento no mundo. Contudo, em outras espécies também se identificam sistemas sociais, culturais e habilidades cognitivas, que variam de acordo com a evolução biológica das espécies. Charles Darwin publicou em 1872 a obra *A expressão das emoções no homem e nos animais*, demonstrando no resultado de seus experimentos que estados emotivos não ocorrem apenas na espécie humana. Mas foi a partir da segunda metade do século XX que muitas pesquisas científicas ²⁴

²³ Traduzido de: “the sciences of the human and near-human, which we must subject to skeptical, critical examination to determine their ideological biases”. (LEMKE, 1995 p. 22).

²⁴ Dentre os muitos exemplos, pode-se citar *O parente mais próximo: o que os chimpanzés me ensinaram sobre quem somos*, livro de Roger Fouts em parceria com Stephen Tukul Mills, que descreve a experiência científica do autor ensinando uma chimpanzé a ASL (American Sign Language). Capra (2005) destaca também marcas culturais que antropólogos observaram em comunidades de chimpanzés, como construir e usar ferramentas e ensinar certas habilidades aos descendentes.

Em 2012, um grupo composto por neurocientistas, neurofarmacologistas, neurofisiologistas, neuroanatomistas e neurocientistas computacionais, com base em pesquisas realizadas sobre o funcionamento do cérebro, assinaram um manifesto na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, admitindo a existência da consciência em mamíferos, aves e outras criaturas como o polvo. O estudo parte da ideia de que a capacidade de desenvolver estados afetivos não está ligada ao córtex cerebral, a parte do cérebro mais desenvolvida nos homens. Essa parte do cérebro relaciona-se às funções do pensamento e não às emoções e sensações. Os estudos concluem que “os humanos não são os únicos seres que possuem substratos neurológicos geradores de consciência”. O

têm descoberto capacidades variadas desde os insetos até os mamíferos superiores, além de comprovar relações complexas também entre os grupos sociais de animais. Contudo, a espécie humana, por meio dos símbolos que variam de cultura para cultura, é capaz de produzir sentidos distintos, fazendo uso das diversas ferramentas semióticas de representação - como o discurso - e de ação - como as atividades significativas de cada cultura. É justamente essa face cultural, conforme visto no primeiro capítulo, que permite a reprodução de práticas especistas, herdadas de um pensamento cartesiano que construiu um abismo entre os homens e as demais espécies.

O sistema complexo humano é definido por Lemke como um *Sistema Ecosocial*, ao mesmo tempo *material*, ligado por relações físicas, químicas e ecológicas e *semiótico*, em cujo interior são produzidos sentidos (atitudes sociais, crenças e valores). Uma das ferramentas dessa atividade semiótica é o discurso enquanto forma de representação através da linguagem. Mas como isso ocorre? Lemke explica que os sistemas de signos que compõem a língua são sistemas de recursos semióticos, nos capacitando a agir de forma significativa, fazendo com que esses recursos se tornem reconhecíveis por meio de práticas regulares e repetíveis. Essas práticas podem direcionar tanto para a manutenção quanto para a mudança do sistema, por meio de um tipo de *hierarquia formal de contextualização*. As práticas especistas discutidas no primeiro capítulo podem servir de exemplo enquanto forma de manutenção dos sistemas sociais ocidentais. De modo geral, a manutenção está ligada a formas de controle social e à categoria da ideologia.

Por meio da análise dos textos/discursos selecionados, podemos entender a auto-organização de parte do sistema ao qual esses textos/discursos pertencem e perceber que tipo de processo está sendo mediado semioticamente, ocupando o topo da hierarquia de contextualização. Essa análise, todavia, não tem a pretensão de descrever o sistema como um todo, uma vez que o sistema complexo possui variáveis, é dinâmico e aberto. Lemke (1995) comenta esse caráter dissipatório dos sistemas humanos em relação a outros sistemas mais simples, como os sistemas termodinâmicos, que possuem transformações reversíveis, o que não ocorre nos

sistemas humanos. Reconhecemos, portanto, que a complexidade dos sistemas ecossociais, com suas variáveis interdependentes devem ser levados em conta na análise. As ferramentas conceituais apresentadas servirão de apoio para realizar este trabalho. No item seguinte, apresentaremos os caminhos que percorreremos e as categorias que orientarão a análise.

2.3 Procedimentos Metodológicos

O recorte dos textos que analisaremos foi feito a partir de um critério temático. A preferência por revistas e jornais de grande circulação nacional²⁵ não especializados em animais permite verificar quais tipos de discursos emergem quando é noticiado um fato em que interesses distintos estão envolvidos. A divulgação na mídia sobre a invasão do Instituto Royal na cidade de São Roque, interior de São Paulo chamou a atenção por envolver interesses humanos e não humanos que se conflitaram. No decorrer da história e nos dias atuais, os interesses humanos, por razões já descritas, vêm sobrepondo-se aos não humanos. Mas de que forma isso ocorre? Que estratégias discursivas são usadas para que essa ideia seja tomada como natural, fazendo parte do senso comum? Que valores de verdade são construídos por meio do discurso? Como o sistema social ao qual pertence esse recorte temático é representado? É possível perceber algum tipo de controle social? Como ele se realiza discursivamente? Como a prática discursiva molda a prática social? Objetivando responder a essas questões, nossa análise se concentrará nas formas como são representados atores e ações e nos modos como se reproduzem conhecimentos e crenças e se concebe a realidade.

Fairclough (2010) sugere uma *Abordagem Relacional Dialética* cuja metodologia se formula a partir de quatro estágios. O primeiro estágio é o foco em um erro social em seu aspecto semiótico. O autor alerta que o termo 'erro' abre espaço para discussões polêmicas, mas situa-o como um "(...) aspecto do sistema social, formas ou ordens que são prejudiciais para o bem-estar da humanidade, e

²⁵ Conforme informações do Índice de Verificação de Circulação (www.ivc.org.br). Acesso em: 15/06/15.

que poderiam a princípio ser amenizados se não eliminados (...)”²⁶. Ele cita como exemplos a pobreza, as desigualdades, a falta de liberdade ou o racismo. Vamos ampliar a categoria ‘humanidade’ a que se refere Fairclough a todos os seres sencientes, a fim de que os animais não humanos também sejam vistos como um grupo vulnerável, passível de sofrer as consequências das desigualdades configuradas na abordagem relacional dialética como erros sociais.

O segundo estágio passa pela investigação de como esse erro ocorre nas formas de organização e estruturação da vida social. Nossa hipótese é de que a mídia contribui para manter o discurso especista. Fairclough (1995 p. 33) chama atenção para as relações entre texto, sociedade e cultura no ambiente midiático. Nesse sentido, selecionamos quatro veículos de grande circulação nacional que noticiaram o evento da invasão, sendo dois jornais e duas revistas: os jornais *Estadão* e *Folha de São Paulo* e as revistas *Veja* e *Época*.

Nas duas revistas, o evento foi reportagem de capa: *Veja* edição 2345 e *Época* edição 805. Os dois jornais pertencem ao Estado de São Paulo, onde o evento aconteceu. Tanto os jornais quanto as revistas possuem diferentes formas de divulgação de seu conteúdo: a edição impressa; a edição *on-line*, que corresponde ao conteúdo impresso, diferenciando-se pela forma de acesso e o *website*. Este costuma trazer alguns textos veiculados nas versões impressas/*on-line* e atualizações de acordo com o curso dos acontecimentos. Em se tratando de conteúdo, o diferencial do *website* é a veiculação de textos mais sucintos, com a possibilidade de atualização e de divulgação quase que imediata, adequando-se às demandas de um *site* de um veículo de informação.

A coleta dos textos para compor o material de análise desta pesquisa foi realizada no *website* dos jornais e das revistas selecionadas. Foram coletados todos os textos que se referiram ao assunto da invasão do Instituto Royal, de forma direta ou indireta, o que nos permite uma aproximação da conjuntura do acontecimento, a fim de atender os objetivos propostos para a pesquisa.

Para a busca utilizou-se a palavra “beagle”, que corresponde à raça dos cachorros que foram retirados do laboratório pelos ativistas. Todas as ocorrências

²⁶ Traduzido de: “(...) aspects of social system, forms or orders which are detrimental to human well-being, and which could in principle be ameliorated if not eliminated (...)” (FAIRCLOUGH, 2010 p. 235)

dessa palavra que não se referiam ao assunto não foram consideradas. As amostras encontradas foram publicadas entre os dias 18/10/2013 (data da invasão) e 04/07/2015. Na *Folha de São Paulo* foram encontradas 300 ocorrências da palavra “beagle”, das quais 54 se referiam ao assunto. No portal *Estadão*, do grupo *Estado de São Paulo*, foram encontradas 2366 ocorrências, com 324 registros em notícias, das quais 84 se referiam ao caso. No *website* da revista *Veja* foram encontradas 231 ocorrências, das quais 49 se referiam ao caso. No acervo da revista *Época* foram encontradas 6 ocorrências, todas se referindo ao caso. No total foram reunidas 193 publicações sobre o evento. Anexados ao final deste trabalho encontram-se quatro quadros que se referem aos quatro veículos selecionados para análise, contendo o título das notícias selecionadas, a área de publicação e o jornalista/colunista/blogueiro que assinou o texto - no caso dos textos assinados - e a numeração de acordo com a ordem em que apareceram no *website* dos veículos. Os textos na íntegra estão em um CD também em anexo.

Para proceder à análise, isolamos dos textos as estruturas nas quais aparecem os atores sociais envolvidos no evento. Esses atores sociais são os *ativistas*, grupo assim denominado pelos veículos midiáticos, que representa todas as pessoas que invadiram o laboratório e/ou se manifestaram de alguma forma durante os atos em favor dos animais envolvidos com a invasão do laboratório; os *representantes do laboratório*, pessoas ligadas ao laboratório, como a gerente-geral, o diretor científico, advogados, dentre outros; os *representantes dos poderes públicos*, representados por vereadores, prefeitos, deputados, promotor de justiça e outros representantes dos poderes públicos que se manifestaram; a *polícia*, representada pelos policiais e delegados e os *especialistas*, representados pelos cientistas, filósofos e representantes de órgãos como a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e o CONCEA (Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal) que foram consultados para emitir opinião sobre o uso de animais como instrumentos de pesquisa.

De acordo com o quadro tridimensional de análise proposto por Fairclough na Teoria Social do Discurso, esse estágio da Abordagem Relacional Dialética corresponde à análise das práticas textual e discursiva. Na **dimensão textual** tomaremos como base de investigação o sistema de transitividade de acordo com Halliday e Matthiessen (2004). A transitividade será aqui entendida como o “grau de

completude sintático-semântico de itens lexicais empregados na codificação linguística de eventos, de acordo com diversas possibilidades de transferência de uma atividade de um agente a um paciente” (CUNHA; SOUZA, 2011 p. 9). Para essas autoras, a transitividade é compreendida na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) “como uma unidade estrutural que serve para expressar uma gama particular de significados ideacionais ou cognitivos” (CUNHA; SOUZA, 2011 p. 11). O sistema de transitividade funciona na LSF como categoria de acesso à metafunção ideacional da língua, uma vez que organiza semanticamente as experiências vivenciadas. É o contexto de uso da língua que vai motivar as diferentes construções sintáticas.

O sistema de transitividade é composto por processos, participantes e circunstâncias. Os processos se aproximam dos verbos na Gramática Tradicional (GT); as circunstâncias se aproximam dos adjuntos adverbiais e os participantes se aproximam de termos como sujeito, complementos verbais (objetos), nominais e predicativos - geralmente os termos sintáticos cujos correspondentes morfológicos são substantivos. Assim como na GT, os participantes estão necessariamente envolvidos com os processos. As circunstâncias são também termos acessórios atribuídos aos processos, mas que também contribuem na construção de sentidos. No entanto, a noção de transitividade na Gramática Sistêmico-Funcional (GSF) não é concebida como sendo uma propriedade do verbo, mas da oração como um todo. A proposta de Halliday amplia a análise puramente linguística da GT para analisar também o contexto pragmático e discursivo das orações.

Halliday (1978) apresenta três tipos principais de processos: o material, o mental e o relacional. Entre eles podem ser identificados outros três subtipos: o comportamental, o verbal e o existencial. Os processos materiais são aqueles cujo sentido representa uma ação. Os participantes envolvidos nesse processo são o ator (aquele que faz a ação), a meta (para quem o processo se direciona, afetando-o de alguma forma), o escopo (completa a ação, não é afetado por ela), o receptor (que se beneficia com a ação), o cliente (alguém/ algo para o qual algo é feito) e o atributo (algo que se atribui ao participante, funcionando como o predicativo do objeto na GT). Como exemplo desse tipo de processo podemos citar: *Cerca de 150 pessoas se reuniram na Avenida Paulista para a Marcha da Defesa Animal.*

Os processos mentais são aqueles do campo semântico do sentir. Expressam emoção, cognição e percepção. Os participantes envolvidos nesse processo são o experienciador (aquele que experimenta ou sente) e o fenômeno (fato percebido, sentido ou compreendido). Como exemplo podemos citar: *Pontes acredita que os beagles foram repassados a outras pessoas para evitar a apreensão.*

Os processos relacionais são aqueles que atuam para caracterizar ou para identificar. Eles são subdivididos em processos relacionais atributivos e processos relacionais identificadores. Os atributivos têm como participantes o atributo (qualidade dada ao portador) e o portador (quem recebe a qualidade). Os identificadores têm como participantes a característica (entidade definida) e o valor (termo definidor, identificador). Esses processos equivalem aos verbos de ligação da GT. Como exemplo podemos citar: *O instituto também é o único criador de beagles voltados para pesquisas.*

Os processos verbais são os processos do dizer. Através deles são estruturadas as orações que vão funcionar para relatar o que os atores sociais disseram, seja por meio do discurso direto ou indireto. Os participantes envolvidos são o dizente (aquele que comunica), o receptor (para quem o processo verbal se dirige) e a verbiagem (código comunicado). Como exemplo temos: *'Uso de animais em experimentos não é opcional', diz pesquisadora.*

Os processos existenciais são aqueles que representam algo que existe ou acontece. Eles representam na GT as orações sem sujeito. O participante envolvido é o existente (aquilo que existe). Como exemplo podemos citar: *Havia ativistas mascarados, alguns dos quais com camisetas da ALF, ONG que destrói laboratórios.*

Os processos comportamentais são aqueles psicológicos e fisiológicos. Os participantes neles envolvidos são o comportante (aquele que se comporta) e o *behaviour* (participante que especifica o comportamento). Como exemplo podemos citar: *Instituto Royal decide suspender suas atividades em São Roque.*

Os elementos circunstanciais podem ocorrer livremente em todos os tipos de processos. As circunstâncias podem indicar: extensão, local, modo, causa, contingência (concessão, condição, omissão), acompanhamento, papel, importância e ângulo (ponto de vista).

É importante mencionar que, embora os processos sejam descritos separadamente, a GSF considera que eles atuam na prática de uso da língua em um tipo de espaço semiótico contínuo, sem fronteiras estritamente demarcadas. Isso indica que os processos que se localizam nas regiões fronteiriças demandam uma classificação baseada na predominância de aspectos de um determinado processo. Halliday e Matthiessen (2004 p. 199) alertam que os rótulos aplicados às categorias gramaticais refletem uma significação central, um tipo de protótipo, que não atende a todos os casos que ocorrem no uso da língua.

A GT, que se baseia principalmente em critérios estruturais e rege as mesmas normas para as modalidades escritas e faladas da língua, não possui critérios para diferenciar inúmeras manifestações linguísticas que geram sentidos diferentes em usos de um mesmo verbo. A GSF, que leva em conta os aspectos pragmáticos e discursivos, permite que se incluam essas diferenças de uso em categorias diferentes. Como exemplo, podemos pensar no uso do processo 'responder' nos casos abaixo:

- 1- A Tropa de Choque da PM respondeu com tiros de borracha e bombas de efeito moral. [Texto n. 17 – Revista Veja – anexo no CD]

- 2- Questionado se a apresentação de fotos e vídeos pode atestar a ocorrência dos maus tratos, o promotor respondeu que as provas podem "tanto ajudar na investigação como ser inconclusivas". [Texto n. 47 – Revista Veja – anexo no CD]

No primeiro exemplo, 'responder' é uma reação, um ato da tropa de choque, referindo-se, portanto, a um processo material. Já no segundo exemplo, 'responder' refere-se a uma resposta, a uma descrição da fala do promotor do Ministério Público, enquadrando-se em um processo verbal.

O quadro abaixo apresenta os processos e seus participantes correspondentes:

PROCESSO	PARTICIPANTE
Material (criativo, transformativo)	Ator; meta; escopo/extensão; recebedor; cliente/atributo
Mental (cognitivo, perceptivo, apreciativo, desiderativo)	Experenciador e um fenômeno
Relacional (identificativo, atributivo)	Identificativo: característica e valor Atributivo: portador e atributo
Comportamental	Comportante (às vezes: fenômeno e comportamento)
Verbal	Dizente e verbiagem (às vezes: receptor e alvo)
Existencial	Existente

Quadro1: Processos e participantes do sistema de transitividade da Linguística Sistêmico -Funcional.
Fonte: Carmo (2014 p. 100-101).

Para realizar a análise, faremos um recorte com foco nos processos verbais que ocorreram nas notícias dos veículos selecionados, buscando entender como os fatos foram construídos a partir dos ‘dizeres’ dos atores sociais envolvidos.

Segundo Halliday e Matthiessen (2004 p. 364), a sequência semântica que ocorre no fluxo dos eventos é construída por complexos oracionais. Esses eventos vão construir o episódio, por exemplo, uma narrativa, uma reportagem de jornal ou outros textos que constroem experiências passadas. O princípio geral do complexo oracional sintetiza que “orações complexas são formadas a partir de relações que ligam orações, normalmente pares, como interdependentes uma da outra”.²⁷

As relações entre as orações ocorrem por meio de dois sistemas básicos: o grau de interdependências, conhecido por TAXIS e a relação lógico-semântica. Os graus de interdependências se dividem de acordo com o *status* das orações, sendo que orações com igual status mantêm uma relação paratática e orações com *status*

²⁷ Tradução de: “clause complexes are formed out of relations that links clauses, typically one pair at a time, as interdependent on one another” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004 p. 367).

diferentes mantêm uma relação hipotática. Segundo Halliday e Matthiessen (2004 p. 375), a distinção entre hipotaxe e parataxe é uma “poderosa estratégia gramatical para guiar o desenvolvimento retórico do texto, possibilitando à gramática atribuir *status* diferentes a figuras dentro da sequência”²⁸.

O segundo sistema de relação entre as orações é a relação lógico-semântica. Essa relação pode ocorrer por expansão ou projeção. Na expansão, a oração secundária pode elaborar ou estender a oração primária. Na projeção, a segunda oração é projetada por meio da primeira. Os processos verbais que servirão de base para a nossa análise fazem parte de relações de projeção, nas quais uma locução ou fala é projetada. Essa locução, segundo Halliday e Matthiessen não é “uma representação direta de uma experiência (não linguística), mas uma representação de uma representação (linguística)”²⁹.

Os diferentes tipos de projeção estão envolvidos em três sistemas: o nível da projeção (se é uma ideia ou uma locução); o modo de projeção (se é um relato ou uma citação) e a função de fala (se é uma proposição projetada ou uma proposta projetada). Em se tratando de nível de projeção, analisaremos os casos de locuções projetadas, uma vez que nosso recorte contempla os processos verbais. Um dos modos de projeção é o relato, tratado na GT como discurso indireto ou *reported speech* na gramática de língua inglesa. As orações dos relatos têm grau de interdependência hipotática, isto é, com *status* diferente. O outro nível de projeção é a citação, tratada na GT como discurso direto. As orações das citações têm grau de interdependência paratática, isto é, com igual *status*.

A função de fala diferencia *projeções* de *proposições*, como nos casos de sentenças declarativas e interrogativas e *projeções* de *propostas*, como nos casos de ofertas, comandos e sugestões.

²⁸ Tradução de: “a powerful grammatical strategy for **guiding** the rethorical development of text, making it possible for the grammar to assign different statuses to figures within a sequence”. (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004 p. 375).

²⁹ Tradução de: “a clause comes to function not as a direct representation of (non-linguistic) experience but as a representation of a (linguistic) representation. (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004 p. 441).

Em nossa análise, verificaremos a natureza das projeções de fala ocorridas nos processos verbais destacados, buscando recursos para os efeitos de construção do discurso nesses enunciados.

Na **dimensão discursiva** analisaremos a ocorrência de intertextualidade/ interdiscursividade e metáforas, buscando observar quais vozes foram evocadas, que ordens de discurso se manifestam, o que foi permitido ser ou não dito no jogo enunciativo em questão. De acordo com Fairclough (2003) consideraremos o discurso enquanto formas de representação de mundo por meio do evento social (texto analisado) e da estrutura (linguagem) que nele se manifesta.

O terceiro estágio da Abordagem Relacional Dialética está relacionado à **dimensão da construção da realidade social** e conseqüentemente nos leva a questionar em que medida a ordem social precisa sustentar esse 'erro' para manter algum tipo de controle. Que relações particulares de poder e dominação podemos identificar?

Por fim, o último estágio procura cumprir o objetivo principal da Teoria Social do Discurso, no sentido de contribuir para a realização da mudança social. Fairclough (2001 p. 120) sintetiza a utilidade de seu quadro teórico-metodológico fundamentado na "defesa de uma modalidade de educação linguística que enfatize a consciência crítica dos processos ideológicos no discurso, para que as pessoas possam tornar-se mais conscientes de sua própria prática". Acreditamos que o desenvolvimento dessa consciência nos direciona a repensar nossas práticas e avaliar até que ponto devemos mantê-las ou mudá-las, mesmo que estejam arraigadas por meio de tradições culturais. No capítulo seguinte vamos descrever o contexto de situação do evento da invasão do laboratório e proceder à análise.

CAPÍTULO III

O ESPECISMO NA MÍDIA: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE

3.1 A Invasão do Instituto Royal: o contexto dos protestos de 2013

Para que se compreenda melhor o evento da invasão do Instituto Royal é importante descrever o contexto em que ela ocorreu. O laboratório foi invadido na madrugada do dia 18 de outubro de 2013. De acordo com as notícias veiculadas na mídia³⁰, aproximadamente cem pessoas participaram da invasão, que resultou na retirada de 178 cães da raça beagle e alguns coelhos, além de prejuízos materiais.

No Brasil, o ano de 2013 foi marcado por diversos protestos que aconteceram em várias cidades e se intensificaram no mês de junho. Esses protestos foram movidos por diferentes causas, como exigência de passe livre para estudantes, luta por igualdade de gênero, protestos contra os investimentos na construção de estádios para a copa do mundo de futebol sediada no Brasil no ano de 2014, dentre outros. A invasão do laboratório foi, de certa forma, motivada pelas ondas de protestos que ocorreram no Brasil naquele ano. Entretanto, há registros de manifestações de ativistas anteriores aos protestos de junho de 2013.

No dia 19 de agosto de 2012, a Folha de São Paulo publicou em seu *website* uma notícia³¹ com o seguinte título: *Grupo protesta contra instituto que usa beagles em testes farmacêuticos*. Essa foi a primeira divulgação sobre a ação dos ativistas que protestavam contra o Instituto Royal nos veículos midiáticos analisados. Na ocasião, o Ministério Público de São Paulo havia recebido uma denúncia de maus-tratos aos animais do laboratório. Segundo o jornal, os ativistas, que formavam um grupo de aproximadamente duzentas pessoas, saíram em protesto da Avenida Paulista em direção ao Instituto Royal, que ficava na cidade de São Roque, a aproximadamente setenta quilômetros de São Paulo. No entanto, não conseguiram conversar com os representantes do laboratório, que mantiveram os portões

³⁰ Todas as informações sobre o evento da invasão foram retiradas das notícias dos veículos selecionados para análise, que se encontram anexadas em CD.

³¹ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/08/1139889-grupo-protesta-contrainstituto-que-usa-beagles-em-testes>.

fechados e seguranças para evitar arrombamentos. Um ano e dois meses depois, com a investigação do Ministério Público ainda em andamento, ocorreu a invasão do laboratório. A mídia também divulgou o bloqueio da rodovia Raposo Tavares nas proximidades do Instituto e o incêndio de três veículos, sendo um da Polícia Militar e dois da TV TEM, afiliada da Rede Globo. Esses atos foram associados a integrantes da tática Black bloc, que, segundo a mídia, estavam infiltrados nos grupos de manifestantes.

Como consequência do ato da invasão, foi criada na câmara dos deputados uma comissão externa para acompanhar as investigações de maus-tratos que estavam sendo realizadas. Houve também uma tentativa de instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para acompanhar a comissão externa. A Polícia Civil instaurou um inquérito referente a furto qualificado, dano ao patrimônio e invasão de propriedade.

Em São Roque, o prefeito suspendeu o alvará de funcionamento do Instituto Royal por sessenta dias. Nesse intervalo, no dia 6 de novembro de 2013, o Instituto decidiu suspender as suas atividades naquela cidade. Surgiram discussões em torno dos ratos que ficaram no laboratório. Algumas organizações não governamentais se dispuseram a ficar com eles, mas o laboratório foi novamente invadido no dia 13 de novembro daquele ano. Nessa segunda invasão, os ratos foram levados. Os veículos midiáticos analisados não divulgaram os responsáveis por essa segunda invasão e os ativistas que participaram da primeira invasão negaram participação na segunda.

No dia 29 de novembro de 2013, o Portal Estadão divulgou a notícia³² de que o prefeito da cidade de Jundiaí havia aprovado uma lei municipal que proibia o uso de animais vivos em testes que causassem sofrimento em laboratórios e no ensino. No dia 23 de janeiro de 2014, a Folha de São Paulo divulgou a notícia³³ de que o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, havia sancionado uma lei que veta a utilização de animais na produção de cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumes no Estado de São Paulo. O Portal Estadão também divulgou no dia 4 de

³² Fonte: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,jundiai-cria-lei-que-proibe-teste-com-animais-vivos,1102274>.

³³ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2014/01/1401650-alckmin-sanciona-lei-que-proibe-uso-de-animais-na-industria-de-cosmeticos.shtml>.

junho de 2014 a notícia³⁴ da aprovação na Câmara dos Deputados da lei que vedava o uso de animais em testes para cosméticos em todo o país. E no dia 31 de julho de 2015 foi divulgado – também no Portal Estadão – o reconhecimento por parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) de dezessete procedimentos alternativos ao uso de animais para testar determinados produtos³⁵. Segundo a notícia, esses procedimentos já haviam sido liberados pelo Conselho Nacional de Experimentação Animal (CONCEA) em função da polêmica em torno do uso de animais em pesquisas científicas que ganhara grandes proporções depois da invasão do Instituto Royal em outubro de 2013.

3.2 Análise de Dados

Os enunciados nos quais ocorrem os processos verbais e que envolvem os atores sociais atuantes no evento da invasão foram isolados e dispostos em listas que se encontram no segundo anexo ao final deste trabalho. As listas estão separadas por veículos de publicação. A ordem dos enunciados acompanha a sequência das ocorrências nos textos³⁶ de acordo com a lista obtida por meio da busca nos *websites* de cada veículo. Os processos estão sublinhados. As informações entre colchetes foram acrescentadas por mim para melhor compreensão do sentido de alguns enunciados. A seguir, procederemos à análise que obedecerá a sequência dos níveis textual, discursivo e social.

3.2.1 A dimensão textual ou analisando a organização linguística de experiências

Nessa dimensão da análise, verificaremos de que forma atuam os processos verbais nos textos analisados; como são expressas em forma de linguagem as relações simbólicas construídas na mente dos dizentes. Nosso critério de recorte nos textos foi isolar os processos verbais que envolviam os atores sociais que

³⁴ Fonte: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,camara-aprova-lei-que-veda-uso-de-animais-em-testes-para-cosmeticos,1505671>.

³⁵ Fonte: <http://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,anvisa-limita-uso-de-animal-em-pesquisa,1735536>.

³⁶ Esses textos são notícias e textos de opiniões coletados nas colunas dos jornais e revistas e blogs dos jornalistas.

participaram do evento. No total, foram isolados 579 enunciados de dizeres. No jornal Folha de São Paulo (FSP), foram encontradas 192 ocorrências desse processo; no Portal Estadão (PE), foram encontradas 222 ocorrências; na revista Veja (RV), foram encontradas 138 ocorrências e na revista Época (RE), encontramos 27 ocorrências. Fizemos uma contagem da participação dos atores em cada veículo. O quadro abaixo mostra os resultados dessa contagem:

Veículos	Atores Sociais				
	Ativistas	Representantes do Laboratório	Polícia	Representante dos Poderes Públicos	Especialistas
FSP	29	88	13	38	24
PE	26	59	12	76	49
RV	24	45	01	26	42
RE	02	07	01	01	16

Quadro 2: Distribuição dos atores sociais atuantes em processos verbais

Em todas as ocorrências, os atores sociais funcionam como *dizentes* dos processos verbais, isto é, como aquele que comunica algo. Na FSP e na RV, os dizeres dos representantes do laboratório ocorrem em maior número. No PE e na RE, a maior quantidade de dizeres é dos representantes dos poderes públicos e dos especialistas respectivamente. Esses números indicam que, em se tratando de manifestações de dizeres, os atores sociais de maior representação nos veículos são os representantes do laboratório, os representantes dos poderes públicos e os especialistas. Poderíamos afirmar a essa altura que as mídias analisadas veiculam um discurso especista na medida em que não dão voz aos ativistas na mesma proporção em que o faz em relação aos representantes do laboratório. No entanto, a relação da mídia com seu conteúdo veiculado não ocorre de forma simples.

A mídia está presente de forma significativa em todos os setores da vida social e exerce um importante papel na construção de sentidos, sendo esse o

principal motivo pelo qual buscamos o nosso material de análise no conteúdo midiático. Basta pensar nos assuntos diversos lançados pela mídia todos os dias. Esses assuntos se tornam tema de comentários e discussão em rodas de conversas e nas redes sociais. Segundo Thompson (1998 p. 13), a expansão das redes de comunicação e do fluxo de informação tem consequências de grande alcance, implicando a criação de novas formas de ação e interação no mundo social. Contudo, a orientação por esquemas ou quadros de referências é uma característica própria do sujeito no processo comunicativo e a mídia também exerce essa forma de orientação na veiculação de seus conteúdos. Isso nos leva a pensar que a influência do conteúdo midiático em nossas formas de agir e interagir são limitadas pelos enquadramentos construídos pela mídia, por restrições e escolhas orientadas por forças maiores. A questão, portanto, gira em torno dos enquadramentos produzidos.

Para compreendermos esse ponto, é importante pensar que a mídia não é simplesmente um suporte de comunicação e transmissão de informação. A instância da produção da notícia envolve vários profissionais, estando estes submetidos tanto às regras explícitas de cada empresa - às normas de produção - quanto às regras implícitas dos jogos de interesse político e econômico - a concorrência e a necessidade de se manter no mercado. Essas regras estão incorporadas a relações de poder, uma vez que, para exercitar o poder, os indivíduos necessitam da disponibilidade de recursos que, segundo Thompson (1998 p. 21), podem ser entendidos como “meios que possibilitam alcançar efetivamente objetivos e interesses”. O poder, de modo geral, é entendido como “a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências”. (THOMPSON, 1998 p. 21).

Para Thompson (1998 p. 22), podem-se distinguir quatro formas de poder, que correspondem às atividades dos grupos sociais: o *poder simbólico*, no sentido de intervir no curso dos acontecimentos e gerar influências; o *poder político*, regulamentando as ações dos indivíduos; o *poder econômico*, em que se busca uma atividade produtiva e o *poder coercitivo*, como uma forma de ameaça para conquistar o oponente. Nesse sentido, é obedecendo a esses poderes que os representantes do laboratório, os representantes dos poderes públicos e os especialistas ganham mais voz, constituindo o enquadramento observado. Esses três atores sociais representam pessoas cujos discursos são legitimados. Os

representantes do laboratório falam em nome de uma empresa cujos direitos são garantidos por lei e em função dos possíveis benefícios que o trabalho dessa empresa pode trazer ao país. Os representantes dos poderes públicos falam em nome da lei. Os especialistas falam em nome da ciência. Os policiais representam a força de repressão do Estado, e sua atuação é mais representada em outros tipos de processo, como o material e o comportamental. A participação dos policiais em processos verbais, como veremos mais adiante, reflete a necessidade de manter a ordem social estabelecida. Os ativistas são representados por um grupo heterogêneo composto por artistas de televisão e cidadãos comuns, que falam em nome do sentimento que possuem em relação aos animais. Os exemplos abaixo trazem uma amostra de cada ator social enquanto *dizente* dos processos verbais, inseridos em complexos oracionais. Os processos estão sublinhados, o dizente está destacado em negrito e o seu dizer está em itálico:

Ex. 1: [**O laboratório**] disse *que seguia todos os padrões internacionais e nacionais voltados para a pesquisa com animais*. [FSP nº 6]

Ex. 2: "*Há métodos alternativos à utilização de animais, como testes in vitro e metodologias usando computadores*", justificou **o governador** durante o anúncio da nova regra. [Justificativa de Geraldo Alckmin ao sancionar lei que proíbe uso de animais em testes de cosméticos em janeiro de 2014] [FSP nº 8]

Ex. 3: **O cientista** [Marcelo Morales] ressalta, no entanto, *que pode haver prejuízos econômicos devido às limitações*. [Sobre a decisão de Alckmin] [FSP nº 11]

Ex. 4: **O delegado** disse *que 90% das pessoas que participaram da ação não moram em São Roque - seriam da capital paulista ou da Grande São Paulo - e são de nível socioeconômico elevado*. [FSP nº 87]

Ex. 5: "*Fico emocionada de ver caras novas*", disse a empresária Gilce de Abreu, 51, que tem 29 cães e não desistiu de ir ao protesto [para pedir a sanção de Alckmin] mesmo com curativos de uma cirurgia. [FSP nº 12]

O gênero ³⁷ discursivo em questão também interfere e molda as formas de dizer. Halliday e Matthiessen (2004 p. 174) apontam que “orações com processos

³⁷ Usaremos o termo ‘gênero’ no sentido atribuído por Fairclough, como “um conjunto de convenções relativamente estável que é associado com, e parcialmente representa, um tipo de atividade

verbais desempenham um importante papel nas notícias”, no sentido de que a partir da oração projetada pelos *dizentes* podemos entender a construção dos fatos noticiados. As notícias normalmente apresentam depoimentos de testemunhas, vítimas e especialistas, através dos quais vamos compreendendo o acontecimento. A situação de comunicação do gênero notícia normalmente não traz o participante conhecido como *receptor*, isto é, aquele para quem o processo verbal se dirige, uma vez que a função desse processo nas notícias é atuar como um elemento construtor de argumentos direcionado para os leitores. O *receptor* ocorre apenas em situações específicas, em que o que é dito é direcionado para um ouvinte que não representa os leitores da notícia. Veja o exemplo abaixo. O receptor está destacado em ‘sublinhado duplo’:

Ex. 6: "Vamos, vamos", diziam os policiais aos ativistas, enquanto carregavam os animais, tentando esvaziar o prédio o mais rápido possível. [FSP nº 97].

As circunstâncias no gênero notícia também contribuem na construção de sentidos, mas nosso foco se dará no participante *dizente* e nas orações projetadas que representam o que eles disseram. Os *dizentes* representam os cinco atores sociais que apareceram nos textos selecionados. Os dizeres dos ativistas argumentam em favor dos animais. Os dizeres dos representantes do laboratório argumentam em favor da utilização de animais em pesquisas. Os dizeres dos policiais argumentam em favor do estabelecimento da ordem social e da garantia dos direitos previstos em lei.

Os outros atores sociais, representantes dos poderes públicos e especialistas, falam tanto em defesa da necessidade do uso de animais como instrumentos de pesquisas quanto em favor dos animais. Os dizeres desses atores sociais funcionam como argumentos de autoridade que reforçam as ideias expostas, moldando as ideias principais que podem indicar uma tendência das notícias a discutir o especismo ou silenciá-lo em favor de motivações consideradas mais relevantes, como a necessidade de usar os animais como instrumento para pesquisas de novos medicamentos. Fizemos uma contagem do número de manifestações desses dois

socialmente aprovado (...). Um gênero implica não somente um tipo particular de texto, mas também processos particulares de produção, distribuição e consumo de textos”. (FAIRCLOUGH, 2001 p. 161).

atores sociais em defesa da utilização de animais como instrumentos de pesquisa e em defesa dos interesses dos animais. Consideramos apenas as declarações que manifestavam ideia a favor de um ou de outro. As demais manifestações desses atores sociais, que não se referiam diretamente à polêmica não participaram da contagem. O quadro abaixo apresenta os números desses *dizentes* em cada uma dessas situações em cada veículo.

Veículo	Dizente			
	Representantes dos Poderes Públicos		Especialistas	
	Defesa da utilização de animais como instrumento de pesquisa	Defesa dos interesses dos animais	Defesa do uso de animais como instrumento de pesquisa	Defesa dos interesses dos animais
FSP	18	08	11	04
PE	26	26	13	11
RV	08	06	23	06
RE	01	00	06	06

Quadro 3: Distribuição da opinião de representantes dos poderes públicos e especialistas

Podemos verificar no quadro acima que, com exceção da defesa dos interesses dos animais na RE, em todos os veículos há representações de um e de outro lado. Na FSP, há maior manifestação em defesa do uso de animais como instrumento de pesquisa entre os dois atores sociais. A RV também apresenta esse resultado, mas a diferença em se tratando dos representantes dos poderes públicos é de apenas dois. No PE, há um equilíbrio exato nos representantes dos poderes públicos e uma diferença também pequena entre os especialistas. Essa tendência também ocorre na RE, em que o equilíbrio se encontra entre os especialistas e há apenas uma ocorrência de representantes dos poderes públicos.

De um modo geral, embora haja algumas situações de equilíbrio, a maior parte dos argumentos ocorre em favor da defesa da utilização de animais como instrumentos de pesquisa. De um total de 172 enunciados emitindo opiniões sobre os dois lados, 105 defendem o uso de animais no laboratório e 67 argumentam em

favor de seus interesses. Essa tendência, como veremos mais adiante, está embasada em referências de cumprimento de normas por parte do laboratório e da importância da pesquisa no desenvolvimento científico. No caso dos representantes dos poderes públicos, grande parte dos depoimentos nesse sentido é emitida pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação. Em se tratando dos especialistas, esses argumentos são representados por entidades relacionadas à prática da pesquisa em laboratório, como o CONCEA (Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal) e organizações como a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência).

Os argumentos em favor dos interesses dos animais, no caso dos representantes dos poderes públicos, são emitidos por um grupo de deputados que formaram uma comissão externa para acompanhar as investigações do Ministério Público de São Paulo sobre denúncias de maus-tratos aos animais por parte do laboratório. Em se tratando dos especialistas, esses argumentos são de profissionais de áreas como medicina, biociências e filosofia.

Os enunciados abaixo trazem um exemplo de cada ocorrência desses casos em cada veículo, seguindo a ordem disposta no quadro acima (Quadro 3). Os processos estão sublinhados, os *dizentes* estão em negrito e as orações que projetam os dizeres estão em itálico:

Ex. 7: **O ministro Marco Antonio Raupp** (Ciência e Tecnologia) afirmou hoje que *"não há evidência nenhuma de que seja supérflua a utilização de animais"*. [FSP nº 64]

Ex. 8: *"Existem várias formas de maus-tratos e, dentre eles, apareceu agora esse caso Royal que é, na verdade, caracteristicamente um aspecto de maus-tratos pela forma como os elementos eram utilizados para, segundo eles, experimentos científicos"*, disse [o deputado] **Ricardo Tripoli**. [FSP nº 48]

Ex. 9: Em nota, **a SBPC** (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) disse que *o imbróglio dos cães é fruto de "desconhecimento"*. [FSP nº 39]

Ex. 10: *"Todo e qualquer experimento realizado por docentes e pesquisadores em animais deve passar por uma comissão de ética para analisar se o animal sofrerá e qual a finalidade do projeto"*, diz [vice-diretor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP, **Francisco Javier Hernandez Blazquez**] [FSP nº 155]

Ex. 11: **Raupp** [Marco Antônio Raupp – Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação] afirmou que *o Conselho Nacional de Experimentação Animal (CONCEA) não registrou irregularidades na atuação*

do Instituto Royal e que o Ministério Público está apenas "acompanhando se os licenciados estão dentro da lei". [PE nº 142]

Ex. 12: "A aprovação deste projeto [que veda uso de animais em testes para cosméticos, ocorrida na câmara dos deputados] é um marco", concluiu o deputado **Ricardo Tripoli** (PSDB-SP), [...]. [PE nº 23]

Ex. 13: "Testes têm como finalidade garantir a segurança do uso entre humanos. A dispensa do uso de cobaias tem de ser feita de forma responsável", disse **José Mauro Granjeiro** – coordenador do CONCEA. [PE nº 20]

Ex. 14: "Mas muitas empresas menores ainda usam essa prática cruel", relatou **Odete Miranda**-Professora da Faculdade de Medicina do ABC. [PE nº 34]

Ex. 15: **Ministro da Ciência** diz que atitudes "marginais à lei" não podem ser toleradas [RV n. 6]

Ex. 16: "O fator decisivo é você proteger os animais, como deve proteger o meio ambiente, os mais indefesos. Aliás, é um princípio funcional não ter crueldade contra os animais" afirmou **Alckmin**. [RV n. 71]

Ex. 17: **A entidade** [Federação de Sociedades de Biologia Experimental- FeSBE] cobrou punição aos ativistas que levaram os animais e afirmou que o Royal faz pesquisas relevantes sobre medicamentos e produtos e segue as normas estabelecidas no país. [RV nº 7]

Ex. 18: "A legislação do mundo inteiro, inclusive do Brasil, impõe que os cientistas forneçam as melhores condições possíveis aos bichos", diz **Gilson Volpato**, especialista em bem-estar animal e professor do Departamento de Fisiologia do Instituto de Biociências da Unesp de Botucatu. [RV nº 66]

Ex. 19: Há uma investigação em curso pelo Ministério Público contra o Royal, mas **o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** informou que a situação do instituto é regular no Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA), órgão ligado à pasta. [RE nº 13]

Ex. 20: **Entidade** [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC] diz que o Instituto Royal faz estudos de avaliação de risco e segurança de novos medicamentos, que são submetidos a comitê de ética [RE nº 4]

Ex. 21: "Ao lidar com os animais, poucos negarão que somos no mínimo obrigados a agir com humanidade", afirma o filósofo americano **Carl Cohen**, professor da Universidade de Michigan. [RE n.24].

Em se tratando das construções sintáticas, as orações que apresentam processos verbais são *projeções* em nível de dizeres ou locuções. Os enunciados analisados apresentam os dois *modos de projeção*, o relato (discurso indireto) e a citação (discurso direto), sendo que o relato frequentemente precede a citação. Essa observação confirma a ideia de Halliday e Matthiessen (2004 p. 462) de que em

registros como as notícias de jornal, citação e relato se complementam no alcance da projeção de ideias. O relato tem a função de introduzir o assunto, estando associado a um dizente geral, enquanto que a citação se associa a um dizente particular, e pode ser a fonte mais próxima do fato ocorrido a que o jornalista recorre, assim como uma estratégia discursiva que gera esse efeito de proximidade. O exemplo abaixo demonstra essa forma de complementação:

Ex. 22: Em resposta às acusações feitas pelos ativistas de que o instituto fazia testes para a indústria de cosméticos e produtos de limpeza, Silvia afirmou que os cães da raça beagle, ratos e coelhos eram utilizados em experimentos de segurança para "medicamentos fitoterápicos, para cura e tratamento de doenças como câncer, diabetes, hipertensão, epilepsia, entre outras, bem como o desenvolvimento de medicamentos antibióticos e analgésicos (...)". [RV nº 59].

O assunto é introduzido por meio do relato que justifica o uso de animais nos experimentos. Dentro do relato ocorre uma citação (entre aspas) da fala conforme elaborada pela gerente geral do laboratório. Essa citação gera tanto o efeito de responsabilização da fala àquele que a diz como também de veracidade da notícia que tenta se aproximar o máximo possível do fato ocorrido. Nos relatos (discurso indireto) ocorrem orações projetadas, geralmente marcadas pela conjunção 'que'. Além disso, o tempo e os dêiticos (palavras relacionadas ao tempo e lugar) são adaptados à perspectiva de quem relata. As citações vêm entre aspas e o tempo e dêiticos são aqueles do texto citado, correspondendo às palavras de quem citou. Fairclough (2001 p. 154) comenta que alguns trabalhos distinguem a categoria de 'discurso indireto livre' que não possui oração relatadora, mas apresenta duas vozes. Nas notícias, como no caso acima, normalmente há uma incorporação de citações em relatos, com o intuito de reforçar o conteúdo que está sendo relatado. Para efeitos de verificação de ocorrência, consideraremos a forma de transferência de dizeres que predominar no enunciado. Como exemplo, no caso acima consideraremos como uma ocorrência de relato (discurso indireto), uma vez que não há a transposição total da fala do dizente, apenas alguns trechos para reforçar o relato. O quadro abaixo apresenta os números da ocorrência de relato (R) e citação (C) dos atores sociais em cada veículo:

	ATORES SOCIAIS									
VEÍCULOS	Ativistas		Representantes do Laboratório		Polícia		Representantes dos Poderes Públicos		Especialistas	
	R	C	R	C	R	C	R	C	R	C
FSP	19	10	78	10	08	05	17	21	13	11
PE	23	03	41	18	10	02	43	33	19	30
RV	19	05	36	09	01	00	12	14	13	29
RE	02	00	04	03	01	00	01	00	06	10

Quadro 4: Distribuição de citações e relatos entre os atores sociais

O número de citações dos ativistas, representantes do laboratório e polícia em todos os veículos é inferior ao número de relatos. Por outro lado, em relação aos representantes dos poderes públicos e especialistas há apenas dois casos em que o número de relatos é maior: nos representantes dos poderes públicos no PE e nos especialistas no jornal FSP. Ainda assim, esses números aproximam-se de um equilíbrio, não apresentando uma diferença grande. Nos demais casos, podemos verificar que em todos os veículos há maior número de citações desses dois atores sociais. As citações e relatos da polícia em todos os veículos ocorreram em menor número, conforme já identificado. Os dizeres desse ator social se restringiram às questões de controle da ordem estabelecida pelas leis, não alcançando a discussão do uso de animais nas pesquisas.

Os dizeres dos ativistas e dos representantes do laboratório como já mencionado, procuram defender seus interesses. O interesse do primeiro grupo está voltado à justificação da transgressão da lei, à questão da libertação dos animais que estavam presos e a acusar o segundo grupo de maus-tratos a esses animais. O interesse do segundo grupo é criminalizar a atitude do primeiro grupo, defender-se das acusações e expor a importância do trabalho por ele realizado.

Os dizeres dos representantes dos poderes públicos e dos especialistas, como já dito, funcionam como reforço dos argumentos de ativistas e representantes do laboratório. Nesse sentido, verifica-se que as citações que ocorrem em maior número de maneira geral nesses dois atores sociais atuam como recursos de

construção de efeitos de sentido por meio das construções sintáticas. Esses efeitos de sentido serão analisados no nível de análise da dimensão discursiva.

3.2.2 A dimensão discursiva ou o que é permitido dizer

A análise discursiva faz entrar em cena os processos de produção, distribuição e consumo dos textos. O contexto de situação de nosso material de análise diz respeito a textos pertencentes aos gêneros notícia e textos de opinião, que se encontram no *website* de dois jornais e duas revistas de grande circulação nacional. A maioria das notícias são textos curtos e alguns deles foram atualizados na medida em que surgiam novos acontecimentos. Os textos de opinião são conteúdos de blogueiros e colunistas associados aos veículos. O público a que estes textos se destinam são pessoas que têm acesso à internet, não necessariamente assinantes, uma vez que o *site* disponibiliza certo número de notícias a não assinantes. Como os jornais e revistas não são especializados, o público a que se destinam também não é um público especialista.

Não é possível quantificar as pessoas que tiveram acesso a esses textos, mas discussões sobre o evento em si geraram ecos nas redes sociais, conversas informais e em outros veículos midiáticos, como os programas de televisão. Nesse sentido, pensamos que a mídia colabora para orientar a agenda de discussões das pessoas, pautando assuntos e direcionando argumentos e também acaba por retroalimentar os discursos sociais, em busca de assuntos que interessem o público em geral. Assim, mesmo que não seja grande o número de pessoas que tenham tido acesso a esses textos, eles refletem, de forma mais genérica, os discursos sociais. Habermas afirma que:

A mídia estabelece uma relação complexa com agentes sociais e políticos para selecionar e processar politicamente o conteúdo relevante e interferir na formação de opinião pública e na distribuição de interesses de influência. (HABERMAS, 2006 P. 176)

Habermas reconhece o papel de vetor e mobilizador ocupado pela mídia, atuando no processo de organização dos debates travados na esfera pública. No entanto, nem todas as vozes são representadas no espaço de visibilidade da mídia, uma vez que os enquadramentos necessariamente representam recortes de visões

de mundo. A questão neste ponto vai girar em torno da ideia de ordens de discurso e podemos perguntar que discursos aparecem e que discursos não aparecem ou a que discurso se dá maior visibilidade e por que isso ocorre.

Fairclough (2003) sugere uma abordagem que relaciona o texto, enquanto um evento social e a linguagem, enquanto estrutura social. O discurso figura como um nível intermediário entre as relações internas (relações interdiscursivas) do texto e as relações externas (ordens de discurso). Nesse nível de análise, consideraremos o discurso como forma de representação que se dá por meio das escolhas linguísticas feitas em nível sintagmático e paradigmático.

A categoria proposta por Fairclough (2001) para essa análise é a intertextualidade. Conforme discutido, ela pode se apresentar de duas formas. A primeira como sendo explicitamente marcada ou sugerida na superfície do texto, manifesta. A segunda representando “a configuração de convenções discursivas que entram em sua produção” (FAIRCLOUGH, 2001 p. 136), a intertextualidade constitutiva ou interdiscurso. As orações relatadas (aquelas que se realizam por meio de processos verbais) ou representação de discurso são consideradas por Fairclough (2001) como uma forma de intertextualidade manifesta. Assim, todos os enunciados que compõem nosso material de análise são formas de intertextualidade. Outras formas desse tipo de intertextualidade são a pressuposição, a negação, o metadiscurso (níveis distinguidos pelo produtor do texto dos quais ele se aproxima ou se distancia) e a ironia.

O outro tipo de intertextualidade, o interdiscurso, identifica as ordens de discurso presentes no texto. Nesta análise vamos focalizar as convenções discursivas que constituem os textos, isto é, os interdiscursos, conforme sugerido por Fairclough (2001 p. 137). Analisaremos abaixo os casos de intertextualidade/interdiscursividade que se revelaram por meio dos dizeres dos atores sociais que participaram do evento da invasão do laboratório em cada veículo. Os números contidos entre parênteses representam a numeração em ordem crescente dos enunciados listados no anexo 2 em cada veículo.

3.2.2.1 Ativistas

Os assuntos mais recorrentes nos discursos dos ativistas foram as acusações de maus-tratos cometidos aos animais, a justificativa para a ação que transgrediu a lei, a negação da aliança com integrantes da prática dos Black blocs, a denúncia da repressão policial por meio de violência e o reforço da necessidade de defender os animais.

Na FSP, nos 29 dizeres dos ativistas a acusação de maus-tratos está presente em 10 casos (20, 44, 79, 103, 129, 154, 169, 179, 181, 185). Em outros 06 casos (81, 112, 113, 115, 116, 180) há uma contestação sobre a falta de diálogo entre os representantes do laboratório e os ativistas, que, segundo estes últimos, foi a causa da invasão. A acusação de maus-tratos refere-se ao fato de os animais estarem sendo utilizados como instrumentos de pesquisa e é representada em declarações de que os animais têm suas vidas sequestradas pelas indústrias; de que o grupo ouviu gemidos de animais; de que havia um cão sem olho. Além do termo *maus-tratos*, também apareceram nesse sentido os termos *maltratados* e *crueidade*. A negação da aliança com integrantes da prática dos Black blocs ocorre em 05 casos (117, 118, 128, 131, 132) e a denúncia da violência policial em 02 casos (130, 133).

O reforço da necessidade de defender os animais ocorre em 04 casos (12, 78, 80, 179). Nesses casos, destacamos termos que remetem a um apelo de sentimentos em relação aos animais, como *emocionada* (12), *chocou* (179), *bichinhos* (129), como mostram alguns exemplos abaixo:

Ex. 23: "Fico *emocionada* de ver caras novas", disse a empresária Gilce de Abreu, 51, que tem 29 cães e não desistiu de ir ao protesto [para pedir a sanção de Alckmin] mesmo com curativos de uma cirurgia. [FSP nº 12]

Ex. 24: [Manifestantes] alegavam crueldade contra os *bichinhos* [FSP nº 129]

No PE, há um total de 26 ocorrências de dizeres dos ativistas. Conforme visto na análise textual, o relato ou discurso indireto ocorre em 23 desses casos. Dessas 23 ocorrências, 11 (109, 113, 121, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135) se

referem a trechos de uma entrevista com os representantes do laboratório, nos quais eles expõem o que os ativistas disseram e fazem acusações em torno desses dizeres. Essas acusações colaboram para construir uma imagem da atitude dos ativistas como algo desnecessário e prejudicial ao progresso da ciência e ao bem-estar dos próprios animais. Por meio dessas declarações, os ativistas são vistos como pessoas desinformadas e irresponsáveis. Os enunciados abaixo trazem exemplos dessas declarações:

Ex. 25: "Os ativistas disseram que retiraram os animais do Instituto Royal por causa de supostos maus-tratos, mas quem cometeu maus-tratos com os cães foram eles." [declaração de Silvia Ortiz] [PE nº109]

Ex. 26: "A pessoa [Luisa Mell] fala que a cadela estava com calombos, gorda. Mas ela estava prenha! Não tem cicatriz nenhuma. Mostraram um animal sem olho dizendo que era do Royal e depois desmentiram. Também não tem pata quebrada, a não ser que algum animal tenha sido quebrado na retirada", diz [Silvia Ortiz – gerente geral do Instituto Royal]. [PE nº 113]

Em 02 casos (99, 101), das 03 ocorrências de citação desses atores sociais, repetem-se os termos lexicais pertencentes ao discurso de afetividade, como *amor incondicional*, *animais indefesos* que *precisam do nosso apoio*. O enunciado abaixo exemplifica um desses casos:

Ex. 27: "Estou nessa causa por amor incondicional aos animais. Nós queremos uma política pública que os proteja, como já existe em outros países. A Anvisa já sabia que o Instituto Royal maltratava os animais desde 2005", afirma a ativista [Nelma Lobo]. [PE nº 99]

Os termos maus-tratos/ maltratados/ crueldade também aparecem cinco vezes nos dizeres dos ativistas (87, 99, 109, 132, 203), configurando-se como parte do argumento que justifica a invasão. Mais uma vez o termo maus-tratos se refere à utilização dos animais como instrumentos de pesquisa, considerando-os como seres indefesos.

Nesse jornal há 02 ocorrências (64, 73) de ameaça de uma pessoa que se identifica como black bloc a um cientista do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho. Há também o depoimento (46, 47, 48, 49) de uma pessoa que confessa ter ateadado fogo a carros durante a manifestação contra o Instituto Royal, mas que nega ser adepto da tática. Há também uma afirmação (51) da ativista Luisa Mell sobre o desconhecimento da segunda invasão. Essas ocorrências representam os ativistas

como um grupo heterogêneo, com atuações tanto de pessoas que querem chamar a atenção para a causa animal por meio de manifestações ditas pacíficas como de grupos de atuação de frente violenta.

Nas 24 ocorrências na RV, também podemos encontrar como fio condutor do discurso dos ativistas a justificativa de maus-tratos, reforçada com os termos *crueldade*, *irregularidades*, *atos criminosos*, com 09 ocorrências (25, 26, 34, 50, 64, 94, 119, 135, 136). Esses termos também se referem ao fato de os animais estarem sendo utilizados como instrumentos de pesquisa e há relatos de cães aparentando medo, animais com calombo, descrição de ambiente sujo de urina e fezes dos cães, denúncias de que os animais eram submetidos vivos à dissecação, descrição de grito de dor e descarte clandestino de lixo hospitalar.

A justificação à transgressão da lei é feita por meio de acusações ao laboratório, afirmando que a empresa não possuía licença para funcionar e de que os animais não eram usados apenas em testes de medicamentos, mas de outros produtos (22, 23, 28, 138). Encontramos também 06 enunciados que contribuem com a construção da imagem dos ativistas como pessoas que agem pelo domínio das emoções e da afetividade e também como pessoas irresponsáveis e desinformadas (24, 34, 38, 42, 55, 119). Em duas dessas passagens há uso de ironia representada pelos diminutivos 'caminha' e 'comidinha' e pela citação do dizer de um ativista que questionava sobre a prática de montar cavalos. Os exemplos abaixo mostram essas passagens:

Ex. 28: "Mostraram animais tremendo na TV, mas eles não estão acostumados com isso. Nem sequer estão acostumados a ir para o colo. O que as pessoas não entendem é que eles não são pets. Os ativistas dizem que agora eles estão em casa, em uma caminha quente, com uma comidinha. Eles não estão acostumados a comer comidinha. Eles comem ração. Vai dar diarreia nesses animais. Muitos podem não estar nem conseguindo comer", alertou [Silvia Ortiz]. [RV nº 38]

Ex. 29: "Quem disse que um cavalo foi feito para ser montado?", perguntou [o ativista Leandro Ferro] [Blog: Augusto Nunes – Texto de Roberto de Pompeu de Toledo]. [RV nº 55]

As duas ocorrências da RE também giram em torno da acusação de maus-tratos, como mostra o exemplo:

Ex. 30: Os ativistas, que invadiram e retiraram os animais do local na madrugada de ontem (18), denunciam que o Royal praticou maus-tratos. [RE nº 12]

Nas duas revistas não aparecem comentários a respeito da possível participação de integrantes da tática dos Black blocs na invasão e sobre a repressão policial violenta no ato das manifestações. Há apenas uma declaração na RV sobre o fato de que os policiais não reprimiram a ação da retirada dos cães (95). O foco maior desses dois veículos foi a polêmica da utilização de animais como instrumentos de pesquisa.

3.2.2.2 Representantes do Laboratório

Em todos os veículos, como já comentado, o número de dizeres dos representantes do laboratório é bem maior que o número de dizeres dos ativistas. As declarações mais recorrentes giram em torno da negação dos maus-tratos e das irregularidades; da exposição dos prejuízos materiais sofridos pela empresa e dos prejuízos imateriais do campo científico que afetariam diretamente as pessoas; acusações aos ativistas; justificativa da legalidade das atividades do laboratório e anúncio do encerramento das atividades na unidade de São Roque.

Na FSP há 88 ocorrências desses dizeres. Em se tratando da negação dos maus-tratos foram encontrados 22 enunciados (5, 21, 22, 23, 26, 62, 72, 83, 84, 92, 95, 104, 109, 114, 121, 136, 140, 161, 163, 176, 178, 192). Não há, no entanto, uma discussão sobre o que configura maus-tratos. O limite entre praticar ou não maus-tratos está definido por meio das leis que regem a prática das pesquisas que utilizam animais. Nas falas dos representantes do laboratório aparece a justificativa da prática por eles exercidas baseada no cumprimento dessas leis em 18 casos (6, 24, 25, 46, 95, 125, 136, 137, 139, 140, 156, 157, 162, 171, 172, 177, 187, 188), como demonstram os exemplos abaixo:

Ex. 31: [O laboratório] disse que seguia todos os padrões internacionais e nacionais voltados para a pesquisa com animais. [FSP nº 6]

Ex. 32: "Acredito que a sociedade pode e deve discutir a questão do teste em animais, mas gostaria de deixar muito claro que tudo o que é feito nas dependências do instituto hoje é feito na mais

absoluta ordem e legalidade", disse Alexandre Domingues Serafim [advogado do instituto] em audiência pública na comissão de meio ambiente da Câmara dos Deputados. [FSP nº 24]

Não há, contudo, descrição dessas práticas como forma de justificativa ou questionamento sobre até que ponto poderiam ser consideradas maus-tratos. Há algumas descrições que justificam a ausência desses maus-tratos com base em alguns cuidados a que os animais eram submetidos. Os enunciados abaixo exemplificam esses comentários:

Ex. 33: O advogado do Instituto Royal defendeu nesta terça-feira (29) que os cães utilizados em laboratório estavam em "ambiente adequado de tratamento", além de terem momento para "recreação". [FSP nº 23]

Ex. 34: "Nossos cães eram muito bem tratados. Sempre receberam nosso carinho e todos os procedimentos eram feitos levando em consideração o menor dano possível", diz Silvia Ortiz, diretora do instituto. [FSP nº 84]

Há também 07 enunciados (55, 56, 57, 58, 59, 60, 61) referentes ao caso de um cão chamado de Ricardinho, um dos patriarcas da linhagem dos cães desenvolvidas pelo Instituto Royal, que necessitava de cuidados especiais. Em trechos do PE e da RV, o laboratório argumenta que os cães do laboratório não eram *pets*, mas a forma como se referem ao Ricardinho nesses trechos da FSP representa-o como um animal de estimação, até mesmo o fato de ele possuir um nome. No exemplo abaixo, há uma declaração que argumenta em favor da atenção dispensada por parte do laboratório a este cão, embora esta atenção que se aproxima do campo sentimental tenha sido criticada quando foi demonstrada pelos ativistas.

Ex. 35: "O Royal poderia ter descuidado do animal e deixando-o à própria sorte, como os ativistas dizem que fazemos", diz Ortiz. "Mas fomos a uma clínica veterinária especializada em odontologia para encomendar uma prótese." [FSP nº 60]

Ex. 36: "Quando descobrimos que ele tinha sido encontrado, nossa preocupação era que a pessoa nos devolvesse o animal ou que nós pudéssemos ampará-la no tratamento necessário", afirma a cientista [Silvia Ortiz]. [FSP nº 61]

Outra atitude criticada nos ativistas foi o fato de terem levado os cães e deixado os ratos. Entretanto, em 02 passagens (173, 189) o laboratório usa esse

argumento, da hierarquia entre as espécies, para tentar minimizar o sofrimento dos cães expostos aos experimentos, afirmando que 'os efeitos adversos apresentados nos beagles não são agudos', o que pressupõe a ocorrência de tais efeitos nos roedores que antecedem os testes com os cães.

Em se tratando de campos já legitimados socialmente, além de recorrer ao discurso jurídico, os dizeres dos representantes do laboratório se apoiam no discurso científico, representado aqui como pertencente a um campo voltado para a descoberta da cura de doenças e conseqüentemente para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Os prejuízos no campo científico aparecem descritos em 12 casos (19, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 63, 73, 93, 121). Entretanto, não há uma descrição mais específica sobre quais medicamentos estavam sendo testados, alegando-se confidencialidade. Os comentários a esse respeito são feitos a partir de generalizações, como demonstram os exemplos abaixo:

Ex. 37: Devido a acordos de confidencialidade com clientes, a pesquisadora [Silvia Ortiz] afirma não poder revelar exatamente quais e quantas drogas tiveram seus ensaios interrompidos na semana passada. [FSP nº 51]

Ex. 38: [O Instituto] apontam que a ação vai prejudicar pesquisas contra o câncer. [FSP nº 93]

Juntamente com a afirmação de um trabalho apoiado no bem-estar social há a acusação aos ativistas, que aparece em 04 casos (27, 57, 119, 120). Essa acusação coloca os ativistas em uma posição oposta a esse bem-estar social, por meio da metáfora da atitude como um 'ato terrorista' e da causa como uma 'filosofia atrapalhada', conforme demonstra o exemplo que segue:

Ex. 39: Ela [Silvia Ortiz] diz que recebeu a carta de reivindicações dos ativistas e que tentou contato com a assessoria jurídica do grupo, sem sucesso. "Depois eles entraram, invadiram a propriedade, naquele ato de terrorismo, em nome de uma filosofia atrapalhada." [FSP nº 120]

O anúncio do fechamento do laboratório em São Roque (16, 17) contrasta com o anúncio de que o Instituto Royal iria fornecer, em breve, animais para serem testados em outros laboratórios (152) e com algumas passagens em que se reforça a necessidade de continuar as atividades, que ocorreram no PE e na RV.

No PE há 59 dizeres dos representantes do laboratório. O assunto desses dizeres também gira em torno da negação dos maus-tratos, da acusação dos ativistas, dos prejuízos científicos e da confirmação de que agiam de acordo com parâmetros legais. Sobre a negação de maus-tratos foram encontradas 08 ocorrências (100, 107, 111, 119, 149, 164, 192, 216). Em alguns casos, o jornal ainda reforça o ato da negação com o uso de advérbios como “veemente” e “repetidas vezes” (100, 111, 119). Não há também uma definição sobre o que seriam esses maus-tratos, aparecendo apenas exemplos de situações em que se poderia constatar que os animais estavam sendo bem tratados (149 164).

Há também o indicativo de que o que normalmente se considera maus-tratos aos animais em geral (principalmente aos *pets*) não se aplica aos animais do laboratório (110). Esse tipo de hierarquia também apareceu entre os animais de laboratório. Há duas ocorrências (25, 86) de relatos de representantes do laboratório Tecam (outro laboratório que também recebeu ameaças de invasão) de que usavam apenas camundongos e negando o uso de cães em suas pesquisas. Esses relatos atuavam como forma de prevenção às invasões, pressupondo que a presença de cães representaria um risco maior de invasão. Os exemplos abaixo se referem aos comentários desse parágrafo:

Ex. 40: "Mostraram animais tremendo na TV, mas eles não estão acostumados com isso. Nem sequer estão acostumados a ir para o colo. Eles não são pets. Os ativistas dizem que agora eles estão em casa, em uma cama quente, com comidinha. Eles não estão acostumados a comer comidinha, comem ração! Vai dar diarreia e muitos podem nem estar comendo", diz Sílvia. [PE nº 110]

Ex. 41: O laboratório [Tecam] informou que todas as suas atividades são autorizadas, fiscalizadas e que usa apenas camundongos em testes. [PE nº 25]

As acusações aos ativistas ocorrem em 09 casos (50, 95, 114, 122, 118, 131, 148, 163, 215). Nesses enunciados, os ativistas são representados como desinformados, violentos e mentirosos, além de terem sido acusados de ter colocado um dos cães à venda, em um site na internet, pelo preço de dois mil e setecentos reais. O enunciado abaixo traz uma exemplificação de acusação:

Ex. 42: "Lamentamos que os ativistas recorram novamente à baderna. Lamentamos que a onda de violência física e moral contra os animais e os profissionais que prestam serviço ao instituto, iniciada

com a invasão do dia 18 e apoiada sistematicamente por políticos e celebridades, ainda persista, mesmo com o encerramento das atividades do Royal", informou o instituto em nota. [PE nº 50]

As declarações dos prejuízos no campo científico ocorreram oito vezes (84, 108, 115, 116, 117, 123, 124, 165). De acordo com elas, as perdas das possíveis descobertas científicas acarretaram prejuízos financeiros para o país e para o bem-estar de sua população, que poderia ser beneficiada com a descoberta da cura de doenças que até então não foram encontradas. Houve também 03 declarações (147, 161, 162) que se referem à crença na relevância das pesquisas e na continuidade dos trabalhos. Citaremos alguns exemplos:

Ex. 43: [O Instituto Royal] informa ainda que a partir de agora as pesquisas terão de ser feitas fora do País, até que outro laboratório seja credenciado pelo Conselho Nacional de Controle e Experimentação (CONCEA). [PE nº 84]

Ex. 44: "Além de perdermos as pesquisas que estavam em andamento para drogas anticâncer, diabete, hipertensão, epilepsia, de antibióticos e anti-inflamatórios, desperdiçamos todo o estudo para a padronização genética dos cães usados. Foram dez anos para que eles chegassem aos níveis de padrão internacional", afirma Henriques. [PE nº 116]

Ex. 45: "Nós persistiremos pela fé que temos na relevância das pesquisas que fazemos", afirmou [Silvia Ortiz]. [PE nº 147]

A recorrência ao discurso jurídico como forma de comprovar que a denúncia de maus-tratos não se aplicava ocorreu em 03 casos (193, 216 e 222).

Na RV verificamos que os 45 dizeres dos representantes do laboratório também giram em torno da temática observada nos jornais. Alguns textos dos jornais se repetem pelo fato de os veículos noticiarem trechos da nota e do vídeo divulgados pelo Instituto Royal. Em se tratando das acusações aos ativistas há 11 ocorrências (1, 29, 33, 35, 37, 39, 43, 61, 63, 72, 127) que também os representa como violentos, desinformados, com falta de sensibilidade e com visão deturpada da realidade. O exemplo abaixo traz uma dessas ocorrências:

Ex. 46: No final do vídeo, ela [Silvia Ortiz] ataca os manifestantes dizendo que é "triste constatar que um pequeno grupo possa colocar tudo a perder em nome de uma visão deturpada e a partir de uma falta de sensibilidade atroz". [RV nº 63]

Os maus-tratos são negados em 09 enunciados (5, 32, 40, 46, 47, 48, 49, 61, 62). A fala que diferencia os animais de laboratório dos animais de estimação também aparece em 03 casos (32, 38, 39). Não aparece também nenhuma descrição ou configuração desses supostos maus-tratos, embora em 04 ocorrências (5, 47, 49, 88) sejam descritas algumas ações que poderiam justificar que os animais eram bem tratados, como mostra o exemplo abaixo:

Ex. 47: O laboratório também afirmou, em nota, que "oferece aos animais as melhores condições de vida, com saúde, conforto, segurança e recreação, seguindo as melhores práticas de bem estar animal". [RV nº 5]

A recorrência às leis e às normas como recurso de comprovação da ausência de irregularidades aparece em 06 enunciados (27, 51, 97, 128, 132, 137). A declaração de prejuízo no campo científico apareceu em 07 enunciados (18, 19, 30, 44, 45, 59, 60, 74). Em relação ao encerramento das atividades do Instituto foram encontradas 04 ocorrências (16, 17, 30, 73), que contrastam com as declarações de que o Instituto iria retomar suas atividades (56, 57, 58).

Os sete dizeres dos representantes do laboratório na RE trazem como assunto o encerramento das atividades do laboratório (1, 2, 3), o cumprimento das leis e respeito às normas (7, 8), a negação aos maus-tratos (15) e uma acusação aos ativistas (16). Em um dos enunciados que se referem ao respeito às normas, trecho extraído da nota divulgada pelo laboratório, aparece uma descrição mais extensa das atividades do laboratório, que inclui, além dos produtos farmacêuticos, que apareceram nos três primeiros veículos, diversos produtos, que são citados de forma genérica. Esse trecho aparece no exemplo abaixo:

Ex. 48: "Todos os estudos envolvendo animais são previamente submetidos ao Comitê de Ética para o Uso em Experimentação Animal, respeitando os preceitos éticos de experimentação estabelecidos pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA). As atividades do instituto vão desde o planejamento experimental até a execução de estudos pré-clínicos destinados a diferentes tipos de setores produtivos (produtos farmacêuticos, produtos para a saúde, dispositivos médicos, agrotóxicos, produtos químicos e veterinários, aditivos para rações e alimentos, entre outros) do mercado brasileiro e internacional, dentro do mais alto padrão técnico-científico", diz a nota. [RE nº 8]

A acusação aos ativistas é uma declaração da experiência pessoal do diretor científico do instituto, que relata ainda não ter passado por uma situação como essa

em seus trinta anos como cientista, confirmando a legitimidade das práticas científicas:

Ex. 49: "Nunca vi nada parecido em 30 anos de ciência", afirma João Henriques, diretor científico do Royal. [RE nº 16]

3.2.2.3 Polícia

Na FSP foram encontradas 13 ocorrências de falas da polícia, em que a maior parte é representada por declarações dos delegados de São Roque e de Sorocaba. Em dois casos as falas destacavam o perfil dos ativistas e a quantidade deles (87, 88). Em outros dois casos, destacou-se a necessidade de identificar as pessoas que participaram da invasão, alegando também que os animais poderiam transmitir alguma doença (149, 165). Em quatro casos, justifica-se a não interferência dos policiais que acompanharam a invasão (96, 97, 98, 99). As outras sete ocorrências referem-se à qualificação da ação como crime (89, 90, 91, 149, 150, 165, 166). De um modo geral, os dizeres dessa categoria confirmam a necessidade de manter a ordem social. Essa manutenção da ordem é representada pela não violência e pelo respeito aos limites impostos pela lei, mesmo que isso não represente uma "prática justa". Os enunciados abaixo exemplificam o exposto:

Ex. 50: "Entendo a causa dos ativistas e pessoalmente até concordo com a iniciativa, pois fazer experimentos em animais não é uma prática justa. Porém, o que aconteceu foi um crime de furto e temos que cumprir a lei", afirmou [o delegado Marcelo Pontes]. [FSP nº 150]

Ex. 51: Em nota, a PM disse que os policiais não evitaram colocar em risco "a integridade física das pessoas, entre as quais muitas mulheres, e dos animais, num confronto direto, que tornaria o resultado do evento ainda mais grave". [FSP nº 98]

No PE foram encontradas 12 ocorrências de dizeres dos policiais. Em três casos (91, 209, 211) fala-se sobre um acordo com a OAB para que a adoção dos cães que forem encontrados e devolvidos seja registrada como um ato legal. Em cinco passagens (207, 212, 218, 219, 220) há o reforço da configuração de crime do ato da invasão e da receptação dos cães. Em uma passagem (136) há um comentário sobre a necessidade de a investigação ser transferida para uma

delegacia com mais estrutura para o tipo de investigação, em Sorocaba. Em outra passagem (137) aparece uma representação do funcionamento da tática *Black-bloc*, que se envolveu com a manifestação em favor dos animais e contribuiu para a representação violenta do ato. Em outros dois casos (213, 214) há uma depreciação do ocorrido, justificada pelo fato de que a invasão prejudicou as investigações do Ministério Público e de que as investigações até então realizadas não teriam encontrado irregularidades. Abaixo, estão listados alguns exemplos:

Ex. 52: "Não precisa ser venda para caracterizar o crime. Em se tratando de bem furtado, receber em doação também caracteriza o crime de receptação", explicou [o delegado de Sorocaba]. [PE nº 220]

Ex. 53: Eles [black-blocs] são organizados, têm uma finalidade e, ao que parece, uma hierarquia. "Seu objetivo é praticar danos, semear a insegurança e desvirtuar o objetivo principal das manifestações", disse o delegado seccional. [PE nº 137]

Na RV, a única ocorrência (130) se refere a uma afirmação da Secretaria de Segurança Pública sobre as tentativas de busca dos animais capturados. E na RE (nº 24) há também outra afirmação sobre a intimação de mais de 20 invasores para prestar depoimento. Essas duas declarações também reforçam a ideia de manutenção da ordem sobre qualquer questionamento ou ideia de mudança. O exemplo abaixo mostra essa última declaração, em que se optou pelo uso do termo 'invasores' que remete a uma ideia de crime, em lugar do termo 'ativista':

Ex. 54: A polícia afirmou ter intimado mais de 20 invasores a prestar depoimento. [RE nº 27].

3.2.2.4 Representantes dos Poderes Públicos

Conforme já comentamos, aqui entram em cena atores sociais cujas vozes representam argumentos de autoridade na mídia. Esses argumentos se referem tanto à defesa do laboratório enquanto entidade que cumpria as normas determinadas pela lei como à acusação da existência de maus-tratos aos animais utilizados como instrumento de pesquisa. A defesa do laboratório é representada por meio das declarações do Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, pelo Promotor que realizava as investigações das acusações de maus-tratos feitas ao

Ministério Público de São Paulo e pelo prefeito de São Roque. Os argumentos desses atores sociais se basearam nas normas estabelecidas em lei e na justificativa de que a invasão tenha prejudicado as investigações, destruindo as possíveis provas. A acusação ao laboratório é representada pelo discurso de alguns parlamentares, como os deputados Ricardo Trípoli e Protógenes Queiroz, que montaram uma comissão externa para acompanhar as investigações do Ministério Público e pelo deputado Feliciano Filho, autor do projeto da lei que substitui uso de animais por métodos alternativos em testes de cosméticos, higiene pessoal, perfumes e seus componentes, sancionada pelo Governador Geraldo Alckmin.

Na FSP foram encontradas 38 ocorrências desses dizeres. Em se tratando de dizeres que confirmam a defesa do laboratório, encontramos 18 casos (37, 38, 42, 43, 45, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 74, 75, 76, 77, 142, 146) de declarações do Prefeito de São Roque, do Promotor do Ministério Público e do Ministro da Ciência Tecnologia e Inovação, sobre a inexistência de irregularidades constatada durante as investigações, sobre a ação ilegal dos ativistas e sobre a necessidade do uso de animais em pesquisas. A descrição sobre o que se configurariam essas irregularidades aparece apenas na forma de “animais acondicionados em condições irregulares” (153, 168, 184). Abaixo temos alguns exemplos:

Ex. 55: "Não tenho nenhuma posição ideológica ou fundamentalista sobre esse assunto. Minha posição é objetiva em função dos interesses das pesquisas no país, no interesse de desenvolver novos medicamentos, novos produtos e quando forem necessários testes serem feitos. A lei prevê isso", disse [o ministro da ciência e tecnologia]. [FSP nº 68]

Ex. 56: "Avalio que [os ativistas] agiram fora da lei. Existe uma legislação que regula isso. O Instituto Royal cumpre essa legislação e nós verificamos no ministério que eles de fato cumprem", disse o ministro após participar de uma audiência na Câmara. [FSP nº 74]

Há também algumas manifestações do prefeito de São Roque (37, 38, 42, 43) acerca da suspensão temporária do alvará de funcionamento do laboratório, justificando este ato como um pedido do próprio instituto para permitir o avanço das investigações e para “acalmar os ânimos” dos ativistas e não por questões de irregularidades:

Ex. 57: "Isso dá um tempo para a investigação caminhar e acalmar os ânimos", disse o prefeito se referindo aos ativistas que mantiveram os protestos na porta do instituto após a invasão. [FSP nº. 43]

As acusações de maus-tratos ao laboratório apareceram em 04 enunciados (48, 94, 110, 111), em declarações dos deputados Ricardo Trípoli e Protógenes Queiroz. Não há também uma definição clara sobre o que configura maus-tratos nesses dizeres:

Ex. 58: "Existem várias formas de maus-tratos e, dentre eles, apareceu agora esse caso Royal que é, na verdade, caracteristicamente um aspecto de maus-tratos pela forma como os elementos eram utilizados para, segundo eles, experimentos científicos", disse [o deputado] Ricardo Tripoli. [FSP nº 48]

A sanção do projeto de lei que determina o uso de métodos alternativos em pesquisas de cosméticos no início de 2014 é uma consequência direta da pressão exercida pelo evento da invasão, uma vez que o projeto 777/2013 tem registro de publicação na Assembleia Legislativa de São Paulo no dia 26 de outubro de 2013, uma semana após a invasão, quando o assunto participava da agenda de discussão dos veículos midiáticos. Foram identificadas três ocorrências de dizeres a respeito dessa mudança na legislação (8, 9, 13):

Ex. 59: "Há métodos alternativos à utilização de animais, como testes in vitro e metodologias usando computadores", justificou o governador durante o anúncio da nova regra. [Justificativa de Geraldo Alckmin ao sancionar lei que proíbe uso de animais em testes de cosméticos em janeiro de 2014] [FSP nº 8]

No PE foram encontradas 76 ocorrências desses atores sociais. As manifestações em favor da utilização de animais como instrumentos de pesquisa e acusando os ativistas de agirem fora da lei totalizaram 26 enunciados (104, 138, 140, 141, 142, 143, 155, 159, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187). O exemplo abaixo demonstra um desses casos:

Ex. 60: "Antes de considerar qualquer coisa e começar a invadir o que é legal, é o que não é admissível", disse [o ministro]. [PE nº 175]

Ex. 61: "A minha posição é objetiva em função dos interesses das pesquisas no País", ênfaticamente [o ministro]. [PE nº184]

Em se tratando de acusações de maus-tratos aos animais, foram encontrados também 26 enunciados (23, 24, 31, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 105, 106, 152, 153, 154, 156, 158, 160, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201). Esses enunciados foram proferidos pelos parlamentares que formaram a comissão externa de investigação e em alguns deles (106, 198, 199) há algumas expressões que descrevem os possíveis maus-tratos ou que comprovem sua existência, como mostram os exemplos abaixo:

Ex. 62: "Já temos documentos que provam o que os animais passavam no local. Queremos fechar essa instituição e fiscalizar os R\$ 5 milhões de recursos públicos que foram repassados ao instituto", disse [o deputado Protógenes Queiroz]. [PE nº 106]

Ex. 63: "Encontrei um ambiente deprimente, fétido, muito distante da realidade de pesquisa científica", afirmou [Protógenes]. [PE nº 199]

Na RV há 26 enunciados sobre dizeres desses atores sociais. Em se tratando das acusações de que os ativistas agiram fora da lei e destruíram eventuais provas da investigação do Ministério Público e declarações em favor da continuidade dos testes foram encontradas 08 ocorrências (6, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 75). Há 06 ocorrências (3, 70, 71, 86, 100, 101) contra o uso de animais em pesquisas. Dois casos (70, 71) se referem a falas do governador Geraldo Alckmin justificando a sanção da lei que proíbe utilização de animais em testes de cosméticos. Em outros dois casos (100, 101), dois parlamentares comentam sobre a aprovação do projeto de lei que proíbe uso de animais em cosméticos na Câmara dos Deputados, PLC 70/2014, de autoria do deputado Ricardo Izar. Os outros enunciados (3, 86) tratam da polêmica causada pela adoção de duas cadelas beagles que pertenciam ao laboratório pelo deputado Ricardo Trípoli.

A única ocorrência na RE (nº 13) é uma declaração do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação de que a situação do instituto era regular no Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA).

3.2.2.5 Especialistas

Este é o segundo grupo de atores sociais que possuem argumento de autoridade perante a sociedade. Na FSP, dos 24 enunciados registrados, 08 (1, 2, 3, 4, 10, 11, 14, 15) tratam da aprovação feita pela Anvisa de métodos alternativos ao uso de animais em pesquisas em julho de 2015. Em 02 desses casos (11, 15) o secretário-geral da Fesbe (Federação de Sociedade de Biologia Experimental) alerta para a possibilidade de ocorrer prejuízo financeiro:

Ex. 64: O cientista [Marcelo Morales] ressalta, no entanto, que pode haver prejuízos econômicos devido às limitações. [Sobre a decisão de Alckmin]. [FSP nº 11]

Os quatro depoimentos em favor dos animais (122, 155, 170, 186) são de um professor do Departamento de Farmacologia da Unesp e do vice-diretor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP. O primeiro dá seu apoio por meio do fórum dos leitores do jornal e o segundo é citado pelo jornal. Seu texto aparece no exemplo abaixo:

Ex. 65: "Todo e qualquer experimento realizado por docentes e pesquisadores em animais deve passar por uma comissão de ética para analisar se o animal sofrerá e qual a finalidade do projeto", diz [vice-diretor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP, Francisco Javier Hernandez Blazquez] [FSP nº 155]

A acusação aos ativistas e as declarações de prejuízo no campo científico totalizaram 11 ocorrências (11, 15, 39, 100, 101, 102, 106, 123, 124, 134, 135). Os prejuízos científicos são sempre expostos de forma genérica e assim como observado nas declarações dos representantes dos laboratórios, os ativistas são representados aqui como pessoas desinformadas e irresponsáveis:

Ex. 66: "Um trabalho que demorou anos para ser produzido, que tinha resultados promissores para o desenvolvimento do país, foi jogado no lixo", disse ele [Marcelo Marcos Morales, um dos secretários da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e coordenador do CONCEA (Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal)], em referência à invasão do Instituto Royal por ativistas na semana passada. "O prejuízo é incalculável para a ciência e para o benefício das pessoas", afirmou. [FSP nº 101]

Ex. 67: O cientista [Marcelo M. Morales] não revelou o nome do medicamento desenvolvido, que é protegido por contrato, nem para qual tipo de câncer ele seria usado. Mas informou que se tratava de um tipo de remédio produzido fora do país e que teve a patente quebrada. [FSP nº 102]

Ex. 68: "A invasão e a retirada de cães usados em pesquisa e a depredação de parte de suas instalações, revela o desconhecimento por parte de quem praticou tais atos sobre a importância da utilização de animais para o desenvolvimento de novos medicamentos e tratamentos para o ser humano bem como de outras espécies animais", publicou a organização [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)] em seu site. [FSP nº 123]

No PE, há 49 dizeres de especialistas. Em 20 enunciados (1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22), aparecem comentários a respeito da aprovação da Anvisa de novos métodos alternativos que substituam animais nos testes. Embora essas declarações não acusem os ativistas diretamente, elas defendem que os animais ainda sejam necessários, e que a substituição não pode ocorrer em todos os casos. A defesa dos interesses da pesquisa aparece em 08 casos (11, 13, 20, 22, 56, 57, 66, 75), reforçando este argumento, isto é, ressaltando a impossibilidade de abolir o uso de animais em função da segurança dos humanos, como mostra o exemplo abaixo:

Ex. 69: Morales diz que a presença dos bichos em testes é fundamental para que os riscos às pessoas sejam minimizados. 'Se não testássemos em ratos, não chegaríamos aos cães com segurança. E se não fizéssemos com cães, não chegaríamos aos humanos. [PE nº 57]

A acusação direta aos ativistas aparece em 05 ocorrências (63, 70, 72, 79, 146), em que os ativistas são representados como terroristas e como pessoas com pensamentos obscuros, que caminham contra os avanços proporcionados pela ciência:

Ex. 70: "É preciso que o obscurantismo seja erradicado do nosso meio para que a sociedade possa usufruir dos recentes avanços científicos e dos que ainda serão produzidos", diz manifesto da Federação de Sociedades de Biologia Experimental. [PE nº 146]

Essa acusação direta é uma reação à ameaça sofrida por alguns cientistas, em decorrência do trabalho que realizam nos laboratórios. Essas ameaças aparecem em 13 ocorrências (54, 63, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 74, 76, 77, 78, 79). Abaixo, apresentamos um exemplo:

Ex. 71: "O ministro Marco Antonio Raupp (da Ciência e Tecnologia) fez um pronunciamento na Câmara, mas ele é só uma voz. Está na hora de as instâncias superiores se pronunciarem", disse [Marcelo Morales]. "Ou será que mais institutos terão de ser invadidos, ou até algum pesquisador ser morto, para que o poder público tome ciência do que está acontecendo?" [PE nº 79]

A defesa dos interesses dos animais aparece em 11 casos (34, 35, 36, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 205, 206). Nesses argumentos, cientistas falam sobre a tradição da prática do uso de animais como instrumentos de pesquisa, sobre a eficácia duvidosa de muitos casos de testes e sobre a realidade dos métodos alternativos, citando exemplos de instituições nos EUA que já aderiram a esses métodos. Aparecem também dois comentários (205, 206) do fórum dos leitores, criticando o posicionamento do coordenador do CONCEA sobre a regularidade de funcionamento do laboratório. Vejamos os exemplos:

Ex. 72: "Não é mais barato, porque para manter os animais é preciso pagar pelos animais, mantê-los vacinados, tem todo um cuidado que não é preciso no caso de teste in vitro. É mais cultural", avalia a militante [Odete Miranda – Professora da Faculdade de Medicina do ABC].

Ex. 73: A organização [PEA] também afirma que 98% das escolas de medicina dos EUA - incluindo Harvard e Yale - não usam animais para treinar estudantes, recorrendo a uma combinação de métodos que vão desde programas de computador interativos a simuladores humanos. [PE nº 62]

Na RV foram encontrados 42 dizeres de especialistas. Conforme já comentado, o foco das revistas se voltou mais para a discussão da polêmica da utilização de animais como instrumentos de pesquisa. Nesse sentido, foi possível encontrar um detalhamento maior das questões que envolvem essa discussão. Dentro dos 23 enunciados que defendem o uso de animais na pesquisa, há 04 casos de defesa da utilização de animais em laboratórios (7,8, 12, 108). Essas passagens ressaltam a relevância das pesquisas e traça um perfil dos cientistas como pessoas que 'gostam da natureza'. Mais uma vez observamos o uso do diminutivo do termo 'bicho', (em itálico no exemplo abaixo) representando a relação dos ativistas com os animais como uma relação quase que infantil. Vejamos o exemplo abaixo:

Ex. 74: "Não sei de onde as pessoas tiram que os cientistas gostam de maltratar os *bichinhos*. A maioria de nós é formada em biologia. Estamos nessa área justamente porque gostamos da natureza", afirma Mariz [Mariz Vainzof, coordenadora do Laboratório de Proteínas Musculares e Histopatologia Comparada do Centro de Estudos do Genoma Humano da USP]. [RV nº 108]

Em outros três casos (69, 76, 80) comenta-se sobre o atraso científico e econômico provocado pela invasão. Em um desses casos (76), retirados de um blog, há o comentário sobre a declaração de um cientista a respeito das perdas e uma referência aos ativistas como 'idiotas criminosos' e 'truculentos'. Vejamos os exemplos:

Ex. 75: Eis aí: anos de pesquisa de um remédio contra o câncer foram jogados no lixo por um bando de idiotas criminosos e truculentos, confirma cientista; [Blog: Reinaldo Azevedo]. [RV nº 76]

Ex. 76: "Anos de estudo e milhões de reais investidos foram jogados fora, infelizmente", diz Morales. [RV nº 80]

A declaração de que os animais são necessários na pesquisa aparece em 08 casos (77, 78, 84, 102, 103, 104, 109, 111). Argumenta-se sobre a importância da segurança dos produtos, sendo citados medicamentos e cosméticos e sobre alguns procedimentos, como teste anticancerígeno, vacinas contra a AIDS e medicamentos hipertensivos, sobre os quais não se aplicam os métodos alternativos. Em 02 desses casos (109, 111) fala-se sobre a justificativa do sofrimento animal compensada na redução do sofrimento dos pacientes portadores dessas doenças. Vejamos alguns exemplos:

Ex. 77: "Acredito que os medicamentos estão em primeiro plano, mas nós precisamos ter segurança em ambos os casos. Uma tinta de cabelo pode causar uma reação alérgica e leva à morte, assim como um medicamento", afirma o médico [Marcelo Morales]. [RV nº 84]

Ex. 78: "Sempre tentamos minimizar o sofrimento e o número de animais, mas às vezes é impossível escapar desse tipo de experimento. Para conseguir fazer isso, temos de estar sempre pensando nos pacientes", diz [Paula Oliveira, aluna de doutorado de Mariz] [RV nº 111]

A classificação entre *pets* e animais de laboratório aparece em uma declaração (79), afirmando que animais criados dentro de biotérios não são animais de companhia. A hierarquia no laboratório também aparece em dois casos (77, 78) em que o médico explica que os cães são intermediários entre camundongos e homens na prática dos testes. A justificativa para a preferência de algumas raças, como os beagles e dos camundongos aparece em cinco casos (31, 54, 65, 81, 107).

No exemplo abaixo, há uma crítica a outras formas de especismo, como a pesca esportiva, classificada como uma 'sacanagem' e com a mutação genética de algumas raças de cães, 'para o prazer humano', consideradas 'incoerentes', pressupondo a coerência da utilização dos animais nas pesquisas em laboratório:

Ex. 79: "Veja a pesca esportiva, na qual o animal é fígado, tirado da água e depois devolvido ao mar. É lógico que ele sofre - e em troca de pura diversão. Isso é sacanagem. O mesmo acontece com algumas raças de cachorro, criadas apenas para o prazer humano de ter um pet. São animais com deformações físicas, dificuldade para respirar, problemas de pele. O indivíduo pode até cuidar bem do animal, mas ele claramente sofre. E em troca do que? Em troca do indivíduo ter um cachorro para amar. Isso é pura incoerência", afirma. [Marcelo Morales] [RV nº 115]

A defesa dos animais ocorre em 06 casos (66, 67, 68, 82, 83, 117). Nessas passagens, argumenta-se sobre as imposições legais de fornecimento de 'melhores condições possíveis' aos animais de laboratório. Essas condições giram em torno de um ambiente limpo e agradável. Argumenta-se também sobre a importância da fiscalização dos trabalhos nos laboratórios, uma ação que já barrou 'verdadeiras atrocidades' e possibilitou a existência de uma legislação sobre o assunto.

Na RE foram encontradas 16 ocorrências desses atores sociais. A defesa do uso de animais em pesquisas ocorre em 06 casos (4, 5, 6, 17, 21, 22). Argumenta-se sobre a importância das pesquisas e de uma particularidade do Instituto Royal em ser uma OSCIP, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, cujos experimentos seguem protocolos internacionais. Argumenta-se também sobre o prejuízo científico e sobre a eliminação do uso de animais em pesquisas como algo ainda muito distante de acontecer.

A defesa dos interesses dos animais também ocorre em 06 casos (18, 20, 23, 24, 25, 26). Argumenta-se sobre as necessidades de reduzir ao mínimo necessário a dor, o sofrimento e estresse infligidos aos animais, de se usar os métodos alternativos, de se estender a preocupação a todas as espécies e de agir com humanidade. Em entrevista à revista *Época*, o filósofo Peter Singer declara que 'tudo depende do bem maior' (26). No entanto, como vimos acima, uma das argumentações em defesa dos animais (18), proferida pelo filósofo, passa pela necessidade de reduzir o máximo possível de sofrimento. Pressupõe-se que a busca do 'bem maior' leve então em consideração a necessidade com maior peso, seja ela humana ou não humana. A revista, entretanto, encerra a entrevista da seguinte

maneira: “O bem maior, hoje e sempre, continua sendo a defesa de nossa espécie. A nobre defesa do direito dos animais não deve ofuscar a ainda mais nobre defesa dos direitos humanos”. [Texto n. 06 – Revista Época – anexo no CD]

3.2.2.6 As ordens de discurso

Após a descrição dos discursos evocados por meio das expressões linguísticas escolhidas pelos falantes, é possível identificar as ordens de discursos que emergem nesses dizeres. Para Foucault (2006 p. 09), a produção do discurso em uma sociedade “é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos números de procedimentos”. Estes procedimentos funcionam como sistemas de exclusão que controlam e delimitam o discurso. Segundo Foucault, os procedimentos que se exercem do exterior são a interdição (o que não pode ser dito), a rejeição e o sistema de oposição entre o que é verdadeiro e o que é falso. Os procedimentos internos acontecem por meio do próprio discurso exercendo seu controle. São procedimentos de ordenação, de classificação e distribuição dos discursos, como o autor e as disciplinas, vistas como “domínio de objetos, um conjunto de métodos, um *corpus* de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e definições, de técnicas e de instrumentos” (FOUCAULT, 2006 p. 30).

Conforme vimos na análise textual, o maior número de dizeres se refere aos representantes do laboratório, aos representantes dos poderes públicos e aos especialistas. Esses dois últimos grupos trazem argumentos tanto em favor da utilização de animais em pesquisas quanto em defesa dos interesses dos animais. Contudo, observamos que, de um modo geral, a quantidade de dizeres em favor da utilização de animais em pesquisas supera a defesa dos interesses dos animais. Esses dizeres se concentram nos representantes do laboratório, em parte dos representantes dos poderes públicos e em parte dos especialistas. O principal argumento usado por eles é o da ciência em função do bem social. Esse bem é representado por meio da busca de novos medicamentos. Em muitas passagens, foram citados nomes de doenças como câncer, epilepsia, AIDS, dentre outras. A

ordem de discurso predominante é a da ciência como provedora da cura de doenças, o que justifica a utilização dos animais.

Os ativistas são representados como pessoas dominadas pelo sentimentalismo, em oposição à razão científica exposta acima. Por outro lado, os cientistas são representados por pessoas que buscam acima de tudo o progresso social. Neste antagonismo entre razão e emoção, o prestígio do discurso científico apresenta-se como mais adequado para a ordem social em análise, devido a alguns procedimentos observados. O primeiro procedimento é um tipo de interdição, o não-dizer sobre o que se configura maus-tratos. Observamos em alguns dizeres dos ativistas, exemplos desses maus-tratos, que podem ser representados pela separação animal de companhia / animal de biotério. Os animais de biotério são na verdade instrumentos de pesquisa, conforme comentamos durante toda a extensão deste trabalho. Portanto, aquilo que se configura maus-tratos a um animal de companhia, não se configura a eles. Nesse sentido, os laboratórios podem se defender da acusação de maus-tratos, sem, ao menos, explicar o que configuraria o maltrato, ou a crueldade. Este é o primeiro princípio de exclusão observado.

Outro princípio de exclusão, agora representado por um tipo de 'vontade de verdade' é a imposição de que todos os produtos testados sejam produtos de necessidade de sobrevivência. Embora os nomes das doenças tenham aparecido em muitos dizeres, não há nenhum detalhamento sobre quais medicamentos estavam sendo testados. A explicação para essa ausência se deu por meio dos acordos de confidencialidade com as empresas, uma questão de interesse de mercado. Seguindo esse raciocínio, mesmo que sejam medicamentos sendo testados, não sabemos exatamente se realmente se trata de uma substância nova ou de um medicamento novo, por força de concorrência, em que novamente poderíamos atribuir a questões de mercado. A vontade de verdade é um procedimento sutil, uma vez que não se impõe por meio de um ato violento, mas como um tipo de constrangimento institucionalizado.

O discurso 'da emoção' a que atribuímos aos ativistas pode se encaixar como participando de um procedimento de rejeição por parte da razão científica. Foucault (2006 p. 10) cita a oposição razão / loucura como uma forma de rejeição, em que o discurso do louco não pode circular como os demais. Podemos fazer uma comparação no contexto em que analisamos, considerando que o discurso 'da

emoção' está submetido ao discurso 'da cura das doenças', não estando autorizado a se pronunciar quando entra em cena o discurso científico. Embora esse 'discurso da emoção' se aproxime da noção de animais como seres sencientes, ele também não alcança sua dimensão, uma vez que observamos a preferência pelos animais de companhia até mesmo entre integrantes do grupo dos ativistas. Se propusemos aproximar o 'discurso da emoção' do discurso da loucura, imaginemos a dificuldade de se abrir discussão para o caráter senciente dos animais. Não há um espaço para se discutir a senciência não humana no contexto analisado, uma vez que encontrar a cura torna-se o argumento principal, aquele que justifica qualquer atitude em relação aos animais não humanos.

Entretanto, no intervalo da discussão entre os polos determinados por considerar os interesses dos animais abrindo mão da cura de doenças e optar pela cura sacrificando animais, existem inúmeras questões que estão silenciadas na maioria dos dizeres de todos os atores sociais.

Os ativistas não possuem um discurso legítimo como o discurso científico. Além disso, como vimos, são formados por um grupo heterogêneo que usa estratégias diferentes de ação, que vão de manifestações pacíficas a frentes violentas, que chegam a ataques pessoais cometidas por pessoas que se dizem adeptas da tática dos Black blocs. Eles acusam os cientistas de cometer crueldade. Os cientistas se defendem dizendo que agem em nome da ciência. Todavia, em nossa sociedade há diversas práticas de mercado que se estendem ao patamar do valor científico, como a inserção de novos produtos no mercado, gerados a partir do sacrifício de inúmeros animais não humanos. Nesse sentido, a acusação dos ativistas à pessoa do cientista está na verdade buscando atingir os ideais instituídos pelos valores científicos, muitos deles pressionados pelo mercado, nem sempre percebidos pelo cientista, esse sujeito social que reproduz a prática por meio do controle institucional. A defesa do uso de animais nas pesquisas foca no produto final como uma necessidade de sobrevivência, silenciando o processo de produção, no qual os animais estão envolvidos.

Os representantes do laboratório têm autoridade para negar os maus-tratos, uma vez que a lei baseada nessa autoridade científica permite que a configuração de maus-tratos a animais de biotério não se estabeleça da mesma forma que aquela dos animais de companhia. Nesse sentido, os ativistas são os transgressores tanto

da lei que permite o uso de animais como instrumentos de pesquisa quanto da lei que garante a segurança da propriedade particular, o que reforça o caráter já atribuído a eles de terroristas, seguidores de uma ‘filosofia atrapalhada’, violentos e mentirosos, cujas vozes devem ser silenciadas para que se cumpra a lei e a ordem.

O cumprimento da lei e da ordem faz com que entrem em cena os policiais. Tudo que está silenciado e protegido por meio do discurso científico e da legalidade torna-se mais visível e desprotegido quando se questiona a verdade instituída pela ciência através do ataque à prática do cientista e pela transgressão à lei instituída. Essa visibilidade e desproteção gera um efeito de desordem nos discursos até então ordenados, causando também desordem social. A desordem social precisa rapidamente ser reprimida, função essa exercida pela polícia. O discurso dos policiais apresentou a necessidade da manutenção da ordem social, em que respeitar as leis torna-se mais importante do que questioná-las, o que poderia, porventura, modificá-las. O ato da invasão foi considerado um prejuízo às investigações do Ministério Público. Este, no entanto, já conduzia a investigação há um ano e não encontrara irregularidades, uma vez que os maus-tratos realizados em um contexto de objetivos científicos são protegidos pela lei.

O discurso dos representantes dos poderes públicos e dos especialistas têm, como já dito, o importante papel de reforçar as ideias postas em discussão, por meio dos argumentos de autoridade. O Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação defende o progresso e o crescimento das práticas científicas e tem um discurso restrito por essa ideia. O Promotor do Ministério Público e o Prefeito de São Roque discursam por meio das restrições das leis. Portanto, as vozes que garantiram legitimidade à discussão, reforçando as vozes dos ativistas foram as dos parlamentares que montaram a comissão externa e pressionaram de alguma forma as investigações do Ministério Público e as discussões sobre o uso de animais nas pesquisas. Essas pressões resultaram na aprovação das leis para o uso de métodos alternativos e no reconhecimento desses métodos pela Anvisa.

Os especialistas representam a voz do cientista regido pelo discurso da ciência como forma de progresso e bem-estar da humanidade. Como vimos, a descrição dos prejuízos da ciência e a necessidade da segurança dos produtos, ocorrendo sempre de forma genérica, confirmam esse lugar-comum do papel da ciência. A utilização de animais como instrumentos de pesquisa configura-se como

uma prática coerente e socialmente aceita em relação a outras práticas especistas. A discussão da polêmica ganha mais importância devido às vozes de cientistas que se manifestaram na contramão do discurso naturalizado da ciência, alertando para a necessidade de se discutir a finalidade do projeto e da importância da comissão de ética. Contudo, esses dois pontos são contornados quando se silenciam os detalhes do processo de realização dos projetos e quando a atitude da comissão de ética é conduzida pelo discurso da ciência como 'bem maior'. Enquanto o filósofo Peter Singer sugere que seja considerado "o bem maior" sem levar em conta a espécie, o discurso da ciência sempre coloca as necessidades humanas como esse 'bem maior' e o discurso mercadológico produz essas necessidades. Se formos pensar em termos marxistas, há um tipo de reificação do animal não humano, transformando-o em um instrumento do mercado de consumo. Esse instrumento é considerado indispensável na medida em que se ressalta seu uso exclusivamente como uma necessidade do progresso da humanidade e se silencia o seu uso a serviço dos interesses de mercado que nem sempre beneficia todas as parcelas da humanidade, principalmente aqueles que mais necessitam desses benefícios.

3.2.3 A realidade social construída ou quem está no poder

Por meio dessa ordem de discurso que identificamos, foi possível observar uma organização social que se orienta por um discurso dominante, o discurso positivista da ciência, com seu ideal de unidade, objetividade, progresso e verdade, caminhando em busca do bem social. Essa ordem de discurso estabelece relações de poder em níveis de organização social e instituições, constituindo sistemas de conhecimento e crença, que estão fundamentados na razão científica. O discurso ao qual chamamos de 'discurso das emoções' aparece subordinado a este. O discurso da lei também defende a manutenção dessa ordem discursiva por meio da ordem social. Nesse nível de análise, verificaremos como a ordem social se estabelece por meio da categoria de ideologia e a hegemonia. O primeiro ponto a refletir toca a questão da forma como a ciência se instituiu como discurso de verdade e de que forma isso atinge as formas de viver em sociedade.

Delaporte (1998) comenta os estudos de George Canguilhem, no campo da epistemologia histórica, no sentido de refletir os conceitos científicos e a participação de mitos, imagens e construções discursivas em seus surgimentos, bem como suas rupturas, por meio das teorias originais dos fenômenos, que subordinam o ser vivo ao determinismo físico-químico. Canguilhem publicou em 1943 a obra *O normal e o patológico*, sua tese de doutorado em medicina, sobre a qual imprimiu vozes oriundas de sua formação em filosofia. Sem intencionar julgar as normas da atividade médica, Canguilhem introduz reflexões sobre os métodos de racionalização científica. A partir desse estudo, na década de 1970, surgiram ideias que conduziram ao pensamento de uma ideologia do poder ilimitado da medicina, fundada pelo princípio de identidade entre o que se considera normal e o que se considera patológico. Foucault, influenciado por Canguilhem, discute também em suas obras as relações entre as produções de saberes e o poder. Embora sua proposta seja a análise histórica dos temas, buscando as condições de possibilidade de existência dos discursos, traremos para este trabalho algumas ideias de Foucault que se relacionam à ordem de discurso estabelecida no contexto de situação analisado.

Por meio do discurso dominante da ciência observamos um reforço das relações de poder que se estabelecem. Essas relações de poder instituem regimes de verdades ou discursos que funcionam como verdadeiros. Portocarrero (1998 p. 58) chama atenção para a ideia de Foucault de que o poder como repressão não é um conceito suficiente. O poder está diluído em todos os segmentos da sociedade, não só na dominação de classe, mas nas formas de sujeição por meio de dispositivos estratégicos. Poderíamos, portanto, pensar que o discurso dominante no contexto analisado funciona como uma estratégia de manutenção do poder: a ideia de que tudo que se faz em nome da ciência concorre para o bem de todos. Portocarrero resume essa ideia ao tratar da questão do poder disciplinar e do biopoder desenvolvida por Foucault:

Nas sociedades contemporâneas ocidentais, as relações de poder assumem formas regionais e concretas com o objetivo de fazer do indivíduo e da população entidades saudáveis, normais e produtivas, por meio da norma e da sujeição à força da disciplina. (PORTOCARRERO, 1988 p. 61).

A filosofia, a história e a sociologia das ciências, no decorrer do século XX refletiram as condições de formação das categorias científicas, nas quais estão envolvidos fatores externos, como os componentes sociais da produção científica e fatores internos, ditos científicos. A ciência então passa a ser vista não apenas como um sistema teórico de saberes, mas como uma prática social, econômica, política e cultural. Oliva (1998) descreve o que Thomas Kuhn chamou de iniciação da prática da Ciência Normal, onde uma disciplina está sob o amparo de um paradigma: “um aspirante, sob a supervisão de um cientista, se familiariza com os métodos, as técnicas e os padrões do paradigma” (OLIVA, 1998 p. 84). Esse iniciante passa então a “realizar experimentos estandardizados e se dedica a solver problemas padronizados”. Nesse sentido, a prática de incluir os seres sencientes dentre os instrumentos desses experimentos vai sendo naturalizada, dentro do consenso em torno do que e como investigar. “Assim como a cultura, a transmissão do paradigma faz-se pelo treinamento, socialização e controle” (HOCHMAN, 1998 p. 203). Conforme comentamos no primeiro capítulo, o trabalho de Lima (2008) descreve esse tipo de prática de adesão à herança cultural dos cientistas entre iniciantes da área. Essa ideia é refletida em todos os outros campos sociais que, por aceitar outras práticas especistas “menos coerentes”, tomam essa reificação de vidas como algo necessário e natural.

A premissa na qual se funda a sociologia do conhecimento é a de que o pensamento é socialmente condicionado, embora usualmente ele adquira estatuto particular quando comparado a outras formas de conhecimento. A perspectiva de Bourdieu (1983) descreve a atividade científica como um mercado particular. Hochman (1998 p. 209) ressalta que Bourdieu propõe a noção de campo científico em substituição ao conceito de comunidade científica de Kuhn, embora incorpore muitos de seus termos. A noção de campo científico pressupõe a busca por credibilidade, que funciona como um tipo de capital-simbólico e atua nesse mercado, atingindo as relações sociais.

Mas de que forma as relações sociais podem ser atingidas? Conforme já dito, a sociedade aceita as ideias que são transmitidas como valores de verdade por meio da credibilidade ao discurso legitimado. Por outro lado, todo mercado pressupõe consumidores. Nesse sentido, todos nós, enquanto sociedade, somos convidados a participar desse mercado que dita nossas necessidades. A mídia, atendendo aos

poderes identificados por Thompson (1998) e realimentando os discursos sociais veicula esse conteúdo compatível como tais poderes: gerando influências no modo de pensar e agir das pessoas, garantindo o caráter de produtividade desse mercado e mantendo-se enquanto organização que transmite informações.

Tomando a noção de campo de produção ideológica de Bourdieu (1989), podemos identificar a atuação do poder simbólico, agora mais concentrado na questão do poder da racionalidade científica. A função propriamente ideológica desse discurso é a tendência de “impor a apreensão da ordem estabelecida como natural por meio da imposição mascarada de sistemas de classificação e de estruturas mentais ajustadas às estruturas sociais” (BOURDIEU, 1989 p. 14).

Hochman (1998) também cita estudos de trabalhos como os de Karin Knorr-Cetina, que ressaltam que a atividade científica não se reduz a um modelo econômico de ciência. Contudo, ao observar nossos dados, verificamos que a recorrência da reafirmação do valor da ciência envolve fatores econômicos, não de forma exclusiva, diremos, mas de modo significativo, agindo por meio de procedimentos de exclusão discursiva.

A ideia de que os resultados obtidos por meio das pesquisas de laboratório representam avanços sociais está incluída nos depoimentos. Se pensarmos em todos os avanços que alcançamos com as pesquisas, não há como negar a importância desse trabalho. O desenvolvimento de medicamentos, soros e vacinas aumentou a qualidade e a expectativa de vida da população mundial. Por outro lado, a ideia de que junto a essas necessidades reais são impostas necessidades de mercado está excluída, assim como a descrição do processo pelo qual esses produtos são criados. Nesse processo é que entram os animais enquanto instrumento. Um número incontável de animais é submetido à dor e ao sofrimento não somente em nome da cura de uma doença, mas também para atender à necessidade do mercado de nos impor necessidades. Esse raciocínio é a base da proposta do modelo hegemônico de Fairclough (2001), que objetiva a democratização através da observância dos propósitos mercadológicos do processo de comodificação e de controle sobre a vida das pessoas por meio da tecnologização.

Esse sistema que se delinea representa o sistema ecossocial humano proposto por Lemke (1995). Como vimos, a complexidade desse sistema está no fato de ele atuar em suas faces biológica, social e cultural. No contexto que analisamos, o discurso legitimado, como uma ferramenta semiótica de representação, autoriza a utilização das demais espécies em benefício de interesses da espécie humana. Esses interesses são apresentados como interesses essenciais à conservação das vidas, mas também obedecem a interesses de comunidades específicas. Essa organização ecossocial gera um desequilíbrio duplo. O primeiro desequilíbrio pode ser observado em nível de ecossistema, em que o sistema ecossocial humano constrói uma hierarquia e se posiciona em seu topo. O segundo desequilíbrio observado ocorre entre as diversas comunidades que compõem o sistema ecossocial. As vantagens alcançadas por este lugar privilegiado não se estendem a todas as comunidades, ideia que se aproxima da noção marxista de luta de classes. Singer (2013 p. 135) faz uma reflexão importante acerca desse desequilíbrio, comentando que “as doenças que devastam a Ásia, a África, a América Latina e os bolsões de pobreza do ocidente industrializado são aquelas que de modo geral sabemos como curar”. São doenças relacionadas a condições sanitárias e nutricionais inadequadas, que foram controladas e até extintas nos países mais desenvolvidos. Outro ponto a se destacar é que nem todas as comunidades têm acesso a todos os benefícios de produtos e serviços oferecidos, devido ao seu custo nem sempre acessível a todos.

O desequilíbrio entre os ecossistemas tem registro histórico, ocorrendo já há bastante tempo, conforme vimos no primeiro capítulo. O contexto de situação que analisamos é um recorte espacial e temporal de um modelo de estruturação social. Pensando por meio do esquema de Giddens (2003), é possível relacionar uma forma de *ação* resultado do discurso dominante e executada pela agência. A agência representa aqui as atuações em favor da manutenção do discurso científico, por meio de práticas institucionalizadas, enraizadas no tempo e no espaço, responsáveis pela reprodução desse sistema. Essa *ação* se relaciona com a *estrutura*, na qual podemos identificar as regras e recursos, o que é permitido fazer e como deve ser feito pelos atores sociais em suas práticas regulares. Nesse esquema estão envolvidas as relações de poder, que ditam a direção de atuação da agência, resultando na emergência de valores. Esses valores são aqueles que

encontramos por meio da análise discursiva e atuam na forma como as regras e os recursos se dispõem. Valores transmitidos como verdade, que possuem a capacidade de orientar nossas formas de ação, tanto por meio do discurso como por meio de outros códigos semióticos. Quando esses valores são questionados, existe a possibilidade de reestruturar essa ordem social por meio da inserção de novos valores.

3.2.4 Finalizando o percurso da Abordagem Relacional Dialética

Conforme comentamos, a proposta de Fairclough (2010) foi de caminhar orientando-nos por quatro passos, focando em um “erro social”, investigando como esse erro ocorre nas formas de estruturação da vida social, observando a dimensão da construção da realidade social nesse contexto e contribuindo para realizar a mudança, com foco na redução ou eliminação desse “erro”.

O primeiro passo se configura na medida em que propusemos incluir os animais não humanos entre os seres que podem ser prejudicados por certos aspectos do sistema social e identificamos o especismo como um desses aspectos. O tópico especismo passa, portanto, a ser considerado como um objeto, na medida em que é teorizado de forma transdisciplinar. Buscamos um conceito já estabelecido com base na filosofia utilitarista, considerando-o um tipo de “erro social”. Propusemos então verificar como esse erro se estabelece por meio de práticas discursivas.

O segundo e o terceiro passo estão incluídos na análise tridimensional, por meio da qual analisamos as dimensões textuais, discursivas e sociais e estendemos a proposta transdisciplinar na medida em que realizamos um diálogo entre aspectos teóricos nas três dimensões. Essa análise nos permitiu verificar o caráter inerente do especismo à ordem social, uma vez que o discurso que o sustenta contribui para manter relações de poder e dominação.

O último passo se move no sentido de identificar possibilidades de superação dos obstáculos encontrados. Embora um discurso dominante se estabeleça, verificamos que esse discurso sofre reações. As vozes que contestam esse discurso

podem representar formas de superação, na medida em que são difundidas e chegam ao conhecimento de um número maior de pessoas.

O movimento da Abordagem Relacional Dialética também é importante em se tratando de refletirmos nosso modo de fazer científico, de modo especial nesse momento em que questionamos formas de fazer científico. A sociologia reflexiva de Bourdieu (1989) aponta para a necessidade de romper com o senso comum, com as representações naturalizadas, sem se esquecer, contudo, de que o pesquisador é produto do mundo. Nesse sentido, essa análise representa a visão do lugar do pesquisador como alguém que interpretou a prática especista como uma forma de “erro social”, conforme a noção de Fairclough (2010). A partir dessa orientação, a análise se conduziu, encontrando, por meio do apoio de dados quantitativos e qualitativos a presença de um discurso dominante e de um discurso o qual podemos chamar de dominado, embora tenha apresentado forças para causar certo desequilíbrio na ordem de discurso do contexto. Isso indica a possibilidade de mudança, na medida em que esse equilíbrio vai sendo desafiado. Outros olhares, de outros lugares, porventura, podem identificar a presença de outras formações discursivas, também atuantes, uma vez que “um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar por inteiro” (FOUCAULT, 1969 p. 57).

Nossa proposta, ao focalizar o especismo como um “erro social” foi de ampliar a categoria de humanidade de Fairclough (2010) aos animais, trazendo reflexões do princípio de igual consideração de interesses baseados na filosofia utilitarista que justificam essa proposta. Nosso objetivo com essa proposta é contribuir por meio da análise de discurso para realizar mudanças no sentido de incluir as espécies não humanas em nossas preocupações morais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria de nós concorda que matar um animal em si é um ato perturbador. Contudo, observamos que esse ato ocorre todos os dias em diversas situações as quais a maioria de nós prefere evitar, como fazer uma visita a um matadouro ou acompanhar a realização de um experimento em um laboratório. Outras formas de utilizar animais que provocam sofrimento, mas não a morte direta, também fazem parte de nossas práticas culturais, como o aprisionamento. Essa análise tomou uma dessas formas de especismo como modelo, a fim de discutir como o especismo é veiculado pela mídia. Essa forma foi a utilização de animais como instrumentos de pesquisa. Damos preferência ao termo 'utilizar', pensando em seu sentido de 'tirar utilidade de algo', no caso, dos animais. Quando pensamos em 'uso', a ideia é de que o objeto tenha sido produzido para aquele fim, como por exemplo, 'usamos uma cadeira para nos sentar'. Por outro lado, podemos utilizar essa mesma cadeira para subir ou para colocar algum objeto em seu assento. Nesse sentido, os animais têm sido utilizados, o que sustenta a ideia da reificação de seres sencientes, considerados aqui como objetos.

Para realizar a análise, nos orientamos por meio do quadro teórico-metodológico de Fairclough (2001, 2003, 2010), que foi sendo atualizado pelo autor com o passar dos anos. A versão da Teoria Social do Discurso nos forneceu um direcionamento para realizar a análise tridimensional, possibilitando contemplar os níveis linguísticos, discursivos e sociais. No nível linguístico, identificamos os atores sociais de maior representação, estando entre eles os representantes do laboratório, os representantes dos poderes públicos e os especialistas. A polêmica criada entre a defesa dos interesses dos animais não humanos e a defesa dos interesses do laboratório foi sustentada por meio da inserção dos argumentos de autoridade de dois desses atores sociais: os representantes de laboratório e os especialistas. Em se tratando da organização das estruturas linguísticas dos processos verbais, observamos a ocorrência maior de citação de dizeres desses dois atores sociais. Nesse sentido, a análise das construções sintáticas com base em Halliday e

Matthiessen (2004) proporcionou verificar a construção de efeitos de sentido de credibilidade, criados pela escolha de citações desses dois atores sociais.

No nível discursivo focamos nas configurações de convenções discursivas que ocorreram nos dizeres analisados, o que proporcionou-nos verificar como os atores sociais foram representados. Fairclough (2003) focaliza a questão do nível discursivo como sendo intermediário entre as relações externas e internas do texto, situando-se entre as relações de escolha em nível de organização linguística e as ordens de discurso. Nesse ponto da análise, portanto, foi possível verificar as formações discursivas que emergiram dos discursos analisados. Os ativistas foram representados a partir de um grupo heterogêneo e apresentaram marcas de um discurso que chamamos de “discurso da emoção” que se contrapõe ao discurso científico positivista dos representantes do laboratório. O discurso dos policiais foi marcado pela necessidade de manter a ordem social e respeitar os limites impostos pela lei. Os representantes dos poderes públicos e especialistas apresentaram discursos em favor dos interesses dos animais e em favor dos interesses do desenvolvimento tecnológico que garantiria o progresso científico. Esse último argumento foi o de maior representatividade.

Dessa forma, na análise social, a ordem de discurso que emergiu delineou um discurso dominante, no sentido de que a ciência se presta unicamente para o bem social. Essa ideia, contudo, apresentou-se obscura nos dizeres analisados por meio de procedimentos de exclusão discursiva, gerando um duplo desequilíbrio em termos de ecossistemas sociais, entre as espécies e entre o sistema ecossocial humano. O discurso dominante da ciência se mantém por meio dos discursos da ordem e da lei. No entanto, verificamos um movimento em direção oposta, aquele que desafia essa ordem estabelecida e que causa transtornos em termos de organização social.

A atitude dos ativistas foi aos olhos da lei uma forma de transgressão. Entretanto, essa transgressão à lei gerou uma movimentação que teve como consequência a inserção da discussão sobre os interesses dos animais não humanos na agenda midiática. Se compreendemos a força da mídia de sugerir tópicos de discussões entre os grupos sociais, compreendemos também que o evento da invasão possibilitou que o assunto se estendesse a um número maior de discussões. Ao mesmo tempo, essa discussão é direcionada, uma vez que, nesse

caso, a mídia reforça as ideias dos discursos dominantes. Thompson (1998 p. 19), a partir da colocação de Clifford Geertz ³⁸ de que “o homem é um animal suspenso em teias de significado que ele mesmo teceu”, atenta para o papel dos meios de comunicação como rodas de fiar no mundo moderno. No contexto atual, podemos pensar que esse papel se intensifica ainda mais, a partir da expansão e do alcance dos veículos midiáticos, contribuindo para a fabricação de teias de significação.

A proposta de Fairclough (2010) inclui a ênfase na consciência crítica por meio da análise dos discursos e dos processos de controle e dominação permitidos pelas ordens de discurso estabelecidas. Nesse sentido, a percepção dessa ordem de discurso nos permite refletir em que medida ela se sustenta em nome do controle social e caminhar em direção à mudança, que é o objetivo principal dessa ênfase crítica. Os sujeitos sociais podem deixar de agir sob a ideologia imposta pelo discurso dominante na medida em que diminui a estabilidade das relações de dominação.

Em nosso caso, a mudança passa pela ideia de repensar essa hierarquia constituída que observamos nesse recorte de contexto de situação. Conforme vimos no primeiro capítulo, esse contexto faz parte de um contexto maior orientado pelas práticas culturais, principalmente no campo religioso, passando pelas tradições de comunidades locais. Portanto, para repensar essas práticas, nos apoiamos nas ideias utilitaristas de princípios éticos de raciocínio e justificação moral, pautados nas consequências de nossas ações, a fim de melhor conduzi-las.

Quando repensamos e questionamos esses discursos instituídos abrimos possibilidades para permitir que a ordem de discurso se reorganize e que outros discursos até então excluídos possam fazer parte de nossa prática social, gerando formas de agir diferenciadas. Em se tratando das práticas especistas, podemos citar alguns exemplos de mudanças. A primeira, em relação ao evento da invasão do laboratório, resultou no reconhecimento do CONCEA e aprovação por parte da ANVISA de 17 métodos alternativos à utilização de animais nas pesquisas³⁹. Essa aprovação não substitui todos os testes e utiliza, por exemplo, a córnea bovina,

³⁸ GEERTZ, Clifford. **The Interpretation of Cultures**. Selected Essays, Basic Books. New York, 1973.

³⁹Fonte: <http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2014/09/concea-reconhece-17-metodos-alternativos-ao-uso-de-animais>

resultado de outra prática especista, mas já representa um avanço. Os coelhos, por exemplo, que eram utilizados em testes de potencial de irritação e corrosão ocular já poderão ser substituídos e não deverão mais ter seus olhos e suas vidas destruídas por produtos químicos. Uma tradição cultural forte na Inglaterra, a caça à raposa, foi proibida em 2005 pela lei conhecida como “The Hunting Act”⁴⁰. Outra tradição cultural fortíssima na Espanha, a tourada, foi proibida na Catalunha em 2010, após uma petição organizada por grupos de proteção aos animais⁴¹.

A igual consideração de interesses entre as espécies orienta-nos no sentido de repensar algumas práticas, mesmo que enraizadas no tempo e no espaço, a fim de considerar ao máximo possível o interesse de todas as vidas sencientes. Essa atitude parte do questionamento das ideias naturalizadas por meio das práticas discursivas. Embora os medicamentos sejam de grande relevância para a restituição de nossa saúde, a cultura da medicação domina as práticas médicas ocidentais. Poderíamos, nesse sentido, pensar o lugar da cultura da prevenção, o que já evitaria o consumo de uma grande quantidade de medicamentos. Precisamos realmente de todos os produtos que o mercado nos oferece? Esses produtos são acessíveis a todos? O que representa todo o investimento do país em produção de agrotóxico? Quais são os discursos no campo das medicinas alternativas? Por que nos divertir às custas do sofrimento alheio? Estas dentre tantas outras perguntas induzem a respostas que nos fazem pensar a respeito de nosso estilo de vida e, conseqüentemente, envolvem e podem comprometer todas as vidas que compartilham conosco o planeta.

⁴⁰ Fonte: <http://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2015/02/18/caca-a-raposa-retorna-ao-debate-politico-britanico-uma-decada-apos-proibicao.htm>

⁴¹ Fonte: <http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/bbc/regiao+espanhola+da+catalunha+proibe+touradas/n1237730378027.html>

REFERÊNCIAS

ALDÉ, Alessandra. **A construção da política**: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa. São Paulo, FGV, 2004.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

ALVES, Gerlúzia de Oliveira Azevedo. **A Arte Rupestre como Expressão Comunicativa da Cultura**. Natal: UFRN, 2006. 142 p. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/13799>. Acesso em 25/10/2015.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso**: Introdução à Filosofia da Linguagem. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). **Marxismo e Filosofia da linguagem**. 16ª ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

BÍBLIA SAGRADA. Trad. João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. 2ª Ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O campo científico**. In: ORTIZ, Renato. (org.). Pierre Bourdieu - Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRAGA, José Luiz. **Constituição do campo da comunicação**. In: FAUSTO NETO, Antônio; PRADO, José Luiz Aidar; PORTO, Sérgio Dayrrel (org.). Campo da comunicação. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001. p. 11-39.

BRAGA, Rosana. **Feng Shui**: harmonia no lar. São Paulo: Tipo Editora, 2001.

BRANDÃO, Maria Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. **Cross-Cultural Representation of 'Otherness' in Media Discourse**. In: WEISS G; WODAK, R. *Critical Discourse Analysis: Theory and Interdisciplinarity*. New York: Palgrave Macmillan Ltd, 2003.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense, 1982. [1943].

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2005.

CARMO, Cláudio Márcio do. **O Lugar da Cultura nas Teorias de Base Linguística Sistêmico-Funcional**: multimodalidade e produção de sentido na dança-ritual de Oxossi. Curitiba: Appris, 2014.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 08/12/2015.

CUNHA, Maria A. Furtado da; SOUZA, Maria M. de. **Transitividade e seus contextos de uso**. São Paulo: Cortez, 2011.

DELAPORTE, François. **A história das ciências segundo G. Canguilhem**. In: PORTORCARRERO, Vera (org.). *Filosofia, história e sociologia das ciências: abordagens contemporâneas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. p. 23 - 41.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Trad. Coord. Izabel Magalhães. Brasília: UnB, [1992] 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Media Discourse**. London: Edward Arnold, 1995.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourses**: textual analysis for social research. Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Critical Discourse analysis**: the critical study of language. 2ª ed. Longman: Pearson Education, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Miguel Serras Pereira. Coimbra: Almedina, 2005 (Título original: L'arqueologie Du savior, 1969).

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, [1971] 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, [1979] 1999a.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, [1981] 1999b.

FURROW, Dwight. **Ética: conceitos-chave em filosofia**. Trad. Fernando José R. da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GEERTZ, Clifford. **The Interpretation of Cultures**. Selected Essays, Basic Books. New York, 1973

GIDDENS, Anthony. **A constituição da Sociedade**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HABERMAS, Jürgen. (2006). **Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica**. *Líbero*, ano XI, n. 21, 2008. Disponível em: <<http://casperlibero.edu.br/wpcontent/uploads/2014/05/Comunica%C3%A7%C3%A3opol%C3%A9tica-na-sociedade-medi%C3%A1tica.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2014. p. 9-20.

HALLIDAY, Michael. A. K. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, Michael. A. K. **Language as Social Semiotics**: the social interpretation of language and meaning. Australia: Edward Arnold, 1978.

HALLIDAY, Michael. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An Introduction to functional grammar**. 3rd. Ed. London: Edward Arnold, 2004.

HOCHMAN, Gilberto. **A ciência entre a comunidade e o mercado**: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina. In: PORTORCARRERO, Vera (org.). Filosofia, história e sociologia das ciências: abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. p. 199 – 231.

KARDEC, Allan. **O livro dos espíritos**. Trad. Sandra Keppler. 6ª ed. São Paulo: Mundo Maior, 2012 [Paris, 1857].

LEMKE, Jay. **Textual Politics**: Discourse and Social Dynamics. London: Taylor & Francis, 1995.

LEMKE, Jay. **Texts and Discourses in the Technologies of Social Organization**. In: WEISS G; WODAK, R. Critical Discourse Analysis: Theory and Interdisciplinarity. New York: Palgrave Macmillan Ltd, 2003. p.130-149.

LIMA, João. E. R. **Vozes do Silêncio**: cultura científica: ideologia e alienação no discurso sobre vivissecação. 1. ed. São Paulo: Instituto Nina Rosa, 2008.

LOPES, Sônia; CARVALHO, Plínio. **Curso Completo de Biologia**. São Paulo: Saraiva, 1991.

MAIA, R. **Expanding the mass media role for the functioning of the political public sphere**. In CORREIA, João Carlos; MAIA, Rousiley (Org.).Public Sphere reconsidered: theories and practices. Covilhã: Universidade DA Beira Interior, 2011.

MALINOWSKI, B. What is culture. In: MALINOWSKI, B. **A scientific theory of culture and other essays by Bronislaw Malinowski**. Chapel Hill: The University of Carolina Press, 1944, p. 36-44.

OLIVA, Alberto. **Kuhn: o normal e o revolucionário na reprodução da racionalidade científica**. In: PORTORCARRERO, Vera (org.). Filosofia, história e sociologia das ciências: abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. p. 67 - 102.

OLIVEIRA, F. **Especismo Religioso**. Revista Brasileira de Direito Animal. Ano 6vol 8. Jan-Jun 2011 p.161-220. Fonte: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/11060/7976>. Acesso em 26/10/2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp. 1988.

PORTOCARRERO, Vera. **Foucault: a história dos saberes e das práticas**. In: PORTOCARRERO, Vera (org.). Filosofia, história e sociologia das ciências: abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.p. 43 - 65.

SINGER, Peter. **Libertação Animal**. Trad. Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013. (Título original: Animal Liberation, 1ª ed. 1975).

SINGER, Peter. **Ética Prática**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Título original: Practical Ethics 1ª Ed. 1993).

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

WEISS Gilbert; WODAK, Ruth. **Critical Discourse Analysis: Theory and Interdisciplinarity**. New York: Palgrave Macmillan Ltd, 2003.

ANEXOS

ANEXO 01: RESUMO DAS PUBLICAÇÕES SELECIONADAS

Jornal Folha de São Paulo:

Nº	DATA	TÍTULO	ÁREA DE PUBLICAÇÃO	JORNALISTA/COLUNISTA/BLOGUEIRO (A)
1	30/07/2015	Anvisa quer substituir uso de animais por métodos alternativos em testes	Equilíbrio e Saúde	Natália Cancian
2	05/06/2014	Câmara aprova lei que proíbe uso de animais em testes de cosméticos -	Ciência	Mariana Haubert
3	28/04/2014	Manifestantes protestam contra testes em roedores em laboratório -	Cotidiano	Rafael Garcia
4	21/02/2014	Abobrinhas	Colunistas	Barbara Gancia
5	23/01/2014	Alckmin sanciona lei que proíbe uso de animais na indústria de cosméticos	Ciência	Gabriela Terenzi/Giuliana Miranda
6	17/01/2014	Protesto pede sanção de lei que veta teste de cosméticos em animais	Ciência	Giuliana Miranda/Daniela de Lima
7	25/12/2013	Cobaias num mundo cão	Opinião	Uirá Machado
8	22/12/2013	JOVEM FATURA R\$ 500 MIL POR ANO COM BLOGUEIRAS E 'LOOKS DO DIA'		Filipe Oliveira

9	21/12/2013	Ueba! Mamãe Noel Sapecal!	Colunista	José Simão
10	13/12/2013	O eixo OAB-PT-STF	Colunista	Reinaldo Azevedo
11	08/12/2013	Gerador de notícias	Colunista	Vanessa Bárbara
12	01/12/2013	Empresas tentam reduzir uso de animais em testes	Negócios	Filipe de Oliveira
13	13/11/2013	Mesmo sem cães, Instituto Royal de São Roque (SP) é invadido pela 2ª vez	Cotidiano	Jairo Marques
14	10/11/2013	Sobre beagles, homens e ratos -	Colunistas	Silvia Corrêa
15	09/11/2013	Novela! César é pai dos beagles!	Colunista	José Simões
16	06/11/2013	Últimas das Redes Sociais - Internautas comentam fechamento de unidade do Instituto Royal	Painel do Leitor	
17	02/11/2013	PF apura plano para retirada de animais de órgãos federais; instituições são investigadas	Cotidiano	Lucas Vettorazzo
18	29/10/2013	Beagles recebiam tratamento adequado, afirma advogado de instituto	Cotidiano	Flávia Foreque
19	29/10/2013	56% dos paulistanos julgam que os ativistas agiram bem em retirar os cães do instituto Royal	Opinião Pública (Datafolha)	
20	29/10/2013	Instituto Royal diz que beagle recuperado não é	Cotidiano	

		de site de venda		
21	28/10/2013	Maioria reprova cães como cobaia, mas apoia ratos, diz Datafolha	Cotidiano	
22	27/10/2013	Instituto Royal diz ter recuperado beagle colocado à venda na internet	Cotidiano	
23	27/10/2013	Ativistas que 'salvaram' beagles de laboratório são questionados por defensora dos ratos		Ricardo Serra
24	25/10/2013	Prefeitura de São Roque suspende alvará do Instituto Royal	Cotidiano	
25	25/10/2013	Câmara debate denúncias de maus-tratos contra o Instituto Royal		
26	25/10/2015	Invasão comprometeu o teste de ao menos 6 remédios, diz instituto	Cotidiano	Rafael Garcia
27	25/10/2013	Levado do Instituto, beagle Ricardinho corre risco, dizem cientistas	Cotidiano	Rafael Garcia
28	24/10/2013	Nas redes sociais, Pato vira "patético" e é oferecido para testes após "pataquada"	Esporte	
29	24/10/2013	Câmara acelera tramitação de projetos contra maus-tratos a cães	Cotidiano	Márcio Falcão
30	23/10/2013	Anvisa estuda mudança em legislação sobre o uso de cobaias	Cotidiano	Flávia Foreque
31	23/10/2013	Retirada de beagles de	Cotidiano	Márcio Falcão

		instituto foi ato fora da lei-diz ministro		
32	23/10/2013	Se deixarem, busco ratos, afirma Luisa Mell sobre maus-tratos contra animais	Cotidiano	
33	23/10/2013	Criador de beagles diz sofrer ameaça após invasão a Instituto Royal	Cotidiano	
34	22/10/2013	Polícia identifica 20 participantes de invasão a laboratório em São Paulo	Cotidiano	
35	22/10/2013	Câmara cria comissão para apurar denúncias contra o Instituto Royal	Cotidiano	
36	22/10/2013	PM diz que não impediu saída de animais para evitar confronto	Cotidiano	
37	22/10/2013	Retirada de cães de instituto afeta teste anticâncer, diz cientistas	Cotidiano	
38	22/10/2013	PRÉ-SAL! PRIVATIZA A PRÉ-RERECA!	Colunista	JOSÉ SIMÃO
39	21/10/2013	Beagles levados de laboratório no interior de São Paulo deverão ser doados	Cotidiano	
40	21/10/2013	Câmara pode instalar comissão para investigar maus-tratos contra animais	Cotidiano	
41	21/10/2013	Resgate de beagles foi reação à falta de diálogo do instituto, diz	Cotidiano	

		ativista		
42	20/10/2013	Dois beagles do Instituto Royal são encontrados abandonados em São Roque	Cotidiano	
43	20/10/2013	Manifestantes presos durante ato por animais em São Roque (SP) são liberados	Cotidiano	
44	20/10/2013	“Apoio a atitude dos ativistas que libertaram os beagles” - diz professor	Painel do leitor	
45	19/10/2013	Associação de cientistas brasileiros reprova resgate de cães em São Roque (SP)	Cotidiano	
46	19/10/2013	Seis são detidos durante protesto por animais em São Roque (SP) -	Cotidiano	
47	19/10/2013	Rodovia Raposo Tavares é liberada após protesto no km 56	Cotidiano	
48	19/10/2013	Protesto contra testes em cães tem black-blocs e carros incendiados em São Roque (SP)	Cotidiano	
49	19/10/2013	Após protesto, ativistas liberam Raposo Tavares na altura de São Roque (SP) -	Cotidiano	
50	19/10/2013	Após vigília, ativistas organizam protesto em frente ao Instituto Royal em São Roque (SP)	Cotidiano	

51	18/10/2013	Nunca foi encontrada irregularidade', diz advogado de instituto invadido	Cotidiano	
52	18/10/2013	Invasão a laboratório prejudica apuração de maus-tratos, diz promotor	Cotidiano	
53	18/10/2013	Polícia tenta recuperar cães recolhidos por ativistas em laboratório	Cotidiano	
54	18/10/2013	Ativistas resgatam cães de laboratório de testes em São Roque (SP) -	Cotidiano	

Portal Estadão (Grupo Estado de São Paulo):

	DATA	TÍTULO	ÁREA DE PUBLICAÇÃO	JORNALISTA/COLUNISTA/BLOGUEIRO (A)
1	04/09/2015	DEU PERDIDO	Blog	SONIA RACY
2	31/07/2015	ANVISA LIMITA USO DE ANIMAL EM PESQUISA	Ciência	Lígia Formenti
3	29/07/2014	Ativistas cobravam que boi não fosse "cutucado" e não se "estressasse" em São Roque	Esportes/Blog	Demétrio Vecchioli
4	29/07/2014	Ameaça de ativistas suspende procissão de 134 anos em São Roque	São Paulo	José Maria Tomazela
5	29/07/2014	Ameaça de ativistas altera procissão em São	Geral	José Maria Tomazela

		Roque		
6	04/07/2014	Regra prevê reduzir uso de animais em testes	Ciência	Lígia Formenti
7	04/07/2014	Norma do CONCEA aponta redução de testes com animais	Geral	Lígia Formenti
8	04/06/2015	Câmara aprova lei que veda uso de animais em testes para cosméticos	Brasil	Daiene Cardoso
9	27/04/2014	Ativistas protestam contra uso de animais em laboratório	Geral/São Paulo	José Maria Tomazela
10	16/02/2014	Carne de Pescoço	Aliás	Paulo Nogueira
11	21/01/2014	Alckmin tem esta semana para decidir sobre proibição de testes em animais	Geral	Beatriz Bulla
12		Fatos irrelevantes que marcaram 2013 (2)	Brasil	Tutty Vasques
13	01/12/2013	Instituto Royal volta a ser ameaçado de invasão	Notícias/Geral	José Maria Tomazela
14	29/11/2013	Jundiaí proíbe uso de animais em testes	Notícias/Geral	Agência Estado
15	29/11/2013	Jundiaí cria lei que proíbe teste com animais vivos	São Paulo	Ricardo Brant
16		Os beagles de São Roque	Vida e Estilo	Jair Barboza
17	21/11/2013	Preso acusado de queimar carros em protesto dos beagles	Notícias/Geral	José Maria Tomazela
18	19/11/2013	Estudo sobre Anúncios Imobiliários	Blog	Marcelo Rubens Paiva

19	14/11/2013	Polícia Civil investigará fotos de nova invasão do Royal	Geral/Notícias	José Maria Tomazela
20	14/11/2013	Após render vigias, grupo invade Royal de novo e leva roedores	São Paulo	José Maria Tomazela
21	13/11/2013	Instituto Royal volta a ser invadido e depredado	Geral/Notícias	José Maria Tomazela
22	08/11/2013	Testes em animais-que bicho é esse?	Saúde	Thiago Mattos
23	08/11/2013	Pesquisadores são ameaçados por ativistas contrários a pesquisas com animais	Ciência	Herton Escobar
24	08/11/2013	Cientista que usa macaco é ameaçado	Saúde	Herton Escobar
25	07/11/2013	Exame mostra que cão encontrado não é beagle	Notícias/Geral	José Maria Tomazela
26	07/11/2013	Cão encontrado em cidade vizinha a São Roque não era beagle	São Paulo	José Maria Tomazela
27	06/11/2013	Royal anuncia fim de pesquisa em São Roque	Notícias/Geral	José Maria Tomazela
28	06/11/2013	Caso dos beagles: ativistas protestam no fórum de São Roque	São Paulo	José Maria Tomazela
29	06/11/2013	Instituto Royal decide suspender atividades em São Roque	Vida e Estilo/Blog Conversa de Bicho	Fábio Brito
30	06/11/2013	Instituto Royal decide suspender suas atividades em São Roque	São Paulo	
31	04/11/2013	Falsos policiais usam caso dos	Geral/Notícias	José Maria Tomazela

		beagles para assaltar		
32	31/10/2013	Polícia recolhe beagle que pode ser do Instituto Royal	Geral/Notícias	José Maria Tomazela
32	29/10/2013	Beagles entregues à polícia irão para ONGs	Geral/Notícias/Brasil	José Maria Tomazela
34	29/10/2013	Beagle resgatado não estava à venda, corrige Instituto Royal	Geral	José Maria Tomazela
35	27/10/2013	Instituto Royal recupera um dos 178 cães beagles levados	Notícias/Geral	José Maria Tomazela
36	27/10/2013	Animaizinhos	Blog	Tutty Vasques
37	27/10/2013	Quem vai salvar quem?	Aliás	Sidarta Ribeiro
38	27/10/2013	Fórum dos leitores	Opinião	
39	27/10/2013	Invasão de São Paulo fez surgir os "Petblocs"	São Paulo	Bruno Ribeiro
40	26/10/2013	Marcha contra Instituto Royal reúne 150 na Paulista	Saúde	Jerusa Rodrigues
41	26/10/2013	Direitos Empatados	Geral	Mônica Manir
42	26/10/2013	Beagles e dedos perdidos	São Paulo	Fernando Reinach
43	26/10/2013	Efeito Beagle	Direto da Fonte	Sonia Racy
44	25/10/2013	Prefeito suspende alvará do Instituto Royal por 60 dias	Geral/Notícias/Brasil	José Maria Tomazela
45	25/10/2013	Beagle de instituto é posto à venda em mercado virtual	Saúde/Geral/Notícias	José Maria Tomazela
46	25/10/2013	Mundo Cão	Blog	Tutty Vasques
47	25/10/2013 24/10/2013	"Os ativistas que maltrataram animais" diz Royal	São Paulo	Giovana Girardi

48	25/10/2013	Legal	Direto da Fonte	Sonia Racy
49	25/10/2013	Efeito beagle	Direto da Fonte	Sonia Racy
50	24/10/2013	Para Instituto Royal, ativistas é que maltrataram os animais	São Paulo	Giovana Girardi
51	24/10/2013	Investigação sobre libertação de cães vai para Sorocaba	Geral/Notícias	José Maria Tomazela
52	24/10/2013	Prefeito de São Roque mantém alvará do Instituto Royal	Brasil/Notícias/Geral	José Maria Tomazela
53	24/10/2013	Ô, raça	Blog	Tutty Vasques
54	24/10/2013	Ministro defende uso de cobaias e critica "foras da lei"	São Paulo	Daiene Cardoso e José Maria Tomazela
55	23/10/2013	Frente busca apoio à CPI dos Maus-Tratos à animais	Notícias/Geral	Daiene Cardoso
56	23/10/2013	Deputados querem instalar CPI dos Maus-Tratos contra animais	Brasil	Daiene Cardoso
57	23/10/2013	Instituto Royal diz em vídeo que vai retomar testes	Notícias/Geral	José Maria Tomazela
58	23/10/2013	Ativistas que resgataram beagles agiram fora da lei, diz ministro	São Paulo	Daiene Cardoso
59	23/10/2013	Ministro critica ativistas que levaram beagles do Royal	Notícias	Daiene Cardoso
60	23/10/2013	O caso dos beagles: O dia que os latidos fizeram a caravana perder o rumo	Blog: Sustentabilidade	Dener Giovanini
61	23/10/2013	A chatice da democracia	Blog	Tutty Vasques

62	23/10/2013	Fórum dos leitores	Opinião	
63	23/10/2015	Mudança	Direto da Fonte	Sonia Racy
64	22/10/2013	Alves troca relator da comissão para Instituto Royal	Notícias/Geral	Daiene Cardoso e Eduardo Bresciani
65	22/10/2013	Polícia espera concluir em um mês inquérito sobre cães	Geral/Notícias	José Maria Tomazela
66	22/10/2013	Projeto quer proibir animal em pesquisa para cosmético	Notícias/Geral	Daiene Cardoso
67	22/10/2013	Fazenda com criação de beagles recebe ameaça em São Roque	Geral/Notícias	José Maria Tomazela
68	22/10/2013	Deputados apresentarão propostas sobre uso de animais	Geral/Notícias	Daiene Cardoso
69	22/10/2013	Alves fará comissão para acompanhar caso dos beagles	Notícias/Geral	Daiene Cardoso
70	22/10/2013	Sobre beagles, comunistas, orixás e ameaças à democracia	Blog: O macaco elétrico	Paulo Silvestre
71	22/10/2013	Fórum dos leitores	Opinião	
72	22/10/2013	Instituto doará beagles que forem recuperados	São Paulo	José Maria Tomazela
73	21/10/2013	Instituto Royal doará os 178 cães da raça beagle	Vida e Estilo/Notícias Blog conversa de bicho	Fábio Brito/ José Maria Tomazela
74	21/10/2013	Polícia tentará recuperar 178 cães levados por ativistas	Geral/Notícias	José Maria Tomazela
75	21/10/2013	Keith Richard para presidente	Blog	Marcelo Rubens Paiva

76	21/10/2013	Polícia apura ação do Black bloc no Royal	São Paulo	José Maria Tomazela
77	20/10/2013	Protógenes quer comissão para investigar instituto	Notícias/Geral/São Paulo	José Maria Tomazela
78	20/10/2013	Dois presos em confronto com a PM em São Roque são soltos	São Paulo	José Maria Tomazela
79	19/10/2013	Após invasão de instituto, dois beagles são resgatados pela polícia em São Roque	Brasil	
80	19/10/2013	Seis ficam feridos em protesto na Raposo Tavares	Brasil	
81	19/10/2013	“Nós cansamos. A culpa é da indiferença”	São Paulo/Entrevista	Mel BleilGallo
82	18/10/2013	Adotar cães levados de instituto é crime, diz delegado	Geral/Notícias	José Maria Tomazela
83	18/10/2013	Instituto vai processar ativistas que resgataram cães em São Roque	São Paulo/Notícias/Geral/Vida e Estilo	José Maria Tomazela/Fábio Brito
84	18/10/2013	Ativistas invadem laboratório para libertar cães usados em testes	Vida e Estilo/São Paulo	Fábio Brito/José Maria Tomazela

Revista Veja:

	DATA	TÍTULO	ÁREA DE PUBLICAÇÃO	JORNALISTA
1	27/10/2013	Neil Ferreira: Fedegoso e Chicão apoiam os beagles	Política & Cia - blog	Ricardo Setti

2	18/10/2013	Eu exijo que seres humanos passem a ser tratados por aquilo que são: animais! Eu exijo que uma criança tenha a mesma importância de um beagle!	Blog	Reinaldo Azevedo -
3	21/10/2013	Dois beagles capturados estão sob guarda de deputado	Notícias	Eduardo Gonçalves
4	26/10/2013	A repercussão online do caso dos beagles	Ciência	Filipe Vilicic. Com reportagem de Victor Caputo
5	23/10/2013	Cientistas criticam ativistas por furto de beagles	Brasil /Notícias	Felipe Frazão
6	26/10/2013	'Beagles e dedos perdidos', um texto de Fernando Reinach	Coluna	Augusto Nunes-
7	06/11/2013	Instituto Royal, que fazia testes com beagles, encerra atividades	Brasil /Notícias	
8	25/10/2013	A Revolução dos Beagles: Reinaldo Azevedo contra ativistas de direitos animais. Ou: Um inimigo do povo	Blog	Reinaldo Azevedo -
9	22/10/2013	"Os 178 Beagles" – Nunca antes na história deste blog houve tantas ameaças e xingamentos. É a marcha das pessoas que amam	Blog	Reinaldo Azevedo -

		animais...		
10	25/10/2013	Reinaldo Azevedo - Blog Meu artigo na Folha: "Os 178 Beagles"	Blog	Reinaldo Azevedo -
11	27/10/2013	Instituto Royal recupera um dos 178 cães beagles levados	Brasil Notícias	(Publicado conteúdo com Estadão)
12	18/10/2013	A Simone ficou brava e acha que devo me apresentar em lugar de um beagle. Como não sei latir nem abanar a cauda, ela me quer testando remédios	Blog	Reinaldo Azevedo -
13	22/10/2013	Luísa Mell, Machado de Assis e Carlos Drummond. Os beagles os uniram num título e num texto	Blog	Reinaldo Azevedo -
14	18/10/2013	Ativistas resgatam cães maltratados de laboratório no meio da madrugada	Coluna	Ricardo Setti
15	13/11/2013	Instituto Royal, dos beagles, é invadido novamente	Brasil Notícias	
16	27/10/2013	Ombudsman da Folha me chama de cachorro. E defende que se assegure "um bom nível de conversa" no jornal.	Blog	Reinaldo Azevedo -

		Entendo... -		
17	19/10/2013	Defesa dos animais vira pretexto para mais vandalismo em São Paulo	Brasil Notícias	
18	25/10/2013	Instituto Royal acusa ativistas de maltratar beagles: 'Nossos cães não são pets'	Brasil Notícias	(Publicado conteúdo com Estadão)
19	21/10/2013	Instituto Royal alega nunca ter maltratado animais	Brasil Notícias	
20	15/11/2013	'Alianças estratégicas', um artigo de Roberto Pompeu de Toledo	Coluna	Augusto Nunes/ Ricardo Setti
21	23/10/2013	Instituto Royal diz que vai retomar testes com animais	Brasil Notícias	
22	21/10/2013	Bruno Gagliasso E Tatá Werneck Decidiram: Não Tomam Mais Antibióticos; Vão Tentar Negociar Com Os Estreptococos!	Blog	Reinaldo Azevedo
23	19/10/2013	Protesto contra uso de cobaias bloqueia rodovia Raposo Tavares	Brasil Notícias	
24	23/10/2013	Os animais no "Jornal Nacional" e o "outro lado"	Blog	Reinaldo Azevedo -
25	23/01/2014	Alckmin sanciona lei que veta uso de animais pela indústria cosmética	Brasil Notícias	

26	14/11/2013	Os ratos e os homens: Instituto Royal novamente invadido	Coluna	Rodrigo Constantino
27		A estranha nova invasão do Instituto Royal	Blog	Reinaldo Azevedo
28	29/10/2013	Teste em animais Espelho meu	Coluna	Lucia Mandel
29	26/10/2013	Quando os fatos se encarregam de jogar luzes num texto. Ou: barbárie nas ruas de sp. É a "fúria justiceira dos bons", incensada por covardes	Blog	Reinaldo Azevedo
30	25/10/2013	Prefeitura de São Roque mantém alvará do Instituto Royal	Brasil Notícias	
31	23/10/2013	Leiam Abaixo	Blog	Reinaldo Azevedo
32	23/10/2013	32-Ainda Tatá Werneck, Bruno Gagliasso, os Estreptococos e As Eritromicinas	Blog	Reinaldo Azevedo
33	18/10/2013	"NENHUM PAÍS DO MUNDO PROÍBE PESQUISAS COM ANIMAIS"	Ciência/ Natureza e Meio Ambiente	Juliana Santos
34	22/10/2013	POPULISMO VERGONHOSO! DEPUTADO TUCANO SE TORNA FIEL DEPOSITÁRIO DE CÃES ROUBADOS DE LABORATÓRIO! A IMUNIDADE LHE	Blog	Reinaldo Azevedo

		DÁ ESSE DIREITO? O QUE DIZ O PSDB? O QUE DIZ A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SP?		
35	19/10/2013	"REINALDOXXXXX XXX NA CASCUDA!" OU: PODE PENSAR E ATÉ LATIR COM FOFURA. ROSNAR NÃO PODE!	Blog	Reinaldo Azevedo
36	24/10/2013	Anvisa e as cobaias	Radar on-line- Blogs e Colunistas	Lauro Jardim
37	28/10/2013	Perguntar não ofende: os defensores radicais dos animais não dão remédios aos seus, quando doentes? E em quem acham que os remédios foram testados?	Coluna	Ricardo Setti
38	18/10/2013 (publicação original) 21/10/2013 (atualizada)	"Nunca tinha ouvido um grito de dor igual", diz Luisa Mell	Brasil Notícias	Letícia Cislinski
39	18/10/2013	Instituto Royal acusa ativistas de furto de animais	Coluna	Ricardo Setti
40	05/06/2014	Câmara proíbe uso de animais em testes de cosméticos	Ciência - Notícia	
41	29/10/2013	'Uso de animais em experimentos não é opcional', diz pesquisadora	Ciência - Notícia	Guilherme Rosa e Juliana Santos
42	25/10/2013	Prefeito de São Roque suspende	Brasil Notícias	

		alvará do Instituto Royal		
43	25/10/2013	ESTREIA DE REINALDO AZEVEDO NA FOLHA: OS FINS "NOBRES" NÃO JUSTIFICAM OS MEIOS NEFASTOS!	Coluna	RODRIGO CONSTANTINO
44	25/10/2013	O homem como porco do homem. Ou: Quando a imprensa estimula a delinquência	Blog	REINALDO AZEVEDO
45	20/10/2013	A era do coletivismo individualista. Ou: Um vira-lata	Blog	Reinaldo Azevedo-
46	19/10/2013	Você aí! Antes de babar no Facebook e no Twitter em defesa dos bandidos que invadiram o laboratório, quero lhe falar dos bichos que sua saúde já matou	Blog	Reinaldo Azevedo
47	18/10/2013	Captura dos animais prejudica investigação, diz promotor	Brasil Notícias	Eduardo Gonçalves
48	18/10/2013	Instituto Royal acusa ativistas de furto de animais	Brasil Notícias	
49	18/10/2013	Laboratório no interior de São Paulo é invadido por ativistas	Brasil Notícias	

Revista Época:

	DATA	TÍTULO	ÁREA DE PUBLICAÇÃO	JORNALISTA
1	06/11/2013	Instituto que fazia testes em beagles encerra atividades em São Roque		
2	12/11/2013	NÃO BASTA TER POLÍCIA		Alberto Bombig e Leopoldo Mateus
3	19/10/2013	Protesto contra testes em animais tem confronto e deixa feridos		redação época, com Estadão conteúdo
4	19/10/2013	Comunidade científica critica invasão de laboratório por ativistas		redação época, com Agência Brasil
5	17/10/2013	Como saber se um produto foi testado em animais?		Priscilla Merlino
6	(publicação original) 25/10/2013 (atualizada 01/11/2013)	A vida dele vale tanto quanto a sua?	(Conteúdo do site e reportagem de capa da revista impressa)	Camila Guimarães, Felipe Pontes e Júlia Korte

ANEXO 2: LISTAS DE PROCESSOS VERBAIS

Folha de São Paulo:

1. "Estamos aceitando a posição do CONCEA, de que, no prazo estabelecido, só poderão ser aceitos os métodos alternativos. As empresas devem começar a fazer essa migração", explica [o diretor da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) Ivo Bucaresky sobre a aprovação de métodos alternativos ao uso de animais em pesquisas em julho de 2015]
2. "Existem muito poucos métodos hoje reconhecidos internacionalmente e já validados. Não adianta acharmos que daqui a quatro anos vamos ter todas as pesquisas substituídas", pondera [Ivo Bucaresky]
3. "A indústria, tendo disponibilidade [dos materiais], é completamente favorável à substituição do uso de animais", diz. [Rosana Mastellaro – Gerente de assuntos regulatórios do Sindicato que representa as indústrias farmacêuticas de São Paulo].
4. "Mas não é a indústria que escolhe. O CONCEA e a Anvisa precisam reconhecer os métodos", completa. [Rosana Mastellaro – Gerente de assuntos regulatórios do Sindicato que representa as indústrias farmacêuticas de São Paulo].
5. Na época, o laboratório negou que houvesse maus-tratos
6. [O laboratório] disse que seguia todos os padrões internacionais e nacionais voltados para a pesquisa com animais.
7. No local, porém, uma ativista gritava por megafone: "Se o Tecam não fechar, a gente vai entrar!". [Sobre o protesto contra o laboratório Tecam em São Roque, em abril de 2014]
8. "Há métodos alternativos à utilização de animais, como testes in vitro e metodologias usando computadores", justificou o governador durante o anúncio da nova regra. [Justificativa de Geraldo Alckmin ao sancionar lei que proíbe uso de animais em testes de cosméticos em janeiro de 2014]
9. "O telefone não para de tocar. É muita gente comemorando o fim da crueldade com os animais, que não podem se defender", disse [o deputado Feliciano Filho sobre a lei sancionada por Alckmin].
10. Marcelo Morales, secretário-geral da Fesbe (Federação de Sociedades de Biologia Experimental), diz que, do ponto de vista científico, não há por que se opor à lei.
11. O cientista [Marcelo Morales] ressalta, no entanto, que pode haver prejuízos econômicos devido às limitações. [Sobre a decisão de Alckmin].
12. "Fico emocionada de ver caras novas", disse a empresária Gilce de Abreu, 51, que tem 29 cães e não desistiu de ir ao protesto [para pedir a sanção de Alckmin] mesmo com curativos de uma cirurgia.

13. Autor do projeto [para substituir uso de animais por métodos alternativos], o deputado estadual Feliciano Filho (PEN) cita a regulação europeia como exemplo. "Já existem substâncias conhecidas e seguras, sem a necessidade desses testes."
14. Marcelo Morales, secretário-geral da Fesbe (Federação de Sociedades de Biologia Experimental), diz que, do ponto de vista científico, não há por que se opor ao veto.
15. Mas [Marcelo Morales] ressalta que pode haver prejuízos econômicos devido às limitações.
16. A direção do Royal anunciou semana passada o encerramento de suas atividades na unidade paulista alegando falta de segurança e prejuízos "irreparáveis" após a primeira ação, em 18 de outubro, quando 178 cães da raça beagle foram levados e pesquisas de medicamentos ficaram destruídas.
17. Alvo de intensa polêmica nas últimas semanas, o Instituto Royal anunciou nesta quarta-feira (6) o encerramento das atividades de sua unidade localizada em São Roque (66 km de SP).
18. "#Caso Royal Vitória da Defesa Animal! #Instituto Royal encerra atividades em São Roque (SP)", tuitou [o deputado Ricardo Trípoli].
19. O instituto diz ainda que a retirada dos animais prejudicou uma década de pesquisas e que o grupo teme pela segurança de seus funcionários.
20. A invasão e resgate dos beagles ocorreu após ativistas relatarem que os animais eram maltratados durante as experiências feitas com os animais no laboratório.
21. O instituto sempre negou que maltratava os animais.
22. BEAGLES RECEBIAM TRATAMENTO ADEQUADO, AFIRMA ADVOGADO DE INSTITUTO
23. O advogado do Instituto Royal defendeu nesta terça-feira (29) que os cães utilizados em laboratório estavam em "ambiente adequado de tratamento", além de terem momento para "recreação".
24. "Acredito que a sociedade pode e deve discutir a questão do teste em animais, mas gostaria de deixar muito claro que tudo o que é feito nas dependências do instituto hoje é feito na mais absoluta ordem e legalidade", disse Alexandre Domingues Serafim [advogado do instituto] em audiência pública na comissão de meio ambiente da Câmara dos Deputados.
25. Sob vaias e gritos de ativistas, Serafim argumentou que o instituto possui uma comissão de ética sobre uso de animais há quatro anos [...]
26. [O advogado do Instituto Royal] argumentou que perícia do Ministério Público local realizada recentemente não identificou irregularidades no local.
27. Ele [advogado do Instituto Royal] também criticou a ação dos manifestantes e apontou a ação como justificativa para a ausência de representantes da Royal - a diretora-geral do instituto, Sílvia Ortiz, estava entre as convidadas da audiência.
28. INSTITUTO ROYAL DIZ QUE BEAGLE RECUPERADO NÃO É DE SITE DE VENDA
29. O Instituto Royal divulgou ontem que o beagle recuperado na sexta-feira (25) não é o mesmo de um anúncio de venda divulgado em um site na internet, diferentemente do que havia anunciado anteriormente.
30. Em nota enviada à imprensa, o Instituto Royal disse que "as informações que possibilitaram o resgate do beagle foram obtidas em redes sociais".

31. O instituto disse que está "analisando a questão." [De o deputado federal Ricardo Trípoli ter sido nomeado fiel depositário de dois cães]
32. INSTITUTO ROYAL DIZ TER RECUPERADO BEAGLE COLOCADO À VENDA NA INTERNET
33. O Instituto Royal informou que recuperou na sexta-feira (25) o primeiro cachorro da raça beagle após a invasão da sede do instituto [...]
34. Ele [o cachorro encontrado] passa por exames veterinários para verificar suas condições de saúde, em local secreto "para garantir sua segurança e dos tratadores", informou o Royal.
35. O instituto disse hoje que está "analisando a questão." [De o deputado federal Ricardo Trípoli ter sido nomeado fiel depositário de dois cães]
36. O instituto afirmou que ficou surpreso com a decisão [do prefeito de São Roque de suspender o alvará de funcionamento por 60 dias], mas que já havia proposto à administração municipal a suspensão voluntária das pesquisas com animais por 60 dias, por conta dos danos às instalações provocados pelos ativistas durante a invasão.
37. O prefeito de São Roque, Daniel de Oliveira Costa (PMDB) afirmou que a suspensão do alvará acontece para permitir o avanço das investigações.
38. "Isso dá um tempo para a investigação caminhar e acalmar os ânimos", disse [...] [o prefeito]
39. Em nota, a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) disse que o imbróglio dos cães é fruto de "desconhecimento".
40. O instituto afirmou, em nota, que ficou surpreso com a decisão da prefeitura.
41. Ele [o Instituto] disse que já havia proposto à administração municipal a suspensão voluntária das pesquisas com animais pelos próximos 60 dias, por conta dos danos às instalações provocados pelos ativistas durante a invasão.
42. O prefeito Daniel de Oliveira Costa, porém, afirmou que a suspensão do alvará acontece justamente porque o instituto propôs a paralisação por esse período, e não porque tenha sido encontrado qualquer tipo de irregularidade.
43. "Isso dá um tempo para a investigação caminhar e acalmar os ânimos", disse o prefeito se referindo aos ativistas que mantiveram os protestos na porta do instituto após a invasão.
44. Eles [ativistas] alegam que o instituto, que usa animais em pesquisas farmacêuticas, provoca maus-tratos a eles [animais].
45. O promotor responsável [pelas investigações do Ministério Público], porém, disse que laudos de veterinários comprovaram que o espaço estava dentro das normas exigidas.
46. O instituto afirmou que trabalha dentro da legalidade em prol da ciência e da vida humana [...]
47. [Representantes do Instituto] [...] apontam que a ação vai prejudicar pesquisas contra o câncer.
48. "Existem várias formas de maus-tratos e, dentre eles, apareceu agora esse caso Royal que é, na verdade, caracteristicamente um aspecto de maus-tratos pela forma como os elementos eram utilizados para, segundo eles, experimentos científicos", disse [o deputado] Ricardo Trípoli.
49. INVASÃO COMPROMETEU TESTE DE AO MENOS 6 REMÉDIOS, DIZ INSTITUTO

50. "A invasão do Instituto Royal na semana passada em São Roque vai atrasar ou comprometer o desenvolvimento de ao menos seis medicamentos", afirmou ontem a bióloga Silvia Ortiz gerente-geral da entidade.
51. Devido a acordos de confidencialidade com clientes, a pesquisadora [Silvia Ortiz] afirma não poder revelar exatamente quais e quantas drogas tiveram seus ensaios interrompidos na semana passada.
52. Ortiz diz, porém, que havia três fármacos com testes ainda em andamento -um em cães, um em coelhos e um em ratos - todos prejudicados pelo rapto dos animais e depredação do prédio do instituto.
53. "Coelhos e cães foram levados, e os ratos ficaram, mas a qualidade sanitária do laboratório acabou comprometida", afirma a pesquisadora [Silvia Ortiz].
54. "Às vezes a gente só recebe 2 mililitros de uma droga para testar", diz Ortiz.
55. LEVADO DE INSTITUTO, BEAGLE RICARDINHO CORRE RISCO, DIZEMCIENTISTAS
56. O beagle Ricardinho, de sete anos, um dos patriarcas da linhagem de cães desenvolvida pelo Instituto Royal, pode morrer se não receber atendimento médico adequado, afirmam os cientistas da entidade.
57. "Eles estão com medo, porque são receptores de um animal roubado", afirma Silvia Ortiz, gerente-geral do Instituto Royal.
58. "Se esse animal for para um procedimento cirúrgico, ele pode morrer na mesa", diz João Antonio Pegas Henriques, diretor-científico do Royal.
59. A placa da mandíbula, além disso, não era um experimento, diz a veterinária que cuidava de Ricardinho.
60. "O Royal poderia ter descuidado do animal e deixando-o à própria sorte, como os ativistas dizem que fazemos", diz Ortiz. "Mas fomos a uma clínica veterinária especializada em odontologia para encomendar uma prótese."
61. "Quando descobrimos que ele tinha sido encontrado, nossa preocupação era que a pessoa nos devolvesse o animal ou que nós pudéssemos ampará-la no tratamento necessário", afirma a cientista [Silvia Ortiz].
62. O instituto nega [os maus-tratos] [...]
63. [O instituto] apontam que a ação vai prejudicar pesquisas contra o câncer.
64. O ministro Marco Antonio Raupp (Ciência e Tecnologia) afirmou hoje que "não há evidência nenhuma de que seja supérflua a utilização de animais".
65. RETIRADA DE BEAGLES DE INSTITUTO FOI ATO FORA DA LEI, DIZMINISTRO
66. O ministro Marco Antonio Raupp (Ciência e Tecnologia) afirmou nesta quarta-feira (23) que "não há evidência nenhuma de que seja supérflua a utilização de animais" em pesquisas.
67. Raupp afirmou que não há indícios de irregularidades cometidas pelo instituto e que não vê necessidade de reavaliar a atual legislação sobre o uso de animais em experimento científicos.
68. "Não tenho nenhuma posição ideológica ou fundamentalista sobre esse assunto. Minha posição é objetiva em função dos interesses das pesquisas no país, no interesse de

- desenvolver novos medicamentos, novos produtos e quando forem necessários testes serem feitos. A lei prevê isso", disse [o ministro da ciência e tecnologia].
69. "Do ponto de vista da ciência, não há evidência nenhuma que seja supérflua a utilização de animais", completou [o ministro da ciência e tecnologia].
70. O ministro disse, no entanto, que se o Congresso achar necessário retomar a discussão sobre pesquisas com animais, não haverá empecilho.
71. Ele [o ministro da ciência e tecnologia] se disse favorável às pesquisas com animais para qualquer finalidade desde que os especialistas achem que são necessárias.
72. O instituto nega [os maus-tratos] [...]
73. [O Instituto] apontam que a ação vai prejudicar pesquisas contra o câncer.
74. "Avalio que [os ativistas] agiram fora da lei. Existe uma legislação que regula isso. O Instituto Royal cumpre essa legislação e nós verificamos no ministério que eles de fato cumprem", disse o ministro após participar de uma audiência na Câmara.
75. O ministro negou ainda que exista uma investigação do Ministério Público do Estado contra o laboratório.
76. "Não está investigando. Está acompanhando sempre se os licenciados estão operando dentro da lei. Não tem nada registrado", afirmou [O ministro Marco Antonio Raupp].
77. Em relação a eventuais métodos alternativos de pesquisa ao utilizado pelo Royal, o ministro negou. "Que eu saiba não, e acho que não apareceu essa discussão concretamente no CONCEA. Na medida em que se apresentem esses métodos, se justificarem, é claro que podem ser considerados. Enquanto não se discutir isso, iniciativas desse tipo, marginais à lei, não podem ser toleradas".
78. SE DEIXAREM, BUSCO RATOS, AFIRMA LUISA MELL SOBRE MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS.
79. A ex-apresentadora de TV e protetora dos animais Luisa Mell, 35, uma das ativistas que invadiram na madrugada de sexta-feira o Instituto Royal, em São Roque (SP), e retiraram 178 cães da raça beagle, afirma que a ação só aconteceu porque os manifestantes tinham certeza de haver maus-tratos contra os animais.
80. Mell, que será intimada com outros 19 participantes de ação já identificados pela polícia a prestar depoimento, diz que se o instituto permitisse iria "ainda hoje" buscar os ratos e os coelhos que não foram levados na sexta.
81. Ela [Luisa Mell] afirma que, como o instituto é uma organização de interesse social e recebe verbas públicas, não poderia se negar a abrir todos os detalhes sobre suas pesquisas.
82. Vários têm picadas ao redor do focinho e soltam lágrimas amareladas. De forma geral, os beagles estão muito assustados, apáticos, comportamento típico de cães que foram maltratados [cientistas dizem que os sintomas são de estresse devido a ambiente e condições desconhecidos]. [Primeira informação entre colchetes é uma observação do jornal incluída na resposta de Luísa Mel a uma entrevista. Pergunta: Como estão os cães?]
83. O Instituto Royal nega que os cães sofriam maus-tratos e que desenvolva pesquisas sobre cosméticos. Afirma que apenas fármacos são tema dos testes.

84. "Nossos cães eram muito bem tratados. Sempre receberam nosso carinho e todos os procedimentos eram feitos levando em consideração o menor dano possível", diz Silvia Ortiz, diretora do instituto.
85. Ela [Silvia Ortiz] afirma que dados sobre pesquisas e clientes são protegidos por contrato e que raspagens e marcas nos animais são medidas necessárias para testes.
86. Na internet, um deles [ativistas] chega a dizer que dois caminhões com beagles foram levados ao local [fazenda de criação de beagles em São Roque] para serem escondidos.
87. O delegado disse que 90% das pessoas que participaram da ação não moram em São Roque --seriam da capital paulista ou da Grande São Paulo-- e são de nível socioeconômico elevado.
88. Ele [o delegado] afirmou ainda que, pelas imagens, a invasão contou com cerca de cem pessoas [...]
89. [O delegado] destacou que, mesmo se comprovado que os animais sofriam maus-tratos no local, a invasão não era justificável.
90. Antônio [delegado de Sorocaba] disse ainda que as pessoas que estão com cães e não participaram do furto devem levar os animais até a delegacia mais próxima.
91. Ele [delegado] disse que é muito difícil que alguém diga que não sabia a origem dos beagles e podem responder por receptação.
92. O laboratório nega [os maus-tratos]
93. [O Instituto] apontam que a ação vai prejudicar pesquisas contra o câncer.
94. Protógenes [deputado coordenador da comissão externa] disse que a comissão vai começar pedindo a colaboração da Polícia Civil e do Ministério Público do Estado que já investigavam denúncias de maus-tratos no instituto.
95. O advogado do Instituto Royal, Daniel Antonio de Souza Silva, afirmou que o local "passa por constantes vistorias e nunca foi encontrada irregularidade".
96. PM DIZ QUE NÃO IMPEDIU SAÍDA DE ANIMAIS PARA EVITAR CONFRONTO.
97. "Vamos, vamos", diziam os policiais aos ativistas, enquanto carregavam os animais, tentando esvaziar o prédio o mais rápido possível.
98. Em nota, a PM disse que os policiais não evitaram colocar em risco "a integridade física das pessoas, entre as quais muitas mulheres, e dos animais, num confronto direto, que tornaria o resultado do evento ainda mais grave".
99. Em nota, a PM disse que os policiais não evitaram colocar em risco "a integridade física das pessoas, entre as quais muitas mulheres, e dos animais, num confronto direto, que tornaria o resultado do evento ainda mais grave".
100. RETIRADA DE CÃES DE INSTITUTO AFETA TESTE DE ANTICÂNCER, DIZ CIENTISTA
101. "Um trabalho que demorou anos para ser produzido, que tinha resultados promissores para o desenvolvimento do país, foi jogado no lixo", disse ele [Marcelo Marcos Morales, um dos secretários da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e coordenador do CONCEA (Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal)], em

- referência à invasão do Instituto Royal por ativistas na semana passada. "O prejuízo é incalculável para a ciência e para o benefício das pessoas", afirmou.
102. O cientista [Marcelo M. Morales] não revelou o nome do medicamento desenvolvido, que é protegido por contrato, nem para qual tipo de câncer ele seria usado. Mas informou que se tratava de um tipo de remédio produzido fora do país e que teve a patente quebrada.
103. Ativistas dizem que os cães sofriam maus-tratos.
104. O instituto nega [os maus-tratos].
105. Ontem ele [o Instituto] disse que, quando recuperados, receberão tratamento e podem "ser colocados para doação".
106. Doutor em biofísica, Morales [coordenador do CONCEA] afirma que os cientistas "também não querem trabalhar com animais", mas que o método é ainda o mais eficaz para testes de tratamentos médicos e vacinas.
107. "Sugeri ao delegado que me colocasse como fiel depositário. E ele aceitou", contou o deputado [Ricardo Trípoli] que estava na delegacia quando os dois cães foram encontrados.
108. O promotor responsável diz que a investigação [do Ministério Público] foi prejudicada com a invasão do laboratório.
109. O laboratório nega [os maus-tratos].
110. Pelo twitter, Protógenes afirmou que as declarações dos diretores do instituto são "absurdas".
111. "O local não se pesquisa", completou o deputado [Protógenes Queiroz], que visitou o instituto.
112. RESGATE DE BEAGLES FOI REAÇÃO À FALTA DE DIÁLOGO DO INSTITUTO, DIZATIVISTA
113. Jane Santos, 35, uma das coordenadoras da ação na sexta contra o Instituto Royal, em São Roque (66 km de SP), disse que a invasão e a retirada de animais foi uma reação "incontrolável" à falta de diálogo com a instituição.
114. O instituto nega a ausência de diálogo e os maus-tratos.
115. "Foi completamente incontrolável. Temos gravado que advertimos [o Royal], pois estávamos com medo de que o movimento tomasse grandes proporções, como a do Movimento Passe Livre. A nossa ideia era tirar os animais de forma pacífica e com a ajuda de biólogos", disse a ativista [Jane Santos]
116. Diante da falta de diálogo, diz ela [Jane Santos], alguns ativistas se acorrentaram ao instituto e fizeram greve de fome, culminando na invasão de sexta.
117. Jane afirma que os manifestantes da tática "Black bloc" não foram convidados.
118. Ela [Jane Santos] diz nem ter certeza de que se tratava de adeptos do "Black bloc", que pregam o dano ao patrimônio como protesto. "Podem ser munícipes de São Roque que não quiseram se identificar."
119. Gerente-geral do Instituto Royal, a bióloga Sílvia Ortiz afirma que "nunca nos furtamos de uma conversa".

120. Ela [Silvia Ortiz] diz que recebeu a carta de reivindicações dos ativistas e que tentou contato com a assessoria jurídica do grupo, sem sucesso. "Depois eles entraram, invadiram a propriedade, naquele ato de terrorismo, em nome de uma filosofia atrapalhada."
121. Em nota, o instituto diz que os animais sempre receberam as melhores condições de vida e saúde e que a invasão comprometeu anos de pesquisas.
122. 'APOIO A ATITUDE DOS ATIVISTAS QUE LIBERTARAM OS BEAGLES', DIZ PROFESSOR [José Carlos Gomes – professor aposentado do Departamento de Farmacologia da Unesp – Botucatu SP]
123. "A invasão e a retirada de cães usados em pesquisa e a depredação de parte de suas instalações, revela o desconhecimento por parte de quem praticou tais atos sobre a importância da utilização de animais para o desenvolvimento de novos medicamentos e tratamentos para o ser humano bem como de outras espécies animais", publicou a organização [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)] em seu site.
124. A associação [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC] diz, ainda, que o Royal está de acordo com as exigências da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e é fiscalizado pelo Inmetro, além de ter realizado "várias pesquisas, que contribuíram para o desenvolvimento de novos medicamentos e biofármacos para a indústria farmacêutica nacional."
125. Um advogado do Instituto Royal disse que nunca foi encontrada uma irregularidade no procedimento.
126. Por meio de nota, a Anvisa esclareceu que não é responsável pela supervisão desse tipo de testes, regulamentado pela Lei Arouca, de 2008.
127. O órgão governamental [Anvisa] se defendeu, dizendo que há dois anos trabalha em conjunto com a Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) para encontrar métodos alternativos aos testes laboratoriais em animais vivos.
128. Alguns dos defensores dos direitos animais que foram ouvidos dizem que os mascarados presentes no ato - que entraram em confronto com a polícia - não faziam parte de qualquer ONG e que se aproveitaram da manifestação para tumultuar.
129. [Manifestantes] alegavam crueldade contra os bichinhos
130. Um dos ativistas que está no local, Fabio Chaves, disse que a polícia está soltando bombas e que ainda há muita fumaça no local.
131. "Os mascarados que estão próximos aos carros incendiados não são do grupo de defensores dos animais", afirma. [Fabio Chaves]
132. "Era um movimento pacífico e os vândalos conseguiram dispersar a manifestação com mais eficiência que a própria polícia. Eles desvirtuaram o nosso ato", disse [o empresário Silvio Roberto da Cunha].
133. Também ativista, a dona de casa Rosana Natali Piñol, 38, contou que a apresentadora Luísa Mel falava com os ativistas por meio de um megafone quando a Polícia Militar jogou uma bomba de gás.

134. Por meio de nota, a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) disse que o Instituto Royal foi criado para promover o desenvolvimento e a pesquisa de tecnologias inovadoras.
135. "O instituto realiza estudos de avaliação de risco e segurança de novos medicamentos. Todos os seus experimentos são conduzidos de acordo com protocolos utilizados internacionalmente", diz o texto, ressaltando que as pesquisas atendem a todas as exigências feitas pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).
136. O advogado do Instituto Royal afirmou que o local "passa por constantes vitorias e nunca foi encontrada irregularidade".
137. O advogado do Instituto Royal afirmou que o local "passa por constantes vitorias e nunca foi encontrada irregularidade".
138. Ele [promotor do meio ambiente de São Roque] disse que a invasão do Instituto Royal fez com que se perdesse qualquer materialidade do crime de maus-tratos.
139. 'NUNCA FOI ENCONTRADA IRREGULARIDADE', DIZ ADVOGADA DE INSTITUTO INVADIDO
140. O advogado do Instituto Royal, invadido por ativistas na madrugada desta sexta-feira, afirmou que o local "passa por constantes vitorias e nunca foi encontrada irregularidade".
141. O promotor do Meio Ambiente de São Roque, Wilson Velasco, disse que a invasão do Instituto Royal fez com que se perdesse qualquer materialidade do crime de maus-tratos.
142. "A lei permite que se faça experimentos desde que se prove que não há outros meios para se chegar a um resultado científico", afirmou [o promotor do Meio Ambiente de São Roque].
143. "Eu pedi para eles não invadirem o espaço. Isso só prejudicou a investigação. Agora não há mais provas", disse [o promotor do Meio Ambiente de São Roque].
144. INVASÃO DE LABORATÓRIO PREJUDICA APURAÇÃO DE MAUS-TRATOS, DIZPROMOTOR
145. O promotor do Meio Ambiente de São Roque (a 66 km de São Paulo), Wilson Velasco, disse que a invasão do Instituto Royal fez com que se perdesse qualquer materialidade do crime de maus-tratos.
146. "A lei permite que se faça experimentos desde que se prove que não há outros meios para se chegar a um resultado científico", afirmou [o promotor do Meio Ambiente de São Roque].
147. "Eu pedi para eles não invadirem o espaço. Isso só prejudicou a investigação. Agora não há mais provas", disse [o promotor do Meio Ambiente de São Roque].
148. Um veterinário do instituto disse para a polícia, durante o trabalho da perícia, que os animais podem até morrer, pois muitos não estão habituados a viver fora do confinamento.
149. "A polícia vai tentar usar as imagens para identificar as pessoas que pegaram os animais. Não sabemos se o animal pode transmitir algum tipo de doença a humanos", disse o delegado Marcelo Sampaio Pontes.

150. "Entendo a causa dos ativistas e pessoalmente até concordo com a iniciativa, pois fazer experimentos em animais não é uma prática justa. Porém, o que aconteceu foi um crime de furto e temos que cumprir a lei", afirmou [o delegado Marcelo Pontes].
151. Quando isso [o sacrifício] não é necessário, os cães são colocados para adoção, diz a empresa [Instituto Royal].
152. O Royal diz que, em breve, fornecerá animais para testes em outros institutos.
153. "Recebemos a denúncia de que esses animais são acondicionados em condições irregulares", afirma Wilson Velasco Jr., promotor do Meio Ambiente em São Roque.
154. "As indústrias sequestram a vida dos animais, que nunca mais terão um comportamento normal", diz Vanice Teixeira Orlandi, presidente da União Internacional Protetora dos Animais.
155. "Todo e qualquer experimento realizado por docentes e pesquisadores em animais deve passar por uma comissão de ética para analisar se o animal sofrerá e qual a finalidade do projeto", diz [vice-diretor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP, Francisco Javier Hernandez Blazquez]
156. Na época, o instituto Royal disse que segue todos os protocolos nacionais e internacionais voltados para pesquisas com animais em laboratórios.
157. Eles [representantes do Instituto] afirmaram que são uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e que recebem verba de instituições públicas de fomento à pesquisa. O protocolo dos testes é aprovado por essas instituições antes de os estudos começarem.
158. O instituto disse também que os testes só são feitos nos cães depois de serem realizados em roedores. Por isso, os efeitos adversos apresentados nos beagles não são agudos.
159. Eles afirmaram [representantes do instituto] que sempre que a reação ao medicamento é constatada, um dos nove veterinários do local intervém.
160. A etapa da pesquisa em cães é a última antes de o medicamento passar a ser testado em voluntários humanos, de acordo com o Royal, que afirmou que os testes realizados nos cães não podem ser substituídos por técnicas in vitro (sem o uso de animais).
161. A empresa [Instituto Royal] também negou que houvesse maus-tratos aos animais.
162. No ano passado, o instituto Royal disse que segue todos os protocolos nacionais e internacionais voltados para pesquisas com animais em laboratórios.
163. A empresa [Instituto Royal] também negou que houvesse maus-tratos aos animais.
164. Um veterinário do instituto disse para a polícia, durante o trabalho da perícia, que os animais podem até morrer, pois muitos não estão habituados a viver fora do confinamento.
165. "A polícia vai tentar usar as imagens para identificar as pessoas que pegaram os animais. Não sabemos se o animal pode transmitir algum tipo de doença a humanos", disse o delegado Marcelo Sampaio Pontes.

166. "Entendo a causa dos ativistas e pessoalmente até concordo com a iniciativa, pois fazer experimentos em animais não é uma prática justa. Porém, o que aconteceu foi um crime de furto e temos que cumprir a lei", afirmou [o delegado].
167. Quando isso [os cães são sacrificados] não é necessário, os cães são colocados para adoção, diz a empresa [Instituto Royal].
168. "Recebemos a denúncia de que esses animais são acondicionados em condições irregulares", afirma Wilson Velasco Jr., promotor do Meio Ambiente em São Roque.
169. "As indústrias sequestram a vida dos animais, que nunca mais terão um comportamento normal", diz Vanice Teixeira Orlandi, presidente da União Internacional Protetora dos Animais.
170. "Todo e qualquer experimento realizado por docentes e pesquisadores em animais deve passar por uma comissão de ética para analisar se o animal sofrerá e qual a finalidade do projeto", diz. [o vice-diretor da faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP].
171. Na época, o instituto Royal disse que segue todos os protocolos nacionais e internacionais voltados para pesquisas com animais em laboratórios.
172. Eles [representantes do Instituto Royal] afirmaram que são uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e que recebem verba de instituições públicas de fomento à pesquisa.
173. O instituto disse também que os testes só são feitos nos cães depois de serem realizados em roedores. Por isso, os efeitos adversos apresentados nos beagles não são agudos.
174. Eles [representantes do Instituto Royal] afirmaram que sempre que a reação ao medicamento é constatada, um dos nove veterinários do local intervém.
175. A etapa da pesquisa em cães é a última antes de o medicamento passar a ser testado em voluntários humanos, de acordo com o Royal, que afirmou que os testes realizados nos cães não podem ser substituídos por técnicas in vitro (sem o uso de animais).
176. A empresa [Instituto Royal] também negou que houvesse maus-tratos aos animais.
177. No ano passado, o instituto Royal disse que segue todos os protocolos nacionais e internacionais voltados para pesquisas com animais em laboratórios.
178. A empresa [Instituto Royal] também negou que houvesse maus-tratos aos animais.
179. "O que mais chocou o grupo foi um beagle sem os olhos", disse [a ativista] Giuliana.
180. Os manifestantes alegam que tentaram na tarde de ontem uma reunião com o instituto, que desmarcou em cima da hora.
181. O grupo [...] disse ter ouvido gemidos de animais.
182. Os manifestantes reclamaram que também pediram ajuda a Guardas Municipais e policiais militares, que estavam em frente ao instituto, mas eles não fizeram nada.
183. Quando isso [os cães são sacrificados] não é necessário, os cães são colocados para adoção, diz a empresa.
184. "Recebemos a denúncia de que esses animais são acondicionados em condições irregulares", afirma Wilson Velasco Jr., promotor do Meio Ambiente em São Roque.

185. "As indústrias sequestram a vida dos animais, que nunca mais terão um comportamento normal", diz Vanice Teixeira Orlandi, presidente da União Internacional Protetora dos Animais.
186. "Todo e qualquer experimento realizado por docentes e pesquisadores em animais deve passar por uma comissão de ética para analisar se o animal sofrerá e qual a finalidade do projeto", diz. [o vice-diretor da faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP].
187. Na época, o instituto Royal disse que segue todos os protocolos nacionais e internacionais voltados para pesquisas com animais em laboratórios.
188. Eles [representantes do Instituto Royal] afirmaram que são uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e que recebem verba de instituições públicas de fomento à pesquisa.
189. O instituto disse também que os testes só são feitos nos cães depois de serem realizados em roedores. Por isso, os efeitos adversos apresentados nos beagles não são agudos.
190. Eles [representantes do Instituto Royal] afirmaram que sempre que a reação ao medicamento é constatada, um dos nove veterinários do local intervém.
191. A etapa da pesquisa em cães é a última antes de o medicamento passar a ser testado em voluntários humanos, de acordo com o Royal, que afirmou que os testes realizados nos cães não podem ser substituídos por técnicas in vitro (sem o uso de animais).
192. A empresa também negou que houvesse maus-tratos aos animais.

Portal Estadão:

1. "Com a aprovação [de métodos alternativos ao uso de animais em pesquisas], somente serão registrados no País produtos que tenham obedecido as regras do CONCEA", afirmou o diretor da Anvisa, Ivo Bucaresky.
2. O coordenador do CONCEA, José Mauro Granjeiro, explica que, embora os testes alternativos sejam promissores, há áreas em que o uso de animais não pode ser substituído.
3. Como exemplo, ele [José Mauro Granjeiro] cita pesquisas relacionadas à resposta sistêmica do organismo, como processos alérgicos.
4. A partir de 2019, serão permitidos testes apenas que se encaixarem nas regras. "E a observância dessas normas será analisada no momento do registro", disse Bucaresky [diretor da Anvisa].
5. Granjeiro comemorou a resolução da Anvisa. "É um passo importante. Valida as decisões que o conselho havia dado e tira eventuais dúvidas de pesquisadores e produtores."
6. Hoje no País, diz Granjeiro, 32 laboratórios têm o certificado [de boas práticas de laboratório] e, desse total, apenas 5 fazem testes toxicológicos.

7. Os ativistas, que não se identificaram, ameaçaram invadir o evento [procissão com carros de boi em São Roque] e libertar os bois, caso os animais fossem usados na procissão, informou a prefeitura.
8. Os ativistas, que não se identificaram, ameaçaram invadir o evento [procissão com carros de boi em São Roque] e libertar os bois, caso os animais fossem usados na procissão, informou a prefeitura.
9. O coordenador do conselho [CONCEA], José Mauro Granjeiro, afirma que testes alternativos podem ser usados para análise da segurança de vários produtos, sejam eles agrotóxicos, cosméticos ou medicamentos.
10. “Embora métodos alternativos sejam muito promissores, há algumas áreas em que o uso de animais ainda não pode ser substituído”, afirmou [José Mauro Granjeiro].
11. “Testes têm como finalidade garantir a segurança do uso entre humanos. A dispensa do uso de cobaias tem de ser feita de forma responsável”, disse [José Mauro Granjeiro].
12. Atualmente no País, conta Granjeiro, apenas 32 laboratórios têm o certificado e, desse total, apenas 5 fazem testes toxicológicos.
13. “É necessário ampliar o parque laboratorial”, avaliou [José Mauro Granjeiro].
14. Os primeiros métodos alternativos para substituição de cobaias devem ser reconhecidos no Brasil em agosto, avalia Granjeiro.
15. Ele [José Mauro Granjeiro] conta que o colegiado já iniciou a avaliação de sete processos, a pedido do Centro Brasileiro de Validação de Métodos Alternativos (BraCVAM).
16. Granjeiro contou que a mudança nas regras de uso de cobaias em pesquisa clínica começou a ser discutida depois da publicação da Lei Arouca, em 2008.
17. A discussão sobre a regulamentação, afirmou [José Mauro Granjeiro], ganhou ritmo a partir de 2012.
18. O coordenador do Conselho, José Mauro Granjeiro, afirma que testes alternativos podem ser usados para análise da segurança de vários produtos, sejam eles agrotóxicos, cosméticos ou medicamentos. [...]
19. “Embora métodos alternativos sejam muito promissores, há algumas áreas em que o uso de animais ainda não pode ser substituído”, afirmou [José Mauro Granjeiro].
20. “Testes têm como finalidade garantir a segurança do uso entre humanos. A dispensa do uso de cobaias tem de ser feita de forma responsável”, disse [José Mauro Granjeiro].
21. Atualmente no País, conta Granjeiro, apenas 32 laboratórios têm o certificado e, desse total, apenas 5 fazem testes toxicológicos.
22. “É necessário ampliar o parque laboratorial”, avaliou [José Mauro Granjeiro].

23. "A aprovação deste projeto [que veda uso de animais em testes para cosméticos, ocorrida na câmara dos deputados] é um marco", concluiu o deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP), [...].
24. O deputado Ricardo Izar (PSD), que participou da manifestação, disse que o objetivo [do protesto contra o laboratório Tecam em abril de 2014] era tornar pública a luta em favor dos animais.
25. O laboratório [Tecam] informou que todas as suas atividades são autorizadas, fiscalizadas e que usa apenas camundongos em testes.
26. Pela manhã, após reunião com militantes pelas causas dos animais, Alckmin disse que o ideal seria uma legislação nacional sobre o tema [proibição de testes em animais]
27. [Alckmin] afirmou que o governo vai estudar a constitucionalidade da proposta.
28. "Claro que o ideal é que não fossem utilizados animais em testes, mas nós precisamos verificar se já temos as alternativas a esses testes, sejam in vitro, sejam outras formas de poder fazer testes", afirmou o governador.
29. "E o ideal também é que tivesse uma legislação nacional, senão quem faz o teste muda para a divisa (do Estado). Mas nada proíbe o Estado de ter uma legislação concorrente", disse [Alckmin].
30. "A rigor, quem hoje regra é a Anvisa, que é um órgão do governo federal", explicou o governador.
31. "Não teve um deputado que foi contra, o projeto [de lei 777/2013 proibindo a utilização de animais em testes de cosméticos] teve unanimidade na casa", contou [o deputado] Feliciano Filho.
32. O governador [Geraldo Alckmin] relatou que vai ouvir também representantes dos setores de pesquisa e de ciência para tomar sua decisão.
33. "Sempre temos que estar embasados nas nossas decisões pelo interesse coletivo", afirmou [Geraldo Alckmin].
34. "Mas muitas empresas menores ainda usam essa prática cruel", relatou [Odete Miranda- Professora da Faculdade de Medicina do ABC].
35. Ela [Odete Miranda] avalia que a utilização dos animais não é um método mais barato do que as outras formas de testes.
36. "Não é mais barato, porque para manter os animais é preciso pagar pelos animais, mantê-los vacinados, tem todo um cuidado que não é preciso no caso de teste in vitro. É mais cultural", avalia a militante [Odete Miranda – Professora da Faculdade de Medicina do ABC].

37. "É um valor [valor da multa prevista no projeto de lei 777/2013 Na Assembleia Legislativa de SP] que realmente desmotiva qualquer pessoa porque vai dobrando e é por animal", disse Feliciano Filho.
38. "O sofrimento desses animais é absurdo", justificou o deputado [Feliciano Filho].
39. Em troca de mensagens no Facebook, ativistas disseram terem visto movimento de funcionários nas instalações de São Roque.
40. Ainda segundo a nota, o acesso às dependências do instituto é feito, unicamente, para a finalidade de concluir o processo de fechamento. "Desde o anúncio de encerramento de suas atividades, o Instituto Royal não realiza no local nenhuma atividade de pesquisa ou teste de medicamentos com animais", afirma [nota do Instituto Royal].
41. "Se houver métodos alternativos, é preciso usá-los", disse ele. [O prefeito de Jundiaí]
42. Prefeito [de Jundiaí] diz ter estudado o assunto, ouvido cientistas e conhecido os exemplos de cidades na Europa
43. "Há uma parte nessa lei dizendo que se houver métodos alternativos, é preciso usá-los", afirmou o prefeito [de Jundiaí].
44. Ele [prefeito de Jundiaí] disse ter estudado o assunto, ouvido cientistas e conhecido os exemplos de cidades na Europa, antes de ter sancionado a lei.
45. "É possível fazer testes e pesquisa sem animais. Cito cinco métodos alternativos, como bonecos, ressonância magnética, fertilização in vitro, nanotecnologia e simulação em computador", afirma o parlamentar [vereador de Jundiaí Leandro Palmarini].
46. Gabriel confessou ter participado do vandalismo [depredação e incêndio de carros nos protestos contra o Instituto Royal],
47. [Gabriel] negou ser adepto da tática de ação conhecida como Black bloc ou fazer parte do grupo de mascarados que atuam em manifestações.
48. Ele [Gabriel] se disse adepto de um movimento pela liberação do uso da maconha e estava no protesto para dar visibilidade à sua luta. Segundo Gabriel, ele agiu por impulso, no calor da manifestação.
49. O suspeito [Gabriel] negou participação na invasão do instituto, no dia anterior ao protesto, para retirada de 178 cães da raça beagle.
50. "Lamentamos que os ativistas recorram novamente à baderna. Lamentamos que a onda de violência física e moral contra os animais e os profissionais que prestam serviço ao instituto, iniciada com a invasão do dia 18 e apoiada sistematicamente por políticos e celebridades, ainda persista, mesmo com o encerramento das atividades do Royal", informou o instituto em nota.

51. A ativista Luiza Mell, que participou da primeira invasão, disse que desconhecia a nova ação e pôs em dúvida a versão do instituto.
52. Em nota, o Royal informou que a maioria dos roedores que ainda permaneciam no local foi levada.
53. "Na semana passada, o instituto anunciou o encerramento das atividades em São Roque por "falta de segurança".
54. Três semanas após o incidente, cientistas e instituições de pesquisa dizem receber ameaças de indivíduos ou grupos radicais contrários aos testes.
55. 'O que se descobre em ratos não pode ser aplicado a coelhos, nem a gatos, nem a cães, nem a primatas. Cada espécie é diferente', afirma Carlos Rosolen, diretor-geral do Projeto Esperança Animal (PEA) e mestre em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP). 'Os testes ainda existem porque movimentam muito dinheiro, e não porque trouxeram resultados ou segurança para nós.
56. É impossível abolir o uso de animais, especialmente para o teste de fármacos', afirma Marcelo Morales, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).
57. Morales diz que a presença dos bichos em testes é fundamental para que os riscos às pessoas sejam minimizados. 'Se não testássemos em ratos, não chegaríamos aos cães com segurança. E se não fizéssemos com cães, não chegaríamos aos humanos.
58. 'Os testes realizados pela indústria de cosméticos, limpeza e higiene pessoal são ilegais no Brasil, mas continuam sendo feitos', afirma Rosolen, do PEA.
59. . 'Somos totalmente contra os testes cosméticos em animais', admite Morales, da SBPC.
60. 'Agora podemos usar células e tecidos humanos, modelos de computador e inúmeras técnicas modernas que não eram possíveis quando os testes em animais começaram', disse em entrevista por *e-mail* Justin Goodman, diretor de Investigações Laboratoriais do PETA, uma das mais aguerridas organizações internacionais em defesa dos animais.
61. 'Diversos estudos já comprovaram repetidas vezes que métodos avançados, como modelos de tecidos tridimensionais e células-tronco, representam melhor a biologia humana e são mais precisos em prever como algumas drogas vão reagir no corpo humano" afirma a organização. [PEA].
62. A organização [PEA] também afirma que 98% das escolas de medicina dos EUA - incluindo Harvard e Yale - não usam animais para treinar estudantes, recorrendo a uma combinação de métodos que vão desde programas de computador interativos a simuladores humanos.
63. "Estamos diante de um estado de terrorismo e afronta à soberania nacional", disse ele [biofísico Marcelo Morales] ontem ao Estado. "A ordem pública está sendo colocada em cheque."
64. Uma mensagem postada ontem no Facebook por um usuário identificado como "Black bloc" dizia que Gattass [Ricardo Gattass – Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho] recebera

- aprovação da comissão de bioética da instituição para “abrir cérebros de macacos para implantar eletrodos com a finalidade de estudar as emoções”, e que era preciso “fazer algum movimento em relação a isso”.
65. “Tenho recebido muitas mensagens agressivas de pessoas mal informadas, que alegam ter tido acesso a protocolos da comissão de ética de uso de animais do Centro de Ciências da Saúde, segundo os quais eu estaria estudando emoção em macacos usando métodos invasivos”, disse Gattass [Ricardo Gattass – Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho] ao Estado.
 66. “Nós neurocientistas temos a obrigação de esclarecer a todos que experimentos com primatas não humanos e humanos são necessários para resolver os problemas das demências, da doença de Alzheimer, das esquizofrenias e das doenças bipolares. Nós estamos empenhados em compreender o funcionamento do cérebro na saúde e na doença para podermos aliviar os impactos dessas doenças na sociedade. Aqueles que têm um doente mental na família sabem dos impactos emocionais, econômicos e sociais na sociedade”, argumenta o pesquisador. [Ricardo Gattass – Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho]
 67. “As instituições estão em alerta, e a Polícia Federal está sabendo de tudo”, disse. [Marcelo Morales]
 68. “Aqui [na UFRJ] não vai ser como no Instituto Royal; aqui a PF vai entrar com todas as medidas necessárias”, completou Morales [...]
 69. [Morales] diz já ter recebido ameaças de agressão física por e-mail.
 70. “Está na hora de as instâncias superiores de pronunciarem, de forma articulada”, disse [Marcelo Morales]. “Ou será que mais institutos terão de ser invadidos, ou até algum pesquisador morto – como já ocorreu em outras situações –, para que o poder público tome ciência do que está acontecendo?”
 71. O Instituto Royal anunciou esta semana que encerraria suas atividades em São Roque por conta do “ambiente de insegurança” e das “elevadas e irreparáveis perdas sofridas”.
 72. “Estamos diante de um estado de terrorismo e afronta à soberania nacional”, disse Morales nessa quinta-feira, 7, ao Estado. “É a ordem pública que está sendo colocada em xeque.”
 73. Uma mensagem postada ontem no Facebook por um usuário identificado como “black bloc” dizia que Gattass [Ricardo Gattass – Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho] recebera aprovação da comissão de bioética da instituição para “abrir cérebros de macacos para implantar eletrodos com a finalidade de estudar as emoções”, e que era preciso “fazer algum movimento em relação a isso”.
 74. “Tenho recebido muitas mensagens agressivas de pessoas mal informadas, que alegam ter tido acesso a protocolos da comissão de ética de uso de animais do Centro de Ciências da Saúde, segundo os quais eu estaria estudando emoção em macacos usando métodos

- invasivos”, disse Gattass [Ricardo Gattass – Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho] ao Estado.
75. "Nós, neurocientistas, temos a obrigação de esclarecer a todos que experimentos com primatas são necessários para resolver os problemas das demências, da doença de Alzheimer, das esquizofrenias e das doenças bipolares. Nós estamos empenhados em compreender o funcionamento do cérebro na saúde e na doença para podermos aliviar os impactos dessas doenças na sociedade", argumenta o pesquisador, de 65 anos. "Aqueles que têm um doente mental na família sabem dos impactos emocionais, econômicos e sociais disso." [Ricardo Gattass – Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho]
76. "As instituições estão em alerta, e a Polícia Federal está sabendo de tudo", disse. [Marcelo Morales]
77. "Aqui (na UFRJ) não vai ser como no Royal; aqui a PF vai entrar com todas as medidas necessárias", afirmou ele [Marcelo Morales].
78. [Morales] diz já ter recebido ameaças de agressão física por e-mail.
79. "O ministro Marco Antonio Raupp (da Ciência e Tecnologia) fez um pronunciamento na Câmara, mas ele é só uma voz. Está na hora de as instâncias superiores se pronunciarem", disse [Marcelo Morales]. "Ou será que mais institutos terão de ser invadidos, ou até algum pesquisador ser morto, para que o poder público tome ciência do que está acontecendo?"
80. Na quarta-feira, o Instituto Royal anunciou o fim das atividades em São Roque em razão da falta de segurança.
81. Na quarta-feira, o Instituto Royal anunciou o fim das atividades em São Roque em razão da falta de segurança.
82. CASO DOS BEAGLES: ROYAL ANUNCIA FIM DE PESQUISA NO INTERIOR DE SP
83. [...] o Instituto Royal anunciou nesta quarta-feira, 6, o fim das pesquisas com animais na unidade de São Roque [...].
84. [O Instituto Royal] informa ainda que a partir de agora as pesquisas terão de ser feitas fora do País, até que outro laboratório seja credenciado pelo Conselho Nacional de Controle e Experimentação (CONCEA).
85. O promotor Wilson Velasco, que apura denúncias de maus-tratos no Instituto Royal, afirmou que as atividades da Tecam também serão investigadas.
86. A diretora da Tecam, Cíntia Pestana, afirmou que a empresa não usa cães.
87. O ativista Leandro Ferro criticou o promotor que apura as denúncias de maus-tratos e disse que ele deveria ser substituído.
88. Grupo reclama da suposta demora na investigação de maus-tratos contra beagles pelo Instituto Royal, que anunciou o fim de suas atividades

89. Entidade [Instituto Royal] afirma em nota que não tem condições de seguir com pesquisas após 178 beagles terem sido levados por ativistas
90. "A decisão, por ora, não afetará a unidade Genotox, de Porto Alegre, onde não se faz experimentação animal", informa o instituto em nota.
91. A Polícia Civil de Sorocaba anunciou nesta terça-feira, 29, um acordo com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para destinar os cães da raça beagle para três entidades de proteção aos animais, caso sejam recuperados.
92. BEAGLE RESGATADO NÃO ESTAVA À VENDA, CORRIGE INSTITUTO ROYAL
93. Instituto afirmou em um primeiro momento que cão recuperado no final de semana, em Valinhos, no interior de São Paulo, havia sido anunciado no Mercado Livre
94. O cão da raça beagle resgatado numa casa em Valinhos, interior de São Paulo, no final de semana, não estava à venda no site Mercado Livre, conforme havia informado a assessoria de imprensa do Instituto Royal, de São Roque.
95. Em nota distribuída no domingo, o Instituto afirmara que o animal havia sido apreendido por determinação judicial após ser colocado à venda por R\$ 2,7 mil.
96. "Sem prejuízo, é fato notório que cães subtraídos ilegalmente do Instituto Royal foram oferecidos à venda por meio de sites da internet. O Instituto Royal continuará tentando determinar a origem desses animais para que possam ser resgatados de maneira apropriada", informa a nota [do Instituto].
97. O Instituto informou que esta foi a primeira vez que o resgate de um animal subtraído de suas instalações pode ser realizado.
98. "Ele [o beagle encontrado] é tratado em local secreto para garantir sua segurança e a dos tratadores", informou em nota o Instituto.
99. "Estou nessa causa por amor incondicional aos animais. Nós queremos uma política pública que os proteja, como já existe em outros países. A Anvisa já sabia que o Instituto Royal maltratava os animais desde 2005", afirma a ativista [Nelma Lobo].
100. Nesta semana, em entrevista ao Estado, o instituto negou veementemente as acusações de maus-tratos.
101. "Temos de defender os animais, porque eles são indefesos, precisam do nosso apoio", afirmou Célia.
102. "Com certeza vamos voltar nas próximas marchas", completou Nilza.
103. A organização [da Marcha da Defesa Animal ocorrida em outubro de 2013] afirmou que a Marcha da Defesa Animal não tem relação com partidos políticos e que apoia o grupo de ativistas que retirou os beagles do Instituto Royal.

104. No dia anterior [à suspensão do alvará de funcionamento], ele [o prefeito de São Roque] dissera que as instalações eram adequadas para as pesquisas feitas pelo instituto e que não via razão para suspender o alvará.
105. [...] os parlamentares [Iara Bernardi (PT-SP), Ricardo Tripoli (PSDB-SP), Ricardo Izar (PSD-SP) e Protógenes Queiroz (PC do B-SP)] haviam se reunido com o promotor Wilson Velasco Júnior, que investiga denúncias de maus tratos contra os animais desde 2012, e sugeriram que o Ministério Público Estadual enviasse à Justiça um pedido de fechamento do instituto.
106. "Já temos documentos que provam o que os animais passavam no local. Queremos fechar essa instituição e fiscalizar os R\$ 5 milhões de recursos públicos que foram repassados ao instituto", disse [o deputado Protógenes Queiroz].
107. 'OS ATIVISTAS QUE MALTRATARAM OS ANIMAIS', DIZ ROYAL
108. Coordenadores do instituto afirmam que ação causou vários danos aos bichos; segundo eles, pesquisas de dez anos foram perdidas
109. "Os ativistas disseram que retiraram os animais do Instituto Royal por causa de supostos maus-tratos, mas quem cometeu maus-tratos com os cães foram eles." [declaração de Silvia Ortiz]
110. "Mostraram animais tremendo na TV, mas eles não estão acostumados com isso. Nem sequer estão acostumados a ir para o colo. Eles não são pets. Os ativistas dizem que agora eles estão em casa, em uma cama quente, com comidinha. Eles não estão acostumados a comer comidinha, comem ração! Vai dar diarreia e muitos podem nem estar comendo", diz Silvia.
111. Os dois [Silvia Ortiz e João Henriques] negaram repetidas vezes que houvesse maus-tratos ou que fosse feito no laboratório teste de cosmético nos cães.
112. "Testamos cosméticos, mas só em células, in vitro. Nunca em animais", explica Henriques.
113. "A pessoa [Luisa Mell] fala que a cadela estava com calombos, gorda. Mas ela estava prenha! Não tem cicatriz nenhuma. Mostraram um animal sem olho dizendo que era do Royal e depois desmentiram. Também não tem pata quebrada, a não ser que algum animal tenha sido quebrado na retirada", diz [Silvia Ortiz – gerente geral do Instituto Royal].
114. "A pessoa [Luisa Mell] fala que a cadela estava com calombos, gorda. Mas ela estava prenha! Não tem cicatriz nenhuma. Mostraram um animal sem olho dizendo que era do Royal e depois desmentiram. Também não tem pata quebrada, a não ser que algum animal tenha sido quebrado na retirada", diz [Silvia Ortiz – gerente geral do Instituto Royal].
115. Eles [representantes do Instituto] ainda não estimaram os prejuízos financeiros e científicos, mas dizem que "não deve ser pouca coisa".

116. "Além de perdermos as pesquisas que estavam em andamento para drogas anticâncer, diabete, hipertensão, epilepsia, de antibióticos e anti-inflamatórios, desperdiçamos todo o estudo para a padronização genética dos cães usados. Foram dez anos para que eles chegassem aos níveis de padrão internacional", afirma Henriques.
117. Coordenadores da unidade afirmam que invasão causou danos aos bichos; segundo eles, pesquisas de dez anos foram perdidas
118. "Por exemplo, a quantidade de fezes e de urina que os ativistas relataram lá dentro. Imagine que todos os animais estavam dormindo numa condição de temperatura, iluminação e umidade controladas. De repente, entram 150 pessoas fazendo aquela arruaça que todo mundo viu, aos gritos de 'pega aqui o cachorro, pega lá, aqui mais um sendo salvo'. É claro que eles urinaram e defecaram. Os animais ficaram estressados", disse [Silvia Ortiz-Gerente Geral do Instituto Royal]
119. Silvia e Henriques negaram repetidas vezes que houvesse qualquer tipo de maus-tratos ou que fossem feitos no laboratório testes de cosméticos nos animais.
120. "Nós testamos cosméticos, mas só em células, in vitro. Nunca em animais. E nem é lá, mas na unidade de Porto Alegre", explica Henriques.
121. "A pessoa [Luisa Mell] fala que a cadela estava com calombos, gorda. Mas ela estava prenha! Não tem cicatriz nenhuma. Mostraram um animal sem olho dizendo que era do Royal e depois desmentiram. Também não tem pata quebrada, a não ser que algum animal tenha sido quebrado na retirada", diz [Silvia Ortiz – gerente geral do Instituto Royal].
122. "A pessoa fala que a cadela estava com calombos, gorda. Mas ela estava prenha! Não tem cicatriz nenhuma. Mostraram um animal sem olho dizendo que era do Royal e depois desmentiram. Também não tem pata quebrada, a não ser que algum animal tenha sido quebrado na retirada", diz [Silvia Ortiz – gerente geral do Instituto Royal].
123. Eles [representantes do laboratório] disseram que ainda não conseguem estimar os prejuízos financeiros e científicos, mas que "não deve ser pouca coisa".
124. "Além de perdermos as pesquisas que estavam em andamento para drogas anticâncer, diabete, hipertensão, epilepsia, de antibióticos e anti-inflamatórios, desperdiçamos todo o estudo para a padronização genética dos cães usados. Foram dez anos para que eles chegassem aos níveis de padrão internacional", afirma [Henriques].
125. [Eu] Disse que eles tinham todo o direito de professarem o que pensam e que nós também temos todo o direito de nos salvuardarmos. [Trecho de resposta de Silvia Ortiz – gerente geral do Instituto Royal – à entrevista concedida ao Estado de São Paulo. Pergunta: Como foi o processo de conversa com os ativistas antes da invasão?]
126. [Eu] Disse que usamos a ciência como nossa bandeira. [Trecho de resposta de Silvia Ortiz – gerente geral do Instituto Royal – à entrevista concedida ao Estado de São Paulo. Pergunta: Como foi o processo de conversa com os ativistas antes da invasão?]

127. Aí, para você ver aonde vai a imaginação da pessoa, disseram que ouviram gritos [Trechos de resposta de Silvia Ortiz – gerente geral do Instituto Royal – à entrevista concedida ao Estado de São Paulo. Pergunta: O que aconteceu para eles decidirem invadir?]
128. [...] Naquele dia, ao final do expediente, quando eles iam sair, os ativistas disseram que queriam abrir a van para ver se os cachorros não estavam lá dentro. [Trechos de resposta de Silvia Ortiz – gerente geral do Instituto Royal – à entrevista concedida ao Estado de São Paulo. Pergunta: O que aconteceu para eles decidirem invadir?]
129. Um grupo de cães estava em experimentação. Os ativistas disseram que nós arrancamos a pele de um deles, mas só os pelos tinham sido tosados porque estávamos testando um medicamento fitoterápico com atividade antibiótica. [Trecho de resposta de João Antônio Pegas Henriques – diretor científico do Instituto Royal – à entrevista concedida ao Estado de São Paulo. Pergunta: Quais foram os prejuízos para a pesquisa?]
130. Os ativistas têm dito que outros países proíbem uso de animais em pesquisa, mas só há proibição na Europa, por exemplo, para cosméticos e nos testes de fármacos para os grandes macacos, como chimpanzés. [Declaração do entrevistador do jornal pedindo comentário dos representantes do laboratório].
131. Eu pergunto: me mostre um produto farmacêutico que foi registrado só com métodos alternativos. Não existe. [Trecho de resposta de João Antônio Pegas Henriques – diretor científico do Instituto Royal – à entrevista concedida ao Estado de São Paulo. Pergunta/declaração: Os ativistas têm dito que outros países proíbem uso de animais em pesquisa, mas só há proibição na Europa, por exemplo, para cosméticos e nos testes de fármacos para os grandes macacos, como chimpanzés].
132. Eles [ativistas] disseram que retiraram por causa de maus-tratos, mas quem cometeu maus-tratos foram eles. [Trecho de resposta de Silvia Ortiz – gerente geral do Instituto Royal – à entrevista concedida ao Estado de São Paulo. Pergunta: O que vocês acham que deveria acontecer com os ativistas?]
133. Os ativistas podem dizer que isso [colocação de placa colando os dentes de um beagle] é uma consequência das pesquisas [Declaração do entrevistador do jornal pedindo comentário dos representantes do laboratório].
134. Sim, eles [ativistas] já dizem. [que a placa da mandíbula colocada no cachorro Ricardinho é consequência de pesquisa] Ele é um animal doente do qual cuidávamos, porque temos carinho por ele. [Trecho de resposta de Silvia Ortiz – gerente geral do Instituto Royal – à entrevista concedida ao Estado de São Paulo. Pergunta/declaração: Os ativistas podem dizer que isso [situação do Ricardinho] é uma consequência das pesquisas]
135. [Ativistas] Estão dizendo que vão tirar a placa. [Trecho de resposta de Silvia Ortiz – gerente geral do Instituto Royal – à entrevista concedida ao Estado de São Paulo. Pergunta:

Os ativistas podem dizer que isso [situação do Ricardinho] é uma consequência da pesquisa?]

136. O delegado seccional de Sorocaba, Marcelo Carriel, informou que a delegacia de Sorocaba está mais estruturada para dar conta das investigações, que envolvem mais de cem pessoas.
137. Eles [Black blocs] são organizados, têm uma finalidade e, ao que parece, uma hierarquia. "Seu objetivo é praticar danos, semear a insegurança e desvirtuar o objetivo principal das manifestações", disse o delegado seccional.
138. "Esses animais estão em ambiente climatizado e bem tratados. Não há cães, nem compartimentos secretos, e como a parte física do prédio está preservada, não vemos motivo para tirar o alvará de funcionamento", disse [o prefeito de São Roque].
139. Ele [ativista Fábio Chaves] disse que os grupos irão se reunir para decidir os próximos passos. "A luta não vai parar."
140. O ministro de Ciência e Tecnologia, Marco Antônio Raupp, disse nessa quarta-feira, 23, que ativistas que levaram 178 cães da raça beagle do Instituto Royal agiram "fora da lei".
141. "Ninguém deve se precipitar dessa forma, tem de respeitar a lei em primeiro lugar", declarou o ministro [...]
142. Raupp afirmou que o Conselho Nacional de Experimentação Animal (CONCEA) não registrou irregularidades na atuação do Instituto Royal e que o Ministério Público está apenas "acompanhando se os licenciados estão dentro da lei".
143. "Se especialistas da área acham que não é possível fazer uma pesquisa, desenvolver um novo medicamento contra o câncer, para cosméticos, para o que for, se for necessário, sou favorável que se use os animais. Não tenho nenhuma posição ideológica ou fundamentalista sobre o assunto. A minha posição é objetiva em função dos interesses das pesquisas no País", declarou Raupp.
144. E [Marco Antonio Raupp] disse que todas as discussões sobre o assunto foram feitas na época da tramitação da lei,
145. [...] [Marco Antonio Raupp] ressaltou que está aberto ao diálogo.
146. "É preciso que o obscurantismo seja erradicado do nosso meio para que a sociedade possa usufruir dos recentes avanços científicos e dos que ainda serão produzidos", diz manifesto da Federação de Sociedades de Biologia Experimental.
147. "Nós persistiremos pela fé que temos na relevância das pesquisas que fazemos", afirmou [Sílvia Ortiz].
148. Ela [Sílvia Ortiz] nega o uso de cães para testes de cosméticos e produtos de limpeza, classificando as acusações dos ativistas como mentirosas.

149. No vídeo, Sílvia rebate as denúncias de maus-tratos, alegando que os cães contavam com a assistência de nove veterinários, tinham alimentação saudável e atividade recreativa.
150. A raça é usada, diz ela [Sílvia Ortiz], por causa do padrão genético e pela similaridade com a biologia humana.
151. Em troca da instalação da CPI, o deputado do PSD de São Paulo [Ricardo Izar] disse que abriu mão da relatoria da comissão externa, que agora ficou a cargo do deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP).
152. "Esperamos que eles [Ministério da Ciência e Tecnologia] nos ajude a acabar com um negócio que é do passado. Ninguém usa mais animais para cosméticos", afirmou Izar.
153. O deputado [Ricardo Izar] destacou que os fabricantes brasileiros de cosméticos são prejudicados no exterior, principalmente na União Europeia (UE), porque usam animais como cobaias. [...]
154. "Nós nos propusemos em ajudar o ministro derrubando essa lei no Congresso e ele se comprometeu que, se nós fizermos a nossa parte, ele ajuda a acabar com os testes em animais para cosméticos", revelou [Ricardo Izar].
155. Aos deputados, Raupp repetiu o discurso de que os ativistas que levaram os cães da entidade em São Paulo agiram "fora da lei".
156. Já os parlamentares comunicaram a ele [ao ministro] que o instituto não desenvolvia apenas produtos farmacêuticos, como afirmado ao ministério, mas fazia também pesquisas para artigos cosméticos.
157. O deputado [Ricardo Izar] destacou que os fabricantes brasileiros de cosméticos são prejudicados no exterior, principalmente na União Europeia (UE), porque usam animais como cobaias. [...]
158. "Nós nos propusemos em ajudar o ministro derrubando essa lei no Congresso e ele se comprometeu que, se nós fizermos a nossa parte, ele ajuda a acabar com os testes em animais para cosméticos", revelou [Ricardo Izar].
159. Aos deputados, Raupp repetiu o discurso de que os ativistas que levaram os cães da entidade em São Paulo agiram "fora da lei".
160. Já os parlamentares comunicaram a ele [o ministro] que o instituto não desenvolvia apenas produtos farmacêuticos, como afirmado ao ministério, mas fazia também pesquisas para artigos cosméticos.
161. Instituto Royal diz em vídeo que vai retomar testes
162. "Nós persistiremos pela fé que temos na relevância das pesquisas que fazemos", afirmou [Sílvia Ortiz].

163. Ela [Silvia Ortiz] nega o uso de cães para testes de cosméticos e produtos de limpeza, classificando as acusações dos ativistas como mentirosas.
164. No vídeo, Sílvia também rebate as denúncias de maus tratos, alegando que os beagles contavam com a assistência de nove veterinários, tinham alimentação saudável a atividades recreativas.
165. Ela [Silvia Ortiz] diz que ação dos manifestantes coloca em risco o desenvolvimento na área de saúde no País e pode levar a pesquisa para outros países, prejudicando a comunidade científica nacional.
166. ATIVISTAS QUE RESGATARAM BEAGLES AGIRAM FORA DA LEI, DIZ MINISTRO
167. Marco Antônio Raupp, de Ciência e Tecnologia, disse ser favorável a testes em animais 'enquanto forem necessários'
168. O ministro de Ciência e Tecnologia, Marco Antônio Raupp, disse nesta quarta-feira, 23, que ativistas que levaram 178 cães da raça beagle do Instituto Royal, no interior de São Paulo, agiram "fora da lei".
169. "Ninguém deve se precipitar dessa forma, tem de respeitar a lei em primeiro lugar", declarou o ministro, após participar de uma audiência pública na Câmara dos Deputados.
170. Segundo o ministro, o Conselho Nacional de Experimentação Animal (CONCEA) não registrou irregularidades na atuação do Instituto Royal e que o Ministério Público está apenas "acompanhando se os licenciados estão dentro da lei". "Iniciativas marginais à lei é que não podem ser toleradas", emendou.
171. Raupp disse ser favorável a testes em animais "enquanto forem necessários" [...]
172. "Se os especialistas da área acham que não é possível fazer uma determinada pesquisa, desenvolver um novo medicamento contra o câncer, para cosméticos, para o que for, se for necessário sou favorável que se utilize os animais. Não tenho nenhuma posição ideológica ou fundamentalista sobre esse assunto. A minha posição é objetiva em função dos interesses das pesquisas no País", enfatizou [o ministro].
173. O ministro afirmou que não há nenhuma evidência de que animais são supérfluos nas pesquisas científicas.
174. Em sua opinião [ministro da Ciência e Tecnologia], não há necessidade de se reabrir as discussões sobre o uso de animais em pesquisas, mas ressaltou que está aberto ao diálogo caso o Congresso decida retomar o assunto.
175. "Antes de considerar qualquer coisa e começar a invadir o que é legal, é o que não é admissível", disse [o ministro].
176. O ministro evitou o assunto [da criação da comissão externa para acompanhar as investigações de maus-tratos] e limitou-se a dizer que o Parlamento tem o direito de tomar qualquer iniciativa.

177. O ministro defendeu que, em caso de nova discussão, não prevaleça o "achismo".
178. "Acho que tem que ter discussão e não embate. Tem de ter discussão racional", acrescentou [o ministro].
179. "Na medida em que se apresenta esses métodos (alternativos) e se justifique, é claro que pode-se considerar", afirmou [o ministro].
180. O ministro de Ciência e Tecnologia, Marco Antônio Raupp, disse nesta quarta-feira, 23, que ativistas que levaram 178 cães da raça beagle do Instituto Royal, no interior de São Paulo, agiram "fora da lei".
181. "Ninguém deve se precipitar dessa forma, tem de respeitar a lei em primeiro lugar", declarou o ministro, após participar de uma audiência pública na Câmara dos Deputados.
182. "Iniciativas marginais à lei é que não podem ser toleradas", emendou [o ministro].
183. Raupp disse ser favorável a testes em animais "enquanto forem necessários" [...]
184. "A minha posição é objetiva em função dos interesses das pesquisas no País", ênfaticamente [o ministro].
185. O ministro afirmou que não há nenhuma evidência de que animais são supérfluos nas pesquisas científicas.
186. Em sua opinião, [ministro da Ciência e Tecnologia] não há necessidade de se reabrir as discussões sobre o uso de animais em pesquisas, mas ressaltou que está aberto ao diálogo caso o Congresso decida retomar o assunto.
187. "Antes de considerar qualquer coisa e começar a invadir o que é legal, é o que não é admissível", disse [o ministro].
188. O ministro evitou o assunto [da criação da comissão externa para acompanhar as investigações de maus-tratos] e limitou-se a dizer que o Parlamento tem o direito de tomar qualquer iniciativa.
189. O ministro defendeu que, em caso de nova discussão, não prevaleça o "achismo".
190. "Acho que tem que ter discussão e não embate. Tem de ter discussão racional", acrescentou [o ministro]
191. "Na medida em que se apresenta esses métodos (alternativos) e se justifique, é claro que pode-se considerar", afirmou [o ministro].
192. A direção [do Instituto Royal] nega os maus-tratos [...]
193. [A direção do Instituto Royal] afirma que o instituto funcionava de acordo com a legislação.
194. Em sua justificativa [para o projeto que proíbe uso de animais para testes cosméticos em São Paulo] protocolada nesta tarde, o deputado [Ricardo Izar] diz que os animais

- carecem de proteção do Estado e que a sociedade demanda urgência na adoção de medidas para coibir o uso de animais em testes laboratoriais.
195. Ele [Ricardo Izar] ressalta que União Europeia, Israel e Índia já proíbem o uso de cobaias animais no desenvolvimento de produtos cosméticos.
196. Protógenes revelou que durante anos de trabalho como delegado da Polícia Federal (PF) nunca se deparou com um local sob investigação tão degradante.
197. "O que eu vi lá foi um ambiente de tortura, parecia um campo de concentração nazista", comparou [Protógenes].
198. Ele [Protógenes] afirma que, pelas condições encontradas no laboratório, pode-se confirmar a denúncia de maus-tratos contra animais.
199. "Encontrei um ambiente deprimente, fétido, muito distante da realidade de pesquisa científica", afirmou [Protógenes].
200. O coordenador [deputado Protógenes Queiroz] dos trabalhos [comissão externa para acompanhar investigações] já adiantou que defende uma nova legislação proibindo o uso de animais em experimentos científicos, à exemplo do que já existe em diversos países.
201. "Se são métodos ultrapassados, por que estamos utilizando-os?", ponderou [Protógenes].
202. O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), anunciou nesta terça-feira, 22, que deve autorizar a criação de uma comissão externa formada por deputados para acompanhar as investigações sobre as denúncias de maus-tratos contra os animais [...]
203. Os manifestantes alegam que os cães de raça sofriam crueldade.
204. Nesta terça-feira, o Royal anunciou que doará os bichos que forem recuperados.
205. É muita cara de pau do coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA) declarar em um programa de televisão que este malfadado instituto de pesquisas tem todas as credenciais junto àquele órgão. [...] [Fórum dos leitores – Ursula Metz]
206. Esse senhor [coordenador do CONCEA] declarou, ainda, que os cães resgatados não são animais de companhia, pois estavam "acostumados" a ser "cuidados" por 3 ou 4 pessoas. Este senhor deve ter preparado a fala dele muito em cima da hora para falar uma besteira dessas. [Fórum dos leitores – Ursula Metz]
207. Informe à Sra. Isabelle Pilot que "produto de furto" não significa que o "furtado" é um "produto" (coisa), mas produto, neste caso, é o mesmo que resultado. Então o delegado disse que o animal é resultado de furto! [Fórum dos leitores – Nicanor Filho]

208. Em nota, o Instituto Royal esclareceu que os animais só vão para doação depois de serem recebidos pelo instituto, ou seja, após a liberação pela Polícia Civil e Ministério Público Estadual.
209. O delegado de São Roque, Marcelo Pontes, afirmou que, se forem recuperados, os cães furtados não serão levados diretamente para o instituto, mas colocados sob a guarda de entidades de proteção aos animais.
210. Em nota, o Royal esclareceu que os animais só irão para doação depois de serem recebidos pela instituição – após a liberação pela Polícia Civil e Ministério Público Estadual (MPE).
211. O delegado de São Roque, no interior de São Paulo, Marcelo Pontes, afirmou que, caso sejam recuperados, os cães furtados não serão levados para o instituto, mas postos sob a guarda de entidades de proteção aos animais.
212. O delegado que dirige a investigação disse que a apuração averiguará as denúncias de crime contra os cachorros e também os de furto qualificado e de danos que aconteceram no local. "Houve concurso de agentes e a ação ocorreu no período noturno, o que agrava os crimes".
213. O delegado seccional de Sorocaba, Marcelo Carriel, disse nesta segunda-feira que a denúncia de maus-tratos feita pelos ativistas ficou prejudicada.
214. O delegado seccional disse que há mais de um ano o Ministério Público (MP) investiga as acusações e não constatou maus-tratos.
215. Em nota, o instituto anunciou que buscará todos os caminhos institucionais para fazer valer os direitos perante a violência da madrugada de sexta-feira.
216. O instituto negou os maus-tratos e disse que todas as atividades são desenvolvidas sob a supervisão de órgãos de fiscalização nacionais e à luz de protocolos internacionais.
217. O Instituto Royal adverte que biografia dos Beagles libertos precisa da autorização. Dele. [Blog de Marcelo Rubens Paiva – Comentário crítico sobre a polêmica da necessidade de autorização de publicação de biografias que era assunto na época da invasão do Instituto Royal]
218. ADOTAR CÃES LEVADOS DE INSTITUTO É CRIME, DIZDELEGADO
219. Quem adotar qualquer dos cães da raça beagle levados por ativistas, na madrugada desta sexta-feira, 18, do Instituto Royal, em São Roque, pode incorrer em crime de receptação, alertou o delegado seccional de Sorocaba, Marcelo Carriel.
220. "Não precisa ser venda para caracterizar o crime. Em se tratando de bem furtado, receber em doação também caracteriza o crime de receptação", explicou [o delegado de Sorocaba].

221. O promotor público Wilson Velasco Júnior disse que a invasão e retirada dos animais atrapalharam as investigações.
222. [A direção do Instituto Royal] informou que suas atividades são acompanhadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Revista Veja:

1. O instituto acusou-os [os ativistas] de furto qualificado e dano ao patrimônio e afirmou que processará os envolvidos.
2. A advogada do parlamentar [Ricardo Trípoli], Viviane Cabral, relatou que policiais encontraram as cadelas abandonadas pelas ruas de São Roque e as encaminharam para a delegacia.
3. "A prática de colocar o 'animal em depósito' até sair uma decisão judicial é comum nas delegacias. Não é uma receptação, pois se trata de um ser vivo, que exige cuidados especiais", disse Viviane. [Advogada do deputado Ricardo Trípoli]
4. Em nota, a diretora do Instituto Royal, Silvia Ortiz, afirmou que "os animais são identificados e devem retornar para o instituto".
5. O laboratório também afirmou, em nota, que "oferece aos animais as melhores condições de vida, com saúde, conforto, segurança e recreação, seguindo as melhores práticas de bem estar animal".
6. Ministro da Ciência diz que atitudes "marginais à lei" não podem ser toleradas
7. A entidade [Federação de Sociedades de Biologia Experimental- FeSBE] cobrou punição aos ativistas que levaram os animais e afirmou que o Royal faz pesquisas relevantes sobre medicamentos e produtos e segue as normas estabelecidas no país.
8. "Na segunda década do século XXI, não é mais possível que atitudes como essa, só explicáveis pelo obscurantismo que ainda domina grupos minoritários de nossa sociedade, sejam toleradas, em qualquer nível", diz o manifesto da FeSBE, distribuído nesta terça-feira pela diretoria aos cientistas.
9. Assim como a federação, o ministro de Ciência e Tecnologia, Marco Antônio Raupp, defendeu as pesquisas do laboratório e afirmou que os ativistas agiram "fora da lei".
10. "Ninguém deve se precipitar dessa forma. Tem de respeitar a lei em primeiro lugar", disse nesta quarta-feira. "Iniciativas marginais à lei é que não podem ser toleradas."
11. O ministro disse que o Conselho Nacional de Controle da Experimentação Animal (CONCEA) não registrou irregularidades na atuação do Royal.

12. A federação também acrescentou que o instituto alvo da ação de ativistas segue padrões internacionais e realiza pesquisas "de elevada relevância no desenvolvimento de medicamentos e outros produtos".
13. Raupp disse ser favorável a testes em animais "enquanto forem necessários".
14. "Se os especialistas da área acham que não é possível fazer de outro modo uma determinada pesquisa, desenvolver um novo medicamento contra o câncer, para cosméticos, para o que for, se for necessário sou favorável ao uso de animais", disse [Raupp].
15. "Não tenho nenhuma posição ideológica ou fundamentalista sobre esse assunto. A minha posição é objetiva em função dos interesses das pesquisas no País", disse o ministro.
16. Laboratório afirmou que não há condições de retomar as atividades devido às "elevadas e irreparáveis perdas" com o roubo de 178 cães beagle
17. O Instituto Royal informou nesta quarta-feira que encerrou suas atividades na cidade de São Roque, no interior de São Paulo.
18. No comunicado, o instituto diz que era o único a realizar testes pré-clínicos para desenvolver medicamentos para o tratamento de doenças como câncer, diabetes, hipertensão e epilepsia.
19. "A partir de agora, qualquer empresa interessada na realização de testes para registro de medicamento será obrigada a realizar suas pesquisas fora do país, até que outro laboratório seja credenciado pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal para essa atividade", afirma a nota [do Instituto Royal].
20. O instituto diz ainda que tomará providências para assegurar que seja dado tratamento e destinação adequados aos animais capturados.
21. . "Ele [o cão encontrado que poderia ser do Instituto] é tratado em local secreto para garantir sua segurança e a dos tratadores", informou em nota o Instituto.
22. Outros [ativistas] ainda dizem que o Royal não faz remédio coisa nenhuma. [Blog: Reinaldo Azevedo]
23. Um deles [ativista]afirma se testa lá é "batom para a vaca da sua mulher". [Blog: Reinaldo Azevedo]
24. Se os que se opõem radicalmente ao uso de animais em laboratório alegam que já existem formas alternativas de testar remédios e vacinas — infelizmente, dada a segurança necessária para uso humano, isso é mentira. [Blog: Reinaldo Azevedo]
25. Grupo afirma que Instituto Royal, em São Roque, pratica maus-tratos em cães.
26. Os ativistas alegam que a empresa pratica irregularidades e atos criminosos contra os animais.
27. O Instituto Royal defende suas pesquisas em seu site e diz que respeita todas as normas nacionais e internacionais no trato com os cães em laboratório.

28. Os defensores dos animais afirmam que a empresa não possui licenças e alvarás para as atividades que realiza.
29. Laboratório em São Roque (SP) diz que invasores mascarados renderam os vigias e destruíram as instalações na madrugada desta quarta-feira. [Sobre a segunda invasão do dia 13/11/2013]
30. Na semana passada, o instituto anunciou o fim das atividades em São Roque por "falta de segurança" e disse que era o único a realizar testes pré-clínicos para desenvolver medicamentos para o tratamento de doenças como câncer, diabetes, hipertensão e epilepsia.
31. "Cientistas preferem trabalhar com raças cuja resposta já é conhecida", afirma Francisco Javier Hernandez Blazquez, vice-diretor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP.
32. Segundo a bióloga Silvia Ortiz, beagles capturados por ativistas não são pets e não estão acostumados a viver como tal; ela nega maus tratos contra animais
33. A gerente-geral do Instituto Royal, a bióloga Silvia Ortiz, afirmou nesta quinta-feira que os ativistas que furtaram 178 cães da raça beagle na invasão da sede do instituto em São Roque (SP), na sexta-feira da semana passada, maltrataram os animais.
34. "Os ativistas disseram que retiraram os animais do Instituto Royal por causa de supostos maus-tratos, mas quem cometeu maus-tratos com os cães foram eles", disse [Silvia Ortiz].
35. "Os ativistas disseram que retiraram os animais do Instituto Royal por causa de supostos maus-tratos, mas quem cometeu maus-tratos com os cães foram eles", disse [Silvia Ortiz].
36. "A quantidade de fezes e de urina que os ativistas relataram lá dentro... [...] [Afirmação de Silvia Ortiz].
37. "A quantidade de fezes e de urina que os ativistas relataram lá dentro... Você imagina que todos os animais estavam dormindo em uma condição de temperatura, iluminação e umidade controladas. De repente entram 150 pessoas fazendo aquela arruaça, aos gritos. É claro que eles urinaram e defecaram. Os animais ficaram estressados", afirmou [Silvia Ortiz].
38. "Mostraram animais tremendo na TV, mas eles não estão acostumados com isso. Nem sequer estão acostumados a ir para o colo. O que as pessoas não entendem é que eles não são pets. Os ativistas dizem que agora eles estão em casa, em uma caminha quente, com uma comidinha. Eles não estão acostumados a comer comidinha. Eles comem ração. Vai dar diarreia nesses animais. Muitos podem não estar nem conseguindo comer", alertou [Silvia Ortiz].
39. "Mostraram animais tremendo na TV, mas eles não estão acostumados com isso. Nem sequer estão acostumados a ir para o colo. O que as pessoas não entendem é que eles não são pets. Os ativistas dizem que agora eles estão em casa, em uma caminha quente, com uma comidinha. Eles não estão acostumados a comer comidinha. Eles comem ração. Vai dar

- diarreia nesses animais. Muitos podem não estar nem conseguindo comer", alertou. [Silvia Ortiz]
40. Silvia e o diretor científico do Royal, João Antônio Pegas Henriques, negaram repetidas vezes que houvesse qualquer tipo de maus-tratos aos animais ou que fosse feito no laboratório teste de cosmético nos cães.
 41. "Nós testamos cosméticos, mas só em células, *in vitro*. Nunca em animais. E nem é lá, mas na unidade de Porto Alegre", explica Henriques.
 42. "A pessoa [Luisa Mell] fala que a cadela estava com calombos, gorda. Mas ela estava prenha". [Declaração de Silvia Ortiz].
 43. "A pessoa fala que a cadela estava com calombos, gorda. Mas ela estava prenha. Ela não sabe apalpar e sentir que é um feto. Não tem cicatriz nenhuma. Mostraram um animal sem olho dizendo que era do Royal e depois desmentiram. Também não tem pata quebrada, a não ser que algum animal tenha sido quebrado na retirada", diz.
 44. Os representantes do Royal ainda não estimaram os prejuízos financeiros e científicos, mas dizem que "não deve ser pouca coisa".
 45. "Além de perdermos as pesquisas que estavam em andamento para drogas anticâncer, diabetes, hipertensão, epilepsia, de antibióticos e anti-inflamatórios, ainda desperdiçamos toda a pesquisa para a padronização genética dos cães usados. Foram dez anos para que eles chegassem aos níveis de padrão internacional para testes de fármacos", afirma Henriques.
 46. INSTITUTO ROYAL ALEGA NUNCA TER MALTRATADO ANIMAIS
 47. Laboratório afirma que oferece as "melhores condições de vida, com saúde, conforto e segurança" para seus cães
 48. Em nota oficial divulgada nesta segunda-feira, o Instituto Royal nega a prática de maus-tratos [...]
 49. [...] [Instituto Royal] alega oferecer as "melhores condições de vida, com saúde, conforto, segurança e recreação" para seus animais.
 50. Os ativistas alegam que tentaram dialogar com os diretores do instituto por um ano, após receberem denúncias de que os animais eram submetidos vivos a dissecação, entre outras crueldades registradas em boletim de ocorrência.
 51. [...] [A direção do Instituto] informou que suas atividades são acompanhadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
 52. A agência [Anvisa] informou por meio de nota que "as regras para o uso de animais em pesquisa não são definidas pela Anvisa e não são objeto de fiscalização".

53. "Uma das linhas de investigação era a análise da condição física dos animais, mas como eles não estão mais lá [no Instituto Royal], a eventual perícia foi prejudicada", afirmou Velasco [promotor do Ministério Público].
54. "Cientistas preferem trabalhar com raças cuja resposta já é conhecida", afirma Francisco Javier Hernandez Blazquez, vice-diretor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP.
55. "Quem disse que um cavalo foi feito para ser montado?", perguntou [o ativista Leandro Ferro] [Blog: Augusto Nunes – Texto de Roberto de Pompeu de Toledo].
56. INSTITUTO ROYAL DIZ QUE VAI RETOMAR TESTES COM ANIMAIS
57. Gerente do laboratório afirmou que a empresa não realiza experimentos para a indústria de cosméticos e pede a ajuda para retomar as atividades
58. O Instituto Royal anunciou nesta quarta-feira que retomará os experimentos científicos com animais, interrompidos desde a última sexta-feira, quando sua sede foi invadida por ativistas.
59. Em resposta às acusações feitas pelos ativistas de que o instituto fazia testes para a indústria de cosméticos e produtos de limpeza, Silvia afirmou que os cães da raça beagle, ratos e coelhos eram utilizados em experimentos de segurança para "medicamentos fitoterápicos, para cura e tratamento de doenças como câncer, diabetes, hipertensão, epilepsia, entre outras, bem como o desenvolvimento de medicamentos antibióticos e analgésicos (...)".
60. Ela [Silvia Ortiz] também disse que a ação dos ativistas "coloca em xeque o próprio desenvolvimento na área da saúde do país", uma vez que, se os testes com animais forem proibidos no Brasil, eles teriam que ser feitos em outros países.
61. Silvia também rebate as denúncias de maus-tratos, dizendo que dois beagles foram abandonados pelos ativistas nas ruas de São Roque - eles foram apreendidos pela polícia e estão sob a tutela do deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP).
62. [Silvia Ortiz] Também informou que todos os beagles eram disponibilizados para doação após participarem das pesquisas, sem apresentar riscos à sociedade.
63. No final do vídeo, ela [Silvia Ortiz] ataca os manifestantes dizendo que é "triste constatar que um pequeno grupo possa colocar tudo a perder em nome de uma visão deturpada e a partir de uma falta de sensibilidade atroz".
64. Eles [ativistas] alegam que a instituição maltratava os animais.
65. "Cientistas preferem trabalhar com raças cuja resposta já é conhecida", afirma Francisco Javier Hernandez Blazquez, vice-diretor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP.
66. "A legislação do mundo inteiro, inclusive do Brasil, impõe que os cientistas forneçam as melhores condições possíveis aos bichos", diz Gilson Volpato, especialista em bem-estar

- animal e professor do Departamento de Fisiologia do Instituto de Biociências da Unesp de Botucatu.
67. Para o pesquisador usar um animal em um experimento ou em uma aula prática, explica Volpato, é preciso que a cobaia permaneça em um laboratório limpo e agradável.
 68. Se o procedimento for machucar o bicho, é recomendável não fazê-lo. "Ninguém hoje quer causar sofrimento às cobaias, nem barrar avanço da ciência", diz Volpato.
 69. À Folha desta segunda, o cientista [Marcelo Morales, coordenador do Conceja] informou que a invasão do Royal provocou anos de atraso no desenvolvimento de uma droga contra o câncer.[Blog: Reinaldo Azevedo].
 70. "Nos debruçamos sobre o tema, estudamos profundamente, inclusive a legislação internacional, ouvimos a entidade defensora dos animais, a indústria cientista, pesquisadores, veterinários, médicos, biólogos, enfim, ouvimos todo o setor e decidimos pela promulgação da lei", disse o governador. [Geraldo Alckmin sobre a sanção da lei que veta uso de animais para testes cosméticos].
 71. "O fator decisivo é você proteger os animais, como deve proteger o meio ambiente, os mais indefesos. Aliás, é um princípio funcional não ter crueldade contra os animais" afirmou Alckmin.
 72. Eles [pessoas que invadiram o Instituto Royal pela segunda vez] também picharam as paredes do prédio com as iniciais ALF, em provável referência ao grupo de libertação de animais Animal Liberation Front (ou Frente de Libertação Animal, em português), "famoso por recorrer a práticas violentas", diz o Royal.
 73. Na semana passada, o instituto anunciou o fim das atividades em São Roque por "falta de segurança" [...]
 74. [O Instituto Royal] disse que era o único a realizar testes pré-clínicos para desenvolver medicamentos para o tratamento de doenças como câncer, diabetes, hipertensão e epilepsia.
 75. "Esses animais estão em ambiente climatizado e bem tratados. Não há cães nem compartimentos secretos, e como a parte física do prédio está preservada, não temos motivo para tirar o alvará de funcionamento", disse [o prefeito de São Roque].
 76. — Eis aí: anos de pesquisa de um remédio contra o câncer foram jogados no lixo por um bando de idiotas criminosos e truculentos, confirma cientista; [Blog: Reinaldo Azevedo].
 77. Marcelo Morales, especialista em experimentação animal, explica que testes com cães são intermediários entre estudos com camundongos e humanos
 78. "Experimentos com cães são uma ponte entre as primeiras pesquisas, geralmente feitas com roedores, e estudos com humanos", explica o médico Marcelo Morales, coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA). "Nenhum país do mundo proíbe pesquisas com animais."

79. "Esses animais não são de companhia. Eles foram criados dentro de biotérios, ou seja, locais onde são conservados para serem posteriormente utilizados em experimentos científicos", afirma [Marcelo Morales].
80. "Anos de estudo e milhões de reais investidos foram jogados fora, infelizmente", diz Morales.
81. "Cientistas preferem trabalhar com raças cuja resposta já é conhecida", afirma Francisco Javier Hernandez Blazquez, vice-diretor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP.
82. "A legislação do mundo inteiro, inclusive do Brasil, impõe que os cientistas forneçam as melhores condições possíveis aos bichos", diz Gilson Volpato, especialista em bem-estar animal e professor do Departamento de Fisiologia do Instituto de Biociências da Unesp de Botucatu.
83. . "Ninguém hoje quer causar sofrimento às cobaias, nem barrar avanço da ciência", diz Volpato.
84. "Acredito que os medicamentos estão em primeiro plano, mas nós precisamos ter segurança em ambos os casos. Uma tinta de cabelo pode causar uma reação alérgica e leva à morte, assim como um medicamento", afirma o médico [Marcelo Morales].
85. A advogada do parlamentar [Ricardo Trípoli], Viviane Cabral, relatou que policiais encontraram as cadelas abandonadas pelas ruas de São Roque e as encaminharam para a delegacia [Blog: Reinaldo Azevedo].
86. "A prática de colocar o 'animal em depósito' até sair uma decisão judicial é comum nas delegacias. Não é uma receptação, pois se trata de um ser vivo, que exige cuidados especiais", disse Viviane [Blog: Reinaldo Azevedo].
87. Em nota, a diretora do Instituto Royal, Silvia Ortiz, afirmou que "os animais são identificados e devem retornar para o instituto". [Blog: Reinaldo Azevedo].
88. O laboratório também afirmou, em nota, que "oferece aos animais as melhores condições de vida, com saúde, conforto, segurança e recreação, seguindo as melhores práticas de bem estar animal".
89. Elas não apresentavam sinais de maus tratos. "Elas não eram animais de família", comentou a advogada [de Ricardo Trípoli] sobre o comportamento recluso das cadelas.
90. "Não estão acostumadas a brincar e a se relacionar com humanos", completou [a advogada de Ricardo Trípoli]
91. "NUNCA TINHA OUVIDO UM GRITO DE DOR IGUAL", DIZ LUISA MELL
92. A apresentadora fala ao site de Veja sobre sua participação na ação de ativistas que retirou animais de um laboratório no interior de São Paulo

93. A apresentadora e defensora dos animais Luisa Mell falou ao *site* de VEJA sobre sua participação na invasão ao Instituto Royal, em São Roque, no interior de São Paulo, para retirar animais usados em testes.
94. Ela [Luisa Mell] diz que na noite de quinta-feira foi convidada por ativistas dos direitos animais a participar de uma "reunião" com representantes do instituto para discutir supostas irregularidades, como descarte clandestino de lixo hospitalar e maus-tratos praticados contra cães da raça beagle, gatos e roedores.
95. Segundo ela [Luisa Mell], a polícia não reprimiu a ação. "Foram coniventes com o ato", diz a apresentadora.
96. A maioria dos ativistas diz que mais de 250 cães da raça beagle, cinquenta coelhos e alguns gatos foram recolhidos.
97. [A direção do Instituto Royal] informou que suas atividades são acompanhadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
98. A Agência [Anvisa] informou por meio de nota que "as regras para o uso de animais em pesquisa não são definidas pela Anvisa e não são objeto de fiscalização".
99. A Anvisa informou ainda que firmou uma cooperação com o Centro Brasileiro de Validação de Métodos Alternativos (Bracvam) para que sejam validados métodos que dispensem o uso de animais.
100. "A partir de agora vai ser muito difícil usar animais em testes", disse Izar. [Deputado Ricardo Izar responsável pelo projeto de lei que proíbe uso de animais em testes cosméticos].
101. "A aprovação deste projeto é um marco", concluiu o deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP), um dos defensores da causa animal e que, após a invasão do Instituto Royal, adotou duas cadelas.
102. 'USO DE ANIMAIS EM EXPERIMENTOS NÃO É OPCIONAL', diz pesquisadora.
103. "O uso de animais em experimentos não é opcional. Existem situações em que eles simplesmente não podem ser substituídos", diz Silvana Gorniak, pesquisadora da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP [...]
104. "Como replicar a depressão em uma cultura de células? Não existem métodos alternativos para testar anticancerígenos, vacinas contra aids, medicamentos anti-hipertensivos. Para saber se eles funcionam, precisamos testar em animais", diz Silvana.
105. "Nenhuma instituição pode fazer pesquisa sem estar credenciada", diz Marcelo Morales, coordenador do CONCEA.
106. "Sem essa aprovação, a pesquisa não consegue financiamento das agências de fomento e nem consegue ser publicada em periódicos importantes", afirma Mariz, que é presidente da Comissão de Ética no Uso de Animais do Instituto de Biociências da USP.

107. "O camundongo é pequeno, fácil de reproduzir, tem um curto ciclo de vida e regeneração rápida, o que o torna uma ótima cobaia. Seu genoma é muito parecido com o humano, o que ajuda a responder muitas perguntas, principalmente da área genética", afirma a geneticista Mariz Vainzof, coordenadora do Laboratório de Proteínas Musculares e Histopatologia Comparada do Centro de Estudos do Genoma Humano da USP.
108. "Não sei de onde as pessoas tiram que os cientistas gostam de maltratar os bichinhos. A maioria de nós é formada em biologia. Estamos nessa área justamente porque gostamos da natureza", afirma Mariz.
109. "E mostro que esse [curar doenças] é o nosso objetivo: estamos fazendo isso em prol de uma criança doente", diz Mariz.
110. "Não vou dizer que é fácil [...]" [Paula Oliveira, aluna de doutorado de Mariz]
111. "Sempre tentamos minimizar o sofrimento e o número de animais, mas às vezes é impossível escapar desse tipo de experimento. Para conseguir fazer isso, temos de estar sempre pensando nos pacientes", diz [Paula Oliveira, aluna de doutorado de Mariz]
112. "Falar que seu produto cosmético não foi testado em animal é uma espécie de enganação. Hoje, 99% dos produtos cosméticos finalizados - um xampu, por exemplo - não são testados em animais. Mas todos os seus componentes foram testados no passado, para descobrir se não eram tóxicos. Por sorte, essa prática está sendo abandonada com o avanço da tecnologia", diz Silvana Gorniak, pesquisadora da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP.
113. "No Brasil, nós temos de importar kits para testar a irritabilidade da pele humana. O problema é que eles têm prazo de validade de sete dias, e muitas vezes já não funcionam quando chegam nos laboratório", diz Morales [coordenador do CONCEA].
114. "Uma das intenções do CONCEA é proibir o teste de cosméticos em animais, mas isso ainda tem de ser discutido, com calma e racionalidade, entre cientistas e Congresso", diz Morales.
115. "Veja a pesca esportiva, na qual o animal é fígado, tirado da água e depois devolvido ao mar. É lógico que ele sofre - e em troca de pura diversão. Isso é sacanagem. O mesmo acontece com algumas raças de cachorro, criadas apenas para o prazer humano de ter um pet. São animais com deformações físicas, dificuldade para respirar, problemas de pele. O indivíduo pode até cuidar bem do animal, mas ele claramente sofre. E em troca do que? Em troca do indivíduo ter um cachorro para amar. Isso é pura incoerência", afirma. [Marcelo Morales]
116. "Estamos caminhando para isso [proibir testes de cosméticos em animais], mas é uma regra que precisa ser discutida com racionalidade entre cientistas, técnicos e parlamentares", diz Marcelo Morales, coordenador do CONCEA.

117. . "É bom ter alguém olhando e fiscalizando nosso trabalho. Em função de denúncias desses grupos, já deixamos muitas práticas para trás, verdadeiras atrocidades deixaram de ser cometidas e hoje temos uma legislação sobre esse assunto", diz [Gilson Volpato, especialista em bem-estar animal e professor do Departamento de Fisiologia do Instituto de Biociências da Unesp de Botucatu]
118. "Quando o político entra no debate, ele vem pensando em que posição tomar para ganhar a próxima eleição, em qual discurso será melhor para ele", diz Volpato.
119. E ele [Flávio Lamas, presidente do Conselho de Defesa dos Animais de Campinas] afirma com aquela certeza que confere a irresponsabilidade de quem jamais terá de fazer uma traqueostomia: "O ato foi para mostrar a crueldade com o animal. Existem outros modelos, como simuladores e filmagens, que podem ser utilizados de forma didática. É uma mudança que precisa ser feita". [Blog: Reinaldo Azevedo].
120. Agora diz o doutor [promotor do Ministério Público Wilson Velasco] que eventuais provas foram danificadas pelos terroristas. [Blog: Reinaldo Azevedo].
121. O promotor do Meio Ambiente de São Roque (SP), Wilson Velasco Júnior, afirmou nesta sexta-feira que a retirada dos animais do Instituto Royal prejudicou as investigações que estão sendo conduzidas há quase um ano pelo Ministério Público.
122. "Uma das linhas de investigação era a análise da condição física dos animais, mas como eles não estão mais lá [no Instituto Royal], a eventual perícia foi prejudicada", disse Velasco.
123. Ele [Wilson Velasco] também afirmou que a apuração continuará, mesmo com a ausência das provas materiais.
124. Questionado se a apresentação de fotos e vídeos pode atestar a ocorrência dos maus tratos, o promotor respondeu que as provas podem "tanto ajudar na investigação como ser inconclusivas".
125. Velasco contou que se reuniu com os ativistas na última quarta-feira [...]
126. [Wilson Velasco] explicou os "motivos legais" para não realizarem a ação de invadir e furtar as propriedades privadas.
127. "Estamos acionando nosso departamento jurídico para responsabilizar os responsáveis nas esferas civil e criminal, pois houve saques e danos", disse. [João Antônio Pegas Henriques].
128. A empresa também informou que suas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
129. A agência [Anvisa], no entanto, informou por meio de nota que "as regras para o uso de animais em pesquisa não são definidas e não são objeto de fiscalização da Anvisa".

130. A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo afirmou que rondas policiais foram feitas em clínicas veterinárias de São Roque em busca dos animais capturados.
131. A maioria dos ativistas diz que mais de 250 cães da raça beagle, cinquenta coelhos e alguns gatos foram recolhidos.
132. [A direção do Instituto Royal] informou que suas atividades são acompanhadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
133. A Agência [Anvisa] informou por meio de nota que "as regras para o uso de animais em pesquisa não são definidas pela Anvisa e não são objeto de fiscalização".
134. A Anvisa informou ainda que firmou uma cooperação com o Centro Brasileiro de Validação de Métodos Alternativos (Bracvam) para que sejam validados métodos que dispensem o uso de animais.
135. Grupo afirma que Instituto Royal, em São Roque, pratica maus-tratos em cães.
136. Os ativistas alegam que a empresa pratica irregularidades e atos criminosos contra os animais.
137. O Instituto Royal defende suas pesquisas em seu site e diz que respeita todas as normas nacionais e internacionais no trato com os cães em laboratório.
138. Os defensores dos animais afirmam que a empresa não possui licenças e alvarás para as atividades que realiza.

Revista Época:

1. O Instituto Royal informou, nesta quarta-feira (6), que vai encerrar todas as atividades de sua unidade em São Roque, interior de São Paulo.
2. "Por este motivo [elevadas e irreparáveis perdas], o Instituto decidiu encerrar suas atividades na unidade de São Roque", diz a nota.
3. . O instituto, no entanto, diz que a decisão não afeta os trabalhos de sua unidade em Porto Alegre, onde mantém um laboratório que não faz testes em animais.
4. Entidade [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC] diz que o Instituto Royal faz estudos de avaliação de risco e segurança de novos medicamentos, que são submetidos a comitê de ética
5. Por meio de nota, a SBPC informou que o Instituto Royal é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), criada para promover o desenvolvimento e a pesquisa de tecnologias inovadoras.

6. “O Instituto realiza estudos de avaliação de risco e segurança de novos medicamentos. Todos os seus experimentos são conduzidos de acordo com protocolos utilizados internacionalmente pela OECD (Organization for Economic Co-operation and Development), ISO (International Organization for Standardization), EMEA (European Medicines Agency), ICH (International Conference on Harmonisation of Technical Requirements for Registration of Pharmaceuticals for Human Use), dentre outros”, diz a nota [...].
7. [A nota do Instituto Royal] [...] ressaltando que as pesquisas atendem a todas as exigências feitas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
8. “Todos os estudos envolvendo animais são previamente submetidos ao Comitê de Ética para o Uso em Experimentação Animal, respeitando os preceitos éticos de experimentação estabelecidos pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA). As atividades do instituto vão desde o planejamento experimental até a execução de estudos pré-clínicos destinados a diferentes tipos de setores produtivos (produtos farmacêuticos, produtos para a saúde, dispositivos médicos, agrotóxicos, produtos químicos e veterinários, aditivos para rações e alimentos, entre outros) do mercado brasileiro e internacional, dentro do mais alto padrão técnico-científico”, diz a nota.
9. Também por meio de nota, a Anvisa informou que firmou há dois anos um acordo de cooperação com o Centro Brasileiro de Validação de Métodos Alternativos (Bracvam), ligado ao Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS-Fiocruz), para que sejam utilizados métodos alternativos à pesquisa que dispensem o uso de animais.
10. “As regras para o uso de animais em pesquisa não são definidas pela Anvisa e não são objeto de fiscalização da agência”, afirma o texto da Anvisa [...]
11. [O texto da Anvisa] [...] destacando que a pesquisa com animais é definida por meio da Lei 11.794, de 8 de outubro de 2008 [Lei Arouca].
12. Os ativistas, que invadiram e retiraram os animais do local na madrugada de ontem (18), denunciam que o Royal praticou maus-tratos.
13. Há uma investigação em curso pelo Ministério Público contra o Royal, mas o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação informou que a situação do instituto é regular no Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA), órgão ligado à pasta.
14. . Eles [ativistas] afirmam que os animais sofriam maus-tratos
15. [...] o Instituto Royal nega [que os animais sofriam maus-tratos].
16. “Nunca vi nada parecido em 30 anos de ciência”, afirma João Henriques, diretor científico do Royal.
17. O médico Marcelo Marcos Morales, coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA) e secretário da Sociedade Brasileira para o Progresso da

- Ciência, afirmou o seguinte sobre o episódio: “Um trabalho que demorou anos para produzir foi jogado no lixo. O prejuízo é incalculável para a ciência e para o benefício humano”.
18. “É preciso que toda a dor, sofrimento e estresse infligidos ao animal sejam reduzidos ao mínimo necessário para conseguir os resultados científicos, e que eles sejam tratados com respeito”, disse Singer [Peter Singer] a ÉPOCA.
 19. [Ray Greek, médico anestesista] diz que essa [busca de métodos alternativos] é uma questão científica.
 20. “Já temos as alternativas”, diz Greek. “Apenas devemos impô-las e parar de fazer algo inútil, que não funciona. (Mas os laboratórios) não querem aprender coisas novas, trazer pessoas de fora ou mudar departamentos.”
 21. “O objetivo é eliminar 100% dos animais, mas ainda estamos longe disso”, afirma Octavio Presgrave, diretor do Centro Brasileiro de Validação de Métodos Alternativos, o único do país.
 22. “Estamos a séculos de banir os animais dos laboratórios”, afirma Nívea Lopes de Souza, especialista em animais de laboratório da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP.
 23. “Simpatizamos mais com animais de companhia, mas deveríamos nos importar também com o sofrimento dos ratos e camundongos”, diz ele [Peter Singer]
 24. “Ao lidar com os animais, poucos negarão que somos no mínimo obrigados a agir com humanidade”, afirma o filósofo americano Carl Cohen, professor da Universidade de Michigan.
 25. Singer respondeu que a pesquisa era “justificável”, se não houvesse outra maneira de chegar ao mesmo conhecimento e salvar vidas.
 26. “Tudo depende do bem maior”, disse ele [Peter Singer] a ÉPOCA.
 27. A polícia afirmou ter intimado mais de 20 invasores a prestar depoimento.